

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM FILOSOFIA

ANTÔNIO CARLOS PERSEGUEIRO

A QUESTÃO DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE POPPER

TOLEDO
2014

ANTÔNIO CARLOS PERSEGUEIRO

A QUESTÃO DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE POPPER

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Remi Schorn.

TOLEDO
2014

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

P466q Persegueiro, Antônio Carlos
A questão da linguagem na filosofia de Popper / Antônio
Carlos Persegueiro. -- Toledo, PR : [s. n.], 2014.
179 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Remi Schorn
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Humanas e Sociais.

1. Filosofia austríaca 2. Linguagem – Filosofia 3. Metafísica 4.
Filosofia da ciência 5. Popper, Karl Raimund, 1902-1994 - Crítica e
interpretação I. Schorn, Remi, Orient. II. T.

CDD 20. ed. 193
121
122

ANTÔNIO CARLOS PERSEGUEIRO

A QUESTÃO DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA DE POPPER

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina.
Universidade Federal de Santa Maria, RS.

Prof. Dr. Marcelo do Amaral Penna-Forte.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Prof. Dr. Remi Schorn – Orientador.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TOLEDO
2014

DEDICATÓRIA

A Deus (*Iahweh*), pela vida, saúde, família, estudos, trabalho e amigos.

Aos meus queridos pais, Sra. Conceição Aparecida e Sr. Orlando Persegueiro, pelo amor, incentivo e transmissão de valores os quais foram-me e são dispensados em todas as etapas formativas.

Ao Professor Dr. Remi Schorn, paciente, dedicado e exímio orientador. De igual modo, ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação da UNIOESTE, sobretudo aqueles com os quais tive a grata satisfação de participar das Disciplinas e tomar valiosas lições em palestras e eventos promovidos pelo Curso.

À Maria Damke Anschau Roerhs, Secretária do Programa, pela atenção, prontidão e disponibilidade que me foram dadas nestes semestres letivos.

À minha noiva, Elisângela Aparecida Toledo, pelo afeto, cumplicidade e paciência manifestos durante as etapas de composição, ajustes e revisão deste texto.

Aos grandes amigos, destacáveis Professores e irmãos de consideração, Mateus Ubiratan dos Anjos (SEED-PR), Eduardo Alexandre Santos Oliveira (UNICENTRO) e Romeu Miquéias Szmoski (UTFPR), pelas calorosas discussões e constantes palavras de incentivo e apoio.

Às Sras. Tereza e Natália Dierka, minhas parentes por consideração, pela convivência e incentivo dados durante o período da graduação e, também, deste Curso.

Aos Professores do Departamento de Filosofia – DEFIL da UNICENTRO, Guarapuava, PR., pelas fecundas indagações, valorosa convivência e, igualmente, expressivas sugestões cujo reflexo também se enseja transpor à melhoria deste trabalho.

Aos meus alunos e ex-alunos da rede pública e particular, de modo especial, aos que fazem do ato de estudar uma atividade instigante e prazerosa. Minha profunda admiração e louvor aqueles que veem na Filosofia e, por extensão, nas questões a ela inerentes, a incessante busca de auconhecimento, tentativa de compreender, equacionar e resolver problemas intrínsecos à nossa tão frágil, contraditória e limitada condição humana!

“[...] a mais importante forma de desenvolvimento do conhecimento comum consiste, precisamente, em ele transformar-se em conhecimento científico.”

Karl Raimund Popper.
Prefácio à primeira edição inglesa de
A lógica da pesquisa científica, publicada em 1959.

PERSEGUEIRO, Antônio Carlos. **A questão da linguagem na filosofia de Popper**. 2014. 98 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2014.

RESUMO

A Dissertação aborda o problema da linguagem na filosofia popperiana. Nossa tese é de que Popper (1902-1994), expoente teórico na epistemologia e filosofia da ciência, também oferece contributos voltados ao melhor emprego, aprimoramento e compreensão da linguagem. Diferentemente de outros autores, não concentra o assunto em um único livro; insere-o em comentários e pronunciamentos atrelados, majoritariamente, à teoria do conhecimento e temáticas a ela relacionadas. Assim, nossa atividade de pesquisa se constituiu em uma espécie de “garimpagem” teórica. Desde os anos trinta, Popper adota a *objetividade* kantiana enquanto norteadora de leituras, exposições orais e escritas. No entanto, ressalva-se que ele, ao considerar, conservar e trazer à pauta problemas cruciais ao ser humano, sustenta o início de toda discussão racional alicerçado na Cosmologia. Quer dizer, das perguntas relativas ao universo e o mundo, sobretudo seus primórdios, são derivadas as demais. Neste âmbito, destaca-se a concepção integrada de conhecimento, na qual racionalismo, empirismo e conteúdos metafísicos são dependentes e complementares. Sua concepção *indeterminista* do mundo se articula com uma tese pluralista da realidade: os *três mundos*, o físico, o subjetivo e o objetivo são reais e interagem linguisticamente. A novidade reside na reciprocidade entre as dimensões da realidade, a qual ocorre, portanto, *na* linguagem. À diferença da filosofia da linguagem hoje corrente, Popper abstem-se de averiguar o significado, as definições e a evolução (ou involução) de termos. Enseja analisar a linguagem de modo a privilegiar suas funções, empregos, detecção de erros e depuração enunciativa, tornando-a, então, refletida e aprimorada. Assinala que, atualmente, o conhecimento científico porta demandas de ordem sentencial, as quais a Filosofia não pode se furtar. Mostramos neste trabalho como Popper sinaliza que a linguagem é a instância incontornável e propícia ao debate crítico, além de ser o instrumental pertinente às corretas inferências, negações, definições, reordenamentos sentenciais, favoráveis, enfim, à ampliação do que o homem sabe – ou, modestamente, pensa saber – sobre si e o mundo ora tripartido e multirelacional.

Palavras-chave: linguagem, filosofia, Popper.

PERSEGUEIRO, Antônio Carlos. **The question of language in Popper's philosophy**. 2014. 98 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2014.

ABSTRACT

This Dissertation addresses the problem of language in Popper's philosophy. Our thesis is that Popper (1902 – 1994), exponent of epistemology and philosophy of science, offers contributions aimed at the best form of use and improving language comprehension. Differently from other authors, he doesn't focus the issue on a single book, he inserts it in reviews and pronouncements, mostly associated with the theory of knowledge and related themes. So, our research activity constitutes in a theoretical "gold-digging". Since the thirties, Popper adopts the kantian *objectivity* while guided by readings, oral and written presentations. However, it is emphasized that Popper considering, preserving and bringing to the agenda crucial problems to the human being, sustains the beginning of all *rational discussion* based in cosmology. Meaning, that from the questions related to the universe and the world, above all its beginning, the others are derived. In this context, we highlight the integrated conception of knowledge, in which rationalism, empiricism and metaphysical contents are dependent and complementary. His *indeterministic* conception of the world articulates itself with a pluralistic theses of reality: the *three worlds*, the material, the subjective and the objective world are real and interact linguistically. The innovation lies in the reciprocity between these worlds, which takes place therefore *in the* language. In the difference of the philosophy of language currently, Popper abstains himself from verifying the meaning, the definitions and the evolution (or involution) of terms. He entails to analyze the language in a way as to privilege its functions, uses, detection of mistakes and enunciative depuration, making it, therefore, reflected and enhanced. He notes that current scientific knowledge brings in it sentential orders demands, which philosophy can't escape. The work shows that Popper indicates that language in the uncontrollable instance and it is favorable to critical debate, besides being the instrument relevant to the correct inferences, denials, definitions, sentential rearrangements, favorable, finally, to the expansion of what man knows – or modestly thinks to know – about himself and the world presently tripartite and multi-relational.

Key words: language, philosophy, Popper.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I.....	13
A FILOSOFIA DA CIÊNCIA PÓS-POSITIVISTA: DA HERANÇA KANTIANA À SUPERANÇA DAS TESES DO CÍRCULO DE VIENA	13
1.1- A apropriação da <i>objetividade</i> kantiana.....	15
1.2- O problema cosmológico	19
1.2.1-Indeterminismo	22
1.2.2- Ideia de mundo.....	27
1.3- As funções da <i>crítica</i>	33
1.4- O problema da <i>demarcação</i> do Círculo de Viena e a discordância popperiana.	36
Capítulo II	45
O <i>CONHECIMENTO OBJETIVO</i> : RELAÇÃO, INTERAÇÃO LINGUÍSTICA E AUTONOMIA ENTRE O <i>MUNDO 3</i> , <i>MUNDO 2</i> E <i>MUNDO 1</i>	45
2.1- A caracterização do <i>conhecimento objetivo</i>	46
2.2- Relação e interação linguística entre os três mundos. A autonomia do <i>conhecimento objetivo</i>	50
2.3-A associação entre determinados enunciados e o <i>conhecimento objetivo</i>	58
2.4- Os problemas da filosofia como problemas “ <i>na</i> ” linguagem	65
Capítulo III	73
3- A <i>FALSEABILIDADE</i> E A AVALIAÇÃO DE ENUNCIADOS.	73
3.1- A <i>falseabilidade</i> na linguagem.	76
3.2- Uma possível crítica à <i>falseabilidade</i>	78
Capítulo IV	82
A DISTINÇÃO POPPERIANA ENTRE CIÊNCIA E NÃO-CIÊNCIA.	82
4.1- Metafísica e conhecimento.	85
4.2- <i>Testabilidade</i> e ciência.	89
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga a linguagem enquanto problema filosófico sob a perspectiva teórica de Karl Raimund Popper. Embora o autor ofereça maiores contribuições à epistemologia, filosofia da ciência e filosofia política, há inúmeras passagens nas quais Popper se ocupa da linguagem, inserindo-a, juntamente com estas subáreas, à pauta de grandes assuntos. Tais trechos adquirem, conforme se verá, expressiva relevância à medida que o autor se refere ao papel do indivíduo no *mundo* e à imensidão da produção humana. Popper constata a impossibilidade de demarcar o papel do indivíduo exterior à linguagem. Até porque, em caso de desconsideração desta última, como manifestar e debater o que se passa *no* pensamento senão pelo que é expresso *na* linguagem?

Desse modo, para aludir ao *mundo* – tripartido, porém integrado – desponta a notória e complexa inesgotabilidade de temas e crescentes inquições nele contidos; contudo, pouco observados. Assim sendo, é oportuno acentuar que a linguagem constitui um elemento fundamental, a ponto de sua ausência ser inimaginável, fato que a torna ainda mais requisitada! Desta constatação emerge a relevância de seu estudo, tanto pela Filosofia, quanto por demais áreas. Particularmente, ao assimilá-la e perquiri-la a partir da herança analítica popperiana, aufere-se que a linguagem porta elementos, questões e minúcias imprecindíveis à autocompreensão humana e animal em geral, como também, à identificação de inovações, reclamadas pela Filosofia e Ciências. Na verdade, a averiguação da linguagem corresponde, neste momento histórico, a uma das maiores imputações (senão a maior!) creditadas ao pensamento e ao conhecimento filosófico-científico.

Destacada, então, a importância, legitimidade e validade da linguagem, tratar-se-ão dos seguintes, entre possíveis e vindouros questionamentos e implicações. Primeiramente, mesmo não ocupando uma posição predominante entre as discussões de Popper, como é possível de se notar a articulação da linguagem em sua filosofia? Em segundo lugar, que *status* ser-lhe-á atribuído? Logo mais, em que consiste a análise da linguagem popperiana? Ademais, o que se depreende pela importância e caracterização da linguagem após a superação das teses e limitações do Círculo de Viena (*Wiener Kreis*)¹? E, além do mais, que avanços podem ser atribuídos a Popper no concernente à investigação sobre a linguagem?

¹ Junção de filósofos, matemáticos e demais profissionais ocorrida antes da Primeira Guerra Mundial (aprox. 1908 a 1934). Embora com reuniões periódicas, os membros não manifestavam unidade de pensamento. Contudo, havia concordância atinente à: 1) unificação das ciências a partir da linguagem da física, 2) redução da filosofia à lógica das ciências e 3) defesa da ausência de sentido em enunciados metafísicos.

Para inquiri-las e, por conseguinte, respondê-las, a Dissertação se estrutura em quatro partes, de modo a, paulatinamente, incluir e problematizar as indagações ora levantadas. No Primeiro Capítulo, será caracterizada a ciência pós-positivista². Nesta etapa, explicitar-se-á, de um lado, a recepção de heranças kantianas, fundamentais à trajetória intelectual de Popper. Dentre elas, selecionar-se-ão a aplicação da *objetividade*, o questionamento cosmológico e as funções da *crítica*³; de outro, registrar-se-á a *demarcação* elaborada pelo Círculo de Viena, acrescida de ajustes e contestações popperianas. Devido justamente às divergências, o filósofo herdará, juntamente com o aprimoramento da *demarcação*, a linguagem enquanto problema.

No Segundo Capítulo, serão apresentadas, no âmbito do *conhecimento objetivo*, a relação, interação e autonomia entre o *mundo 3*, isto é, conteúdos objetivos de pensamento, *mundo 2*, ou seja, estados mentais e *mundo 1*, alusivo aos objetos materiais. No entanto, por hora, tenha-se presente que estes componentes não se mostram isolados na instância do *conhecimento objetivo*, tampouco são concebidos em separado. Pelo contrário, o *mundo*, quando evocado, engloba as modalidades *3*, *2* e *1*, sendo destacada, acima de tudo, a sincronia entre o *mundo 3* – doravante autônomo – e o *conhecimento objetivo*. Há, conforme se verifica, uma existência tridimensional e multilateralmente relacionada.

Nesta imbricação, aplicar-se-á o *conhecimento objetivo* à análise de enunciados, desmembramento linguístico ora evidenciado. Para empregá-lo, será considerada a relação estabelecida com enunciados *singulares*, *universais*, *sintéticos*, *analíticos*, *empíricos*, *atômicos*, *básicos*, *existenciais* e *de teste*.⁴ Explanar-se-ão possíveis diferenças e proximidades, seguidas da purificação discursiva, plausível à diminuição de distorções e ambiguidades no incontornável plano linguístico.

Direcionado, então, o *conhecimento objetivo* aos enunciados discutidos e privilegiados por Popper, aplicar-se-á, no Terceiro Capítulo, a *falseabilidade*⁵ à avaliação de enunciados – tanto isolados, quanto imersos em um conjunto de proposições. E, justamente por se assentar sobre a *objetividade*, este recurso examina a sentença em estrita conexão com a experiência. Por conseguinte, serão detectados aspectos comprometedores nas asserções, demandando, então, ajustes, revisões e reformulações. Neste processo, extrair-se-ão elementos corroboradores à tese de que a *falseabilidade* auxilia na promoção da adequada clareza, bem

² Leia-se, um recorte da mesma, dada a amplitude de tendências e a pujante ressonância do positivismo lógico.

³ A *crítica racional* popperiana é distinta da crítica da razão, à moda do projeto kantiano.

⁴ Quer dizer, a classificação apresentada por Popper em *A lógica da pesquisa científica*.

⁵ Para Popper, a *falseabilidade* é o instrumento por meio do qual se efetua, no âmbito da linguagem, a ordenação, classificação e separação de enunciados, analisando-os de modo detalhado.

como entendimento da sentença em uma situação específica, configurando, enfim, a ciência dedutiva, defendida e almejada por Popper.

No Quarto e último Capítulo, ao ser observado o esforço com vistas à maior atribuição de rigor e ordenação às formas de conhecimento, promover-se-á, particularmente, a distinção entre ciência e não-ciência. Tal diferenciação assinalará uma peculiaridade: a conjugação da metafísica à atividade científica. Na verdade, apesar de contrariar abordagens predominantes, ou que assim se pretendam, a inclusão em destaque visa demonstrar que na ciência feita a contento, a metafísica nunca fora “expulsa”, nem deixara de existir. Isso é o que, na contramão de tantas interpretações, o prisma da ciência pós-positivista compreendida por Popper se insere e, enfaticamente, visa sustentar.

No entanto, a distinção supracitada não enseja isolar ou, ainda, opor tais formas de conhecimento. Para algo desta natureza, basta, à primeira vista, remeter-se a tantas ações gestadas e efetuadas na modernidade, precisamente na segunda metade do século XIX até nossos dias. Pretende, em contrapartida, demonstrar que em ciência trata-se de, segundo Popper, certa continuidade e aprofundamento das questões que se iniciam com o senso comum. Além disso, quando, num contexto pós-positivista, houver a consideração da metafísica, ter-se-ão condições propícias ao fomento da imaginação, melhoramento de *conjecturas*, *hipóteses* e *críticas*, instrumentos imprescindíveis a toda e qualquer investigação que se pretenda evocar os qualificativos da seriedade e relevância teórica. Portanto, em consonância a este estudo, urge superar o que fora estipulado como determinado – e reforçado pelos neopositivistas – à ciência. Sob os crivos de Popper, tais, diga-se, cânones, serão questionados, decompostos e, não menos importante, inovados.

Assim procedendo, o trabalho enseja contribuir à visualização do florescimento e próspero debate acerca dos sinais que, aliados à racionalidade, ao *falseamento*, à *crítica*, à refutação e reelaboração enunciativa, transcende as discussões focadas no *significado*, conceitualizações e tratamentos restritos à definição de termos. Apesar de, por outro lado, dar a entender uma oposição à filosofia da linguagem e outras Disciplinas, o que não vem ao caso, Popper adentra, após sucessivos embates e detecção de rodeios, à análise da linguagem a partir do viés lógico.

Este direcionamento é, única e exclusivamente, proporcionado pelo *mundo 3*, sem o qual, não somente a presente, mas também, toda e qualquer abordagem tenderia – e, de fato, torna-se – a se conformar ao domínio subjetivo, opinativo e, quiçá, degradante do ponto de vista teórico. Para evitar, enfim, incorrer nesta segunda análise, a qual Popper reprova, buscar-se-á, por sua vez, sustentar a filosofia como atividade *na* linguagem. Para tanto,

aspirar-se-á a aquisição de argumentos vinculadores do *conhecimento objetivo* à ânsia humana de conhecer a si, o outro e o mundo circundante, não omitindo, é claro, a conexão entre este ínfimo ente e o cosmos, princípio das acaloradas e promissoras discussões e, por extensão, descobertas. Todas, por assim dizer, expressas necessariamente *na* instância linguística; não à sua margem, tampouco, fora dela.

Capítulo I

A FILOSOFIA DA CIÊNCIA PÓS-POSITIVISTA: DA HERANÇA KANTIANA À SUPERACÃO DAS TESES DO CÍRCULO DE VIENA

“Quanto a mim, interesse-me por Ciência e por Filosofia apenas porque desejo aprender algo acerca do enigma do mundo em que vivemos e do enigma que é o conhecimento do homem acerca desse mundo.” Karl Raimund Popper.⁶

A filosofia popperiana se caracteriza por questionar sistemas teórico-científicos e políticos cuja intenção seja alimentar ou estabelecer arbitrariedades, dogmas e totalitarismos. Tal postura é frequente, além de corresponder a contra-argumentos dirigidos a postulados e imposições de qualquer ordem, destacando-se, sobretudo, os âmbitos do conhecimento científico e, não menos importante, da vida política.

No tocante ao primeiro e a ele aliada a linguagem, desponta a posição favorável à indissociabilidade entre ramos do conhecimento. Desse modo, ao dialogar com os positivistas lógicos, o filósofo assinala que, apesar de distintas e com objetos de estudo próprios, as disciplinas são, de um lado, autônomas e, é claro, legítimas. Todavia, de outro, tendem a se complementar, pois, segundo Popper (2004, p. 98), “[...] o que eu considero por filosofia, nunca terá que ser, e na verdade nunca poderá ser, divorciada das ciências”. Há a defesa da concepção integrada de Filosofia e Ciências, cujo objetivo é tanto ampliar o conhecimento, quanto refutar os positivistas lógicos.⁷

No entanto, paralelo às contestações dirigidas ao Círculo de Viena, ocorre a recepção de influências kantianas, mencionadas por Popper em diversas passagens. As referidas auxiliam-na a reconsiderar algumas das grandes questões filosóficas, dentre as quais, destacam-se: a cosmologia, a superação do determinismo, a *crítica racional* e a aplicação da *objetividade*. Com base nestes e em outros temas – recebidos enquanto problemas – extrai-se que Popper é, ao mesmo tempo, tributário de Kant, das discordâncias estabelecidas com o Círculo de Viena e, ademais, da releitura Pré-Socrática, a qual este estudo não abordará.

Assim procedendo, após discussões travadas com os positivistas lógicos, Popper (1977, p. 96) reavalia o menosprezo e exclusão de áreas e subáreas que dizem respeito ao conhecimento científico. Entre elas, figura a metafísica.⁸ Ao assimilá-la, sustenta ser “[...] um erro exigir a eliminação da Metafísica, como errado está dizer que ela deva ser eliminada porque ‘suas teses não podem ser racionalmente justificadas’.” Observa-se, ao que parece,

⁶ *A lógica da pesquisa científica*. Prefácio à Edição Inglesa de 1959. p. 543.

⁷ Reduccionismo da Filosofia à linguagem (enunciados metafísicos). Busca, conforme Hahn, Neurath & Carnap (1986, p. 07), “purificar a ciência empírica, e em primeira linha a física, de ideias metafísicas.”

⁸ Para um melhor entendimento, *idem* ao Cap. IV.

certo desprezo para com o fato de a metafísica compor, ou melhor, ser intrínseca à natureza da investigação humana. Como, então, descartá-la? E, primeiramente, de que forma um elemento constitutivo pode ser retirado, de modo a não minimizar o indivíduo?

Inquieto com as referidas questões, Popper sustenta que sentenças e proposições metafísicas – quando bem elaboradas, submetidas ao *teste* e à *crítica* – demonstram coerência! Desponta, por assim dizer, em oposição declarada aos positivistas lógicos, a possibilidade de justificar o uso especulativo de tais sentenças. Afinal, asserções de cunho metafísico remetem a conceitos e elementos abstratos, ou seja, crença, imaginação, deus, mente, entre outros. Tendo em vista promover a análise destes e demais enunciados⁹, o filósofo aprecia, investiga e especula a relevância da metafísica, visualizando-a, então, enquanto dotada de sentido e profunda plausibilidade.

Conforme se depreende, a partir de Popper, a filosofia da ciência pós-positivista amplia e integra aquilo que o homem busca e julga conhecer sobre o mundo. Evidencia, ainda, discordâncias relativas à cisão (e posterior distanciamento) entre subáreas do saber. De igual modo, atualmente, reprova a excessiva atenção dada às ciências exatas e naturais se comparadas às demais áreas, lamentavelmente manifesta em instituições escolares e no mercado de trabalho, salvo raras exceções.¹⁰ Eis, sucintamente, a demanda por uma filosofia da ciência que perpassa o reducionismo do Círculo de Viena, o que, sob a perspectiva de Popper, dar-se-á pela modalidade pós-positivista.

Assim, no intuito de compreender a filosofia da ciência pós-positivista e, em seu âmbito, abordar a questão da linguagem, essa Dissertação ater-se-á à formação de Popper. Nesta, serão selecionadas posturas e elementos para com os quais a reflexão filosófica não pode se esquivar. Espera-se, por meio de tais recortes, demonstrar a existência da herança kantiana aliada a avanços de Popper. E, quando comparado aos positivistas lógicos, observar-se-á, segundo o filósofo, o afastamento dos positivistas lógicos do que, convencionalmente se denominam, os grandes problemas teóricos cuja incumbência a filosofia deve responder. Esta preocupação com vistas a se pronunciar indica, acima de tudo, a sincronia entre os contributos kantianos e a recepção popperiana.

⁹ Quer dizer, os enunciados analisados em *A lógica da pesquisa científica*.

¹⁰ Constatado o prejuízo à formação do indivíduo, este estudo não promove apologia aos conhecimentos humanísticos. Contudo, observada a emersão da ciência pós-positivista, urge a correção dos ditos abusos.

1.1- A apropriação da *objetividade* kantiana

A *objetividade* consiste, em primeiro lugar, no recurso através do qual se servem filósofos, cientistas e demais estudiosos, ansiados em obter e transmitir centralidade no discurso. Quando empregada, ocasiona pronunciamentos orais e escritos dotados de períodos claros e diretos. Além disso, a *objetividade* corresponde a, de modo explícito, uma das heranças kantianas presentes em Popper. Desponta logo no início de *A lógica da pesquisa científica* e se reflete nos demais textos. Auxilia, sob o prisma desta Dissertação, na compreensão do *indeterminismo*, ideia de mundo, pensamento e linguagem. Tal apropriação advém do aumento de desvios, apelações e, até mesmo, confusões relativas à exposição de todo e qualquer assunto, prejudiciais à transparência enunciativa.

Popper, ao perquirir uma alternativa linguisticamente formulada, assinala cautela para com o próprio entendimento da *objetividade*. Mas, qual a razão para tamanha precaução? Ora, a constatação segundo a qual diversas acepções conduzem a análises alarmantes desencontros. Todavia, longe de enumerar autores, tampouco comparar definições, Popper (1972, p. 46) salienta que “as palavras ‘objetivo’ e ‘subjetivo’ são termos filosóficos pesadamente onerados por uma tradição de usos contraditórios e de discussões intermináveis e inconcludentes”. Assim, segundo o filósofo, não está em questão auferir um conceito de *objetividade*; porém, encontrar-lhe um emprego satisfatório.

Com base neste propósito, ante incoerências e digressões alusivas à aplicação da *objetividade*, Popper (1972, p. 46) se apropria deste que, para ele, é um dos contributos herdados de Kant. Alega que:

O uso que faço dos termos ‘objetivo’ e ‘subjetivo’ não difere do de Kant. Ele usava a palavra ‘objetivo’ para indicar que o conhecimento científico deve ser *justificável*, independentemente de capricho pessoal; uma justificação será ‘objetiva’ se puder, em princípio, ser submetida a prova e compreendida por todos.

Ao conservar este emprego, o filósofo almeja demonstrar ideias, fatos, experimentos e, em menor grau, averiguar conceitos. Pretende distinguir e ordenar conhecimentos, pois, diante de *crenças*, inclinações e convicções excessivas, não se descarta a propensão a insistências doutrinárias e imposições! Particularmente no âmbito do conhecimento científico, torna-se defensável o distanciamento de tendências, empatias, antipatias e impressões pessoais em detrimento à promoção de enunciados (e proposições) coerentes, legítimos e válidos. Ademais, nota-se, em termos de *objetividade*, a convergência entre os esforços kantianos e a atenção contemporaneamente dada por Popper. Assim, ao caracterizar a opinião, ciência e fé,

Kant (2001, p. 661) sustenta que “a persuasão é uma simples aparência¹¹, porque o princípio do juízo, que reside unicamente no sujeito, é tido por objectivo”. Isso evidencia a existência de pseudoenunciados, responsáveis por apelações e rodeios. Contudo, faz-se oportuno acentuar o prevalectimento da particularidade na impressão, opinião e persuasão. Por outro lado, Kant constata a *objetividade* no princípio do juízo, ou seja, antes de o indivíduo se posicionar ou não, há a relação entre pensamento e linguagem, iniciando-se de modo objetivo e, em seguida, recebendo – em maior ou menor grau – influências subjetivas.

Feitas essas afirmações, extrai-se que, em Kant e Popper, o pensamento é assimilado enquanto *objetivo*. Porém, sem menosprezar inclinações subjetivas, o filósofo prussiano esclarece que, na instância do pensamento, o indivíduo porta *objetividade*. A presente formulação possibilita, paralelo ao entendimento e *testabilidade* das asserções, justificá-las racionalmente. Devido à articulação de tais traços, quando detectadas incoerências, ao invés de omitir posicionamentos, favorecer-se-á, no mínimo, a razoável enunciação do elemento em análise.

Enaltecida a sincronização em torno da *objetividade*, urge, tanto em Kant, quanto em Popper, destacar o papel da justificação. Seu emprego permitirá a acurada apresentação daquilo que, embora *objetivo*, possa ser entendido pelos indivíduos.

Assim procedendo, segundo Kant (2001, p. 661):

[...] os juízos de todos os entendimentos devem encontrar-se de acordo (*consequentia uni tertio, consequentiunt inter se*). A pedra de toque para decidir se a crença é convicção ou é simples persuasão, será, portanto, externamente, a possibilidade de a comunicar e de a encontrar válida para a razão de todo homem, porque então é pelo menos de presumir que a concordância de todos os juízos, | apesar da diversidade dos sujeitos, repousará (A 821-B 849) sobre um princípio comum, a saber, o objecto, com o qual por conseguinte, todos os sujeitos concordarão e desse modo será demonstrada a verdade do juízo.

Para empregar a *objetividade*, Kant assinala a existência de um denominador comum entre indivíduos, tanto no entendimento, quanto na emissão do juízo. Até porque, conforme Porta (2007, p. 126), “se no primeiro momento a filosofia se ocupa de modo prioritário com o **objeto**, num segundo momento o faz com a ‘**objetividade**’ ou, mais precisamente, com a fundamentação de ‘aspirações de validade universal’.”¹² Não obstante, o diferencial estará na exposição da crença e, se for o caso, da opinião, pois, na *hipótese* de se afastar da persuasão,

¹¹ Sobre a aparência, é preciso, segundo Vaysse (2012, p.14), “[...] distinguir o fenômeno ou aparição, como objeto de intuição empírica (*Erscheinung*), da aparência (*Schein*). Assim como a verdade, esta não está no objeto intuído e sim no juízo feito sobre o objeto pensado.” Note-se a importância de se atentar à enunciação a respeito do que se encontra no plano do pensamento, assim como as consequências decorrentes.

¹² Grifos e destaques do autor.

emergirão indícios de *universalidade*, remetendo a discussão ao campo filosófico, o que, sem dúvida, evoca a *objetividade*. Em torno dela, agregar-se-ão diferentes e, provavelmente, discordantes sujeitos, sinalizando, enfim, avanços em termos de linguagem.

Destacada a *objetividade*, convergente em Kant e Popper, cumpre indagar: quando fora evidenciada, tenderá ao possível abandono da subjetividade? Estaria a subjetividade fadada ao insucesso no âmbito das ciências? Além disso, ao conservar o uso da *objetividade*, por que Kant é tido como maior referência na tradição? Para abordar tais questões, e, mais tarde, ser observada a conexão existente entre *objetividade* e linguagem (Cf. 1.1.4), como também a emergência da modalidade descritiva, urge considerar as seguintes proposições.

No concernente à *objetividade*, Popper (1975, p. 77) afirma ser “[...] completamente sem base qualquer epistemologia subjetivista que proponha escolher como ponto de partida o que lhe parece totalmente não-problemático; isto é, nossas experiências observacionais ‘diretas’ ou ‘imediatas’.” Em outros termos, para lançar as bases do *conhecimento objetivo* e, conexo a este, os *mundos 3, 2 e 1*, é necessário privilegiar a modalidade epistemológica que, dada a natureza, ofereça condições propícias à ampliação do conhecimento. Para isso, torna-se inevitável recorrer à *objetividade*. Esta, além de melhor situar o assunto em pauta, legitimará tanto abordagens relativas à Filosofia e às Ciências, acompanhadas de demais inquietações humanas, inclusive, o despontar da linguagem enquanto problema.

Ademais, ao mencionar a *objetividade*, faz-se necessário entendê-la enquanto um ato de linguagem. Por quê? Pelo fato de, no pensamento, não haver *objetividade* isenta de expressão linguística, sendo inviável conjecturar uma separação. E ainda, para Popper (1975, p. 40), “só uma *teoria formulada* (em contradistinação com uma *teoria crida*) pode ser *objetiva*, bem como à idéia de que esta formulação ou *objetividade* é que torna a *crítica* possível; e assim cheguei à minha teoria de um *terceiro mundo* [...]” Com efeito, a *hipótese* de conceber a *objetividade* em um plano puro, ou alinguístico, está descartada. Mas, ao voltar-se à subjetividade, Popper (1975, p. 81) não a menospreza ou a opõe à *objetividade*. Inere que:

[...] o conhecimento subjetivo faz parte de um aparelho de ajustamento altamente complexo e complicado mas (num organismo sadio) espantosamente acurado, e que funciona, no principal, como conhecimento conjectural objetivo: pelo método de experiências e eliminação de erros, ou por conjectura, refutação e correção própria (‘autocorreção’).

Como observado, a subjetividade está vinculada ao *conhecimento objetivo*. Desta conexão, Popper constata, tanto a necessidade, quanto o direcionamento da subjetividade à *objetividade*. Afinal, o que indica este itinerário? A condição de se chegar a uma instância

elevada, na qual a justificação adquira maior presença e, também, visibilidade. Até porque, ao serem elaboradas especulações, *conjecturas* e a própria identificação de deficiências e contradições, ter-se-á a ação de mecanismos lógicos unidos à experiência sensível. Mediante esta interação, os supracitados componentes permanecerão estritamente associados à *objetividade*, tão demandada pela filosofia e ciências.

Não obstante, para Popper (1972, p. 46), “[...] a *objetividade* dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser *intersubjetivamente submetidos a teste* [...]”, favorecendo, por conseguinte, a detecção da *falibilidade* e de contradições. Portanto, Popper não insinua menosprezar e, até mesmo, abandonar a subjetividade. Adota, pelo contrário, a posição segundo a qual o avanço do conhecimento se dá através do emprego da *objetividade*. Em relação ao *teste*, aliás, deve-se elogiar o caráter *crítico* e a existência do *teste* no âmbito linguístico; não da manipulação física do que se assimila enquanto *objetivo*.

Finalmente, ao inferir que, na tradição, Kant constitui notória referência, Popper (1975, p. 95) destaca, sobretudo, a “[...] discussão constante de *teorias*, asserções, proposições, princípios científicos e dos argumentos pró e contra eles, quando seus precursores ainda falavam principalmente de sensações, ou impressões, ou crenças.” Tal diferencial, uma vez considerado, remete tanto à *objetividade*, quanto à alta propensão de avanços e sínteses no âmbito do conhecimento. Para tanto, Popper aplica o recurso da eliminação de erros associado às *conjecturas*. Desse modo, quando o filósofo prussiano efetua a submissão de enunciados e *teorias*, visa depurar não apenas aquilo que se sabe. Perpassa a restrição imposta pelo sistema de *crenças* conjugados à subjetividade, elemento arraigado à natureza humana e, em certa medida, às atividades racionais e experimentais.

Tem-se que, portanto, a *objetividade* é, sob a perspectiva kantiana, o elemento adequado à assimilação e transmissão do conhecimento científico. Ao considerá-la, Popper a conserva com o intuito de identificar deficiências e ambiguidades nas enunciações, reflexos do indivíduo empreendedor da investigação. Sustenta (2004, p. 22), inclusive, que:

É um erro admitir que a *objetividade* de uma ciência dependa da *objetividade* do cientista. É um erro acreditar que a atitude do cientista natural é mais objetiva do que a do cientista social. O cientista natural é tão partidário quanto as outras pessoas, e a não ser que pertença aos poucos que estão, constantemente, produzindo novas idéias, ele está, infelizmente muito inclinado, em geral, a favorecer suas idéias preferidas de um modo parcial e unilateral.

Efetuada, então, a observação e preservação da *objetividade*, investigar-se-á a indagação cosmológica, herança kantiana doravante polarizada entre *indeterminismo* e ideia de mundo.

1.2- O problema cosmológico

Para Popper, os grandes problemas filosóficos devem ser frequentemente identificados e discutidos. Sobretudo no início do século XX, o filósofo assinala certo esquecimento e indiferença para com os mesmos. De modo paralelo, ocorrem reducionismos linguísticos, metodológicos e ideológicos, ações responsáveis pelo afastamento de incontornáveis perguntas. Constatada esta situação, Popper retoma, vigorosamente, o problema cosmológico, precedente à linguagem. Deste são derivadas inúmeras inquirições, as quais dizem respeito, inclusive, às funções, ambiguidades e relação entre linguagem e pensamento.

Não obstante, Popper elenca as seguintes perguntas e as insere no rol dos grandes e incontornáveis problemas filosóficos, a saber: Qual a origem do universo? De onde surgiu o mundo? Com o intuito de melhor estudá-los, que *teorias* podem ser empregadas? Ademais, como melhor entender o *cosmos* e o mundo? Para averiguá-las a contento, Popper (1972, p. 535), diferindo do Círculo de Viena, lhes atribui um *status* privilegiado,¹³ agregando-as no “problema da Cosmologia: *o problema de compreender o mundo – inclusive nós próprios e nosso conhecimento como parte do mundo*”.

Tal ênfase é atestada em *A lógica da pesquisa científica, Universo aberto e O mundo de Parmênides*. Particularmente nestes títulos, há a percepção de indícios e afirmações em torno das quais o indivíduo se indaga, anseando entender os princípios e origens do *universo*¹⁴, do mundo e do próprio surgimento nesta minúscula e complexa periferia. A respeito da presente busca, Harisson (2010, p. 13) infere que “o *Universo* é tudo e nos inclui a pensar sobre o que chamá-lo.”¹⁵ Evidencia-se, acima de tudo, a necessidade quanto à compreensão de o indivíduo, imerso *no* cosmos, efetuar a constante observação, bem como, parafrazeando Popper, favorecer a ampliação do conhecimento.

Embora receptivo às descobertas, seguidas de possíveis interpretações e *conjecturas*, Popper (1999, p. 30) conserva préstimos oriundos da Grécia Antiga. Louva o acurado e destemido exame conduzido pelos Pré-Socráticos.

Creio que os milésios, como seus predecessores orientais que consideravam o mundo [como] por uma espécie de casa, o lar de todas as criaturas, nosso lar. [...] Porém, resultava realmente necessário inquirir acerca de sua arquitetura. Os

¹³ Coroamento de *A lógica da pesquisa científica* (1934).

¹⁴ A expressão *universo*, do grego *hólon*, indica, segundo Gobry (2007, p. 74), “o conjunto e totalidade”, além de “aquilo que constitui a unidade (*hén*) das coisas”. Já *mundo*, também na acepção grega (p. 88), significa “o conjunto das realidades sobre as quais incidem os nossos sentidos”. Assinala-se, portanto, maior extensão conferida ao *universo*, ao passo que o *mundo* possui, em relação a este primeiro, diversas restrições.

¹⁵ “The Universe is everything and includes us thinking about what to call it”.

problemas de sua estrutura, de seus planos e de seus materiais de construção constituem os três principais problemas da cosmologia milésia. [...]”¹⁶

Apesar de notórios os elementos da arquitetura, estrutura e composição do *cosmos*, limitar-se-a à recepção do problema cosmológico outrora abordado por Kant¹⁷ e, na atualidade, herdado por Popper. Assim, em torno desta pergunta, há a polarização entre *indeterminismo* e ideia de *mundo*, embora se reconheçam outros aspectos que, dada a extensão, perpassam o recorte ora proposto. E, no tocante ao préstimo kantiano, frisa Scruton (2011, p. 78): “o pressuposto presente na cosmologia é que podemos pensar o mundo em sua ‘totalidade incondicionada’.” Quer dizer, abrem-se possibilidades a inúmeras análises, especulações e *hipóteses*, uma vez que, na indagação cosmológica, está arraigada a matriz de todas as especulações, não somente acerca do universo, mas sobre o mundo e o homem.

Ao considerar inovações advindas da Revolução Científica Moderna, o que – diretamente – influenciou o filósofo prussiano, Popper (s/d, p. 205) assinala que “[...] a cosmologia de Copérnico e de Newton se tornou uma inspiração vigorosa e estimulante, na vida intelectual de Kant [...]”. Aliado a isso, está o interesse kantiano pelas ciências (geografia, astronomia, matemática, etc.), pois as compreende em complementaridade com a Filosofia. Já em relação ao questionamento fundamental, em Kant (2001, p. 347), “o conjunto de todos os fenômenos (o mundo) é objeto da cosmologia [...]”. Nela estão englobados elementos caros à Filosofia, isto é, pensamento, razão, linguagem, formação e revisão de conceitos, além da evidente dependência e interação entre os planos físico e metafísico.

No concernente à totalidade, elemento cujas implicações cosmológicas são observadas no indivíduo, há, de acordo com Kant, maior atenção para as origens do universo. Nesta, se identificam proposições atinentes à formação, constituição e apresentação da imensurabilidade do universo, o que demonstra a relevância da cosmologia para as demais ciências. Tanto que, sob a senda de Kant (1985, p. 39), Flores declara: “[...] é o conhecimento científico o que atua como paradigma teórico do conhecimento em geral.”¹⁸ A ele compete ordenar, direcionar e explicitar os avanços nos demais âmbitos da atividade humana, especialmente nas perguntas relativas ao universo e ao mundo.

¹⁶ “Creo que los milesios, como sus predecesores orientales que consideraban al mundo por una especie de casa, el hogar de todas las criaturas, nuestro hogar. [...] Sin embargo resultaba realmente necesario inquirir acerca de su arquitectura. Los problemas de su estructura, de sus planos y de sus materiales de construcción constituyen los tres principales problemas de la cosmología milesia. [...]”

¹⁷ No âmbito das influências kantianas, particularmente na cosmologia, não serão tratadas as *antinomias*, pois, embora plausíveis, demandam uma discussão que, em tese, conduziria a Dissertação em outra direção.

¹⁸ “[...] es el conocimiento científico el que actúa como paradigma teórico del conocimiento en general.”

Assimilada a importância do problema cosmológico, cumpre, ademais, entendê-lo enquanto “ressonância” das primeiras civilizações, dos Pré-Socráticos (e, sem desejar compor um histórico), da modernidade e, atualmente, com Popper assegurando-lhe o devido *status*. Para tanto, ao retomar Kant, Popper (s/d, p. 205) afirma ter sido “o problema cosmológico que o levou à sua teoria do conhecimento, e à *Crítica da Razão Pura*. Ele se preocupava com o difícil problema (que todos os cosmólogos precisam enfrentar) do caráter finito do universo, tanto com respeito ao espaço quanto ao tempo.”

No entanto, sem propor a exploração dos dois últimos conceitos, na abordagem kantiana, tanto na etapa *pré-crítica*, quanto na fase *crítica*¹⁹, o questionamento fundamental é articulado à moda de um pano de fundo. Dele provém e desmembram outras problematizações, a ponto de se inferir que, em Kant e Popper, a cosmologia (física e metafísica) emerge enquanto primeiro problema a ser investigado, encaminhando-se a desdobramentos antropológicos, políticos, linguísticos, etc., além de seus subramos. Ao ressaltar a importância da coerência teórica, bem como a necessidade de, com maior frequência, o indivíduo reportar à cosmologia, afirma Ernzen (2013, p. 132):

Uma proposta cosmológica será coerente ou incoerente se as *teorias* que a formam constituem uma visão de mundo articulada, ordenada e universal, entretanto, se forem identificadas discrepâncias ou contradições, ter-se-á que corrigi-las ou refutá-las inteira ou parcialmente, pois o *mundo* não pode ser discrepante, enquanto as *teorias* podem. Somente uma rede teórica ordenada e abrangente pode consistir em uma cosmologia, e, somente um *mundo* ordenado pode ser objeto dela, pois, deve haver correspondência entre as *teorias* e seus objetos.

Identificada a abrangência do questionamento fundamental, sobressai a legitimidade que lhe é atribuída, pois, para Popper (1972, p. 535), “[...] toda ciência é Cosmologia e, para mim, o interesse que tem a Filosofia, assim como o que tem a Ciência, reside apenas nas contribuições que elas trazem para a Cosmologia.” Defere-se, portanto, a confluência entre Filosofia e Ciências, mediante a qual, impelida por *hipóteses* alusivas ao *cosmos*, fomenta a complementaridade, imprescindível ao indivíduo. E ainda, atinente a esta herança, Schorn (2009, p. 168) esclarece que “Popper pretende filiar-se à preocupação kantiana com o conhecimento científico e fazê-la avançar, por lhe parecer, na tradição, a melhor referência racional.” Desse modo, frente à presente vinculação, observar-se-á a postura *indeterminista* seguida da ideia de mundo, tão peculiares a Popper.

¹⁹ O período *pré-crítico* assinala influências recebidas dos sistemas de Leibniz e Wolff, indo até 1770, com a publicação da *Dissertação*. Nesta época, Kant é próximo do racionalismo e do dogmatismo. Contudo, em 1771, publica a *Crítica da razão pura*, diminuindo, então, a contenda entre racionalistas e empiristas.

1.2.1-Indeterminismo

O *indeterminismo*, modalidade de entendimento na qual o universo, o mundo e, em certo sentido, as ações humanas estão sujeitas a imprevisões, constitui-se em destacável elemento da indagação cosmológica. Em *De núvens e relógios* (1965), Popper (1975, p. 200) declara: “[...] sou um indeterminista – como Pierce, Compton e muitos outros físicos contemporâneos [...]”. Tal pronunciamento deve-se à limitação, bem como diminuta conformação apresentada pelas explicações deterministas. Na verdade, de um lado, é razoável observar o conforto e a previsibilidade, comuns às respostas “prontas”. Mas, de outro, são despertados questionamentos, os quais ratificam, segundo Popper, a emergência do *indeterminismo*.

Ao sustentá-lo, o filósofo examina traços e limitações do seu oposto. Decompõe sentenças cujo teor seja favorável às enunciações deterministas, até porque, antes de refutá-las, Popper (1988, p. 01) afirma: “Eu pessoalmente acredito que a doutrina do *indeterminismo* é verdadeira, e que o determinismo é completamente infundado.”²⁰ Para demonstrar esta inferência, são detectadas características e, em seguida, expostas inconsistências do determinismo religioso, científico e metafísico. A tripartição em voga traz, respectivamente, respostas estáticas, o que, conforme sabido, incomoda Popper.

Em primeiro lugar, emerge o desmembramento religioso. Neste, há a associação entre poder e sabedoria divinas, pois a religião é assimilada enquanto porta-voz, visto que Deus (ou o ente superior equivalente)²¹ detém a predeterminação dos fatos; algo impossível para o homem. Deste ato se emitem anúncios, pressupostos através da ligação efetuada pela religião entre Deus e homem, oficializando, mediante emprego de verdades reveladas e textos sagrados, certos acontecimentos alusivos ao destino.

Sob esta perspectiva, para Popper (1988, p. 05), “o determinismo religioso está ligado com as ideias de onipotência divina – poder completo para determinar o futuro – e a onisciência divina, o que implica que o futuro agora é conhecido por Deus, e, portanto, cognoscível antecipadamente, e fixado antecipadamente”.²² Em outros termos, as faculdades e atributos divinos propiciam o adiantamento de fatos relativos ao futuro imediato e distante, despertando curiosidade e interesse do indivíduo, seja ele crente ou não.

²⁰ “I personally believe that the doctrine of indeterminism is true, and that determinism is completely baseless.”

²¹ Tendo por base a formação judaica, recebida na infância e adolescência, leia-se *Iahweh*.

²² “Religious determinism is connected with the ideas of divine omnipotence – complete power to determine the future – and of divine omniscience, which implies that the future is known to God now, and therefore knowable in advance, and fixed in advance”.

Dessa maneira, a acepção religiosa é tida como a primeira vertente determinista. Afinal, para o homem primitivo e, também, atualmente, está em jogo entender o mundo e o universo. Anseando bem fazê-lo, tem-se que o determinismo em estudo atua como matriz, ramificando, posteriormente, em outras modalidades. Segundo Popper (1988, p. 05):

A ideia de determinismo é de origem religiosa, embora haja grandes religiões que acreditam em *indeterminismo* – A doutrina de que pelo menos alguns eventos não são fixados com antecedência. (Desde Santo Agostinho, pelo menos, a teologia cristã tem na maior parte ensinado [ensinou] a doutrina do *indeterminismo*; as grandes exceções são Lutero e Calvino.)²³

Constatada a ação determinista e, em menor grau, *indeterminista* a partir da instituição religiosa, desponta a relevância quanto à possível previsão do futuro²⁴. A referida, pelo que lhe é próprio, conforma o indivíduo a inúmeras situações, particularmente as que envolvem a fragilidade da vida. Neste caso, há, aliado ao determinismo religioso, a aceitação de dogmas e preceitos doutrinários, antagônicos ao incentivo de *hipóteses*, contestações e *críticas*.

Após ater-se aos traços do determinismo religioso, se depreende que sua insustentabilidade reside na crença ou aceitação excessiva de um fato ou ato anunciado ora pela divindade, ora por representantes. Isso ocorre, impreterivelmente, através de enunciados. Tais sentenças – orais e escritas – são, na maioria das vezes, de difícil interpretação, carentes de dados e de tênue fronteira entre o que, em tese, se refere à antecipação e, diga-se, a acolhida pelo indivíduo. Frente à vaga apresentação conexa à radicalidade, traço comum de grande parte dos receptores, infere-se a inconsistência do determinismo religioso. Até porque, em caso de submissão à análise e, nesta, à *crítica racional*, haverá alta demanda por *objetividade* e clareza, tão ausentes no que se mostra a partir do plano linguístico.

Em segundo lugar, está o determinismo científico, promovendo a troca de elementos metafísicos por empíricos. Ao abordá-lo, Popper (1988, p. 05) sublinha que “[...] pode-se olhar para a ideia de um determinismo ‘científico’ como resultou de substituir a ideia de Deus pela ideia de natureza, e a ideia da lei divina pela da lei natural”.²⁵ Tal alteração é atribuída à elaboração de uma *crença* em procedimentos, experimentos e, igualmente, resultados e sínteses apresentados pelas ciências.

²³ “The idea of determinism is of religious origin, although there are great religions which believe in *indeterminism* – the doctrine that at least *some* events are not fixed in advance. (Since Saint Augustine, at least, Christian theology has for the most part taught the doctrine of *indeterminism*; the great exceptions are Luther and Calvin.)”

²⁴ Distinguir esta previsão, no caso, profecias de presságios exotéricos e magia. Importa acentuar que Popper foca-se na instituição religiosa, particularmente no judaísmo e cristianismo histórico.

²⁵ “[...] one can look upon the idea of a ‘scientific’ determinism as the result of replacing the idea of God by the idea of nature, and the idea of divine law by that of natural law.”

Neste processo ingressa, após imemorial inserção de um ente superior (e, unido a ele, um ordenamento revelado), a noção de natureza. Com efeito, a partir do século XVII, houve a consideração de denúncias dotadas de validade universal, ou seja, as leis naturais. E, longe de menosprezá-las, constata-se a confusão realizada no âmbito das práticas científicas, haja vista a inversão de ações, testes e experimentos pseudoalocados em nível de leis universais. Esta elevação, além de indevida, corresponde, segundo Popper, à errônea tentativa de determinar as ciências e seus particulares objetos de estudo.

Quando comenta as previsões ou estimativas atribuídas às ciências, ou melhor, ao que erroneamente lhes é imputado, Popper (1988, p. 06) esclarece:

[...] a ideia fundamental subjacente [ao] determinismo ‘científico’ é que a estrutura do mundo é tal que todos os eventos futuros podem, em princípio, ser racionalmente calculados de forma antecipada, se só nós sabemos das leis da natureza, e o estado presente ou passado do mundo [...].²⁶

O adiantamento de fatos e eventos, caso pudesse ser efetuado para todos os acontecimentos, se mostra interessante. Todavia, ao aceitar a compreensão humana das leis naturais, juntamente com a associação ao passado e futuro, ruma-se à adesão do determinismo científico. O curioso é que esta postura não assegura a regularidade ou o previsível “funcionamento” do mundo! Basta, se fosse o caso, elencar imprevistos de ordem natural ocorridos. De todo modo, Popper receia concordar com a tentativa de previsão perpetrada por muitos cientistas amadores e demais indivíduos, é claro, sem generalizar.

Por outro lado, mesmo sinalizando óbices, Popper (1988, p. 06) ressalva que, no determinismo científico, “[...] se pelo menos um evento futuro no mundo não poderia em princípio ser previsto por meio do cálculo das leis naturais e os dados sobre o presente ou o passado do estado do mundo, então [o] determinismo ‘científico’ teria de ser rejeitado”.²⁷ Em outros termos, o filósofo anseia vislumbrar a previsibilidade; porém, não em escala universal, haja vista a propensão à *falibilidade* nas ciências e em outras áreas. Cumpre, então, reconhecer que, enquanto atividade humana – tanto a filosofia, quanto as ciências – terão inconsistências, contradições parciais ou totais e, além destas, portarão erros de diversas ordens, os quais demandam diuturnos ajustes.

²⁶ “[...] the fundamental idea underlying ‘scientific’ determinism is that the structure of the world is such that every future event can in principle be rationally calculated in advance, if only we know the laws of nature, and the present or past state of the world.”

²⁷ “[...] if at least one future event in the world could not in principle be predicted by way of calculation from natural laws and data concerning the present or the past state of the world, then ‘scientific’ determinism would have to be rejected.”

Para dirimir incoerências, é possível, mediante instrumentos argumentativo-rationais e experimentais, tornar o determinismo científico ao menos transitável. Afinal, até certo ponto, sua obtenção parece plausível. Entretanto, diante de falhas, situações inesperadas e anomalias, eclodem abusos e arbitrariedades. Não obstante, universalizar situações específicas, além de indevido, propicia dogmas e postulados, prejudiciais às ciências e as demais áreas do conhecimento. Tais imposições, à moda do determinismo religioso, bloqueiam a abertura investigativa oriunda de *conjecturas*, *hipóteses*, testes e da *crítica*. Portanto, o determinismo científico torna-se inaceitável, dada a cega e acrítica atribuição de crença, responsável por tolher novas perspectivas e alternativas investigativas.

Em terceiro lugar, Popper trata do determinismo metafísico. Este trata da perenidade do mundo, sustentando que os fatos, mesmo se consumando, são predeterminados por si, desconsiderando, por assim dizer, a ação do indivíduo e de instrumentos científicos. Comparado à modalidade científica, o determinismo metafísico pressupõe a contínua existência dos acontecimentos, tanto antes, quanto depois de o indivíduo os perceber. Comparado à vertente religiosa, não recorre à divindade e a doutrinas cujo objetivo seja, então, fundamentar a predeterminação dos fatos.

A este respeito, Popper (1988, p. 07) assinala que a modalidade metafísica:

[...] simplesmente afirma que todos os eventos neste mundo são fixos, ou inalteráveis, ou pré-determinados. Ela não afirma que eles [eventos] são conhecidos por ninguém, ou previsíveis, por meios científicos. Mas se afirma que o futuro é um pouco mutável como é o passado. Todo mundo sabe o que queremos dizer quando [falamos que]o passado não pode ser mudado. É precisamente no mesmo sentido que o futuro não pode ser alterado, de acordo com o determinismo metafísico.²⁸

Como se observa, no determinismo metafísico está presente uma espécie de *continuum* dos fatos, componente através do qual a natureza se distancia da divindade, dos dogmas e do vasto aparato científico-tecnológico. Decorre, com efeito, a conformidade relativa à sucessão de acontecimentos. Tanto que, em relação às modalidades precedentes, não há, aliada à afirmação da perenidade do mundo, a busca por provas, tais quais: determinação divina, contraposição argumentativa, mensuração por meio de rigorosos métodos e testes, precisão de instrumentos, etc.

²⁸ “[...] simply asserts that all events in this world are fixed, or unalterable, or predetermined. It does not assert that they are known to anybody, or predictable by scientific means. But is asserts that the future is a little changeable as is the past. Everybody knows what we mean when we say the past cannot be changed. It is in precisely the same sense that the future cannot be changed, according to metaphysical determinism.”

Ao enfatizar o determinismo metafísico, Popper (1988, p. 08) reconhece a impossibilidade quanto à submissão ao *teste*, exercício tão solicitado no âmbito do conhecimento científico. Assim sendo,

O determinismo metafísico claramente não é testável. Se mesmo o mundo constantemente nos surpreendeu, e não apresentou nenhum sinal de qualquer predeterminação ou de qualquer regularidade, o futuro ainda pode ser pré-determinado, e até mesmo pré-conhecido por aqueles capazes de ler o livro do destino.²⁹

Desse modo, em conformidade ao que fora registrado desde os tempos de Aristóteles e, até mesmo, antes dele, a metafísica possui expressivas diferenças em relação às ciências. Todavia, as distinções não assinalam que ambas estejam separadas ou possuam antagonismos! Nem é o caso de efetuar qualquer *conjectura* a respeito. Mas, há de se acentuar, segundo Popper, a abertura – mesmo que pequena – ao futuro, pois apesar de, em grande parte, determinado, há condições de estimar, por meio das circunstâncias, possíveis encaminhamentos. Estes poderão demonstrar, no âmbito de um cenário determinista, inconsistências que demandem, portanto, rumar a investigação ao *indeterminismo*.

Por conseguinte, após sucinta caracterização do determinismo, cumpre questionar: em que consiste, então, o *indeterminismo*? Conforme Popper (1975, p. 203), na “[...] doutrina de que *nem todos os* eventos no mundo físico são predeterminados com precisão absoluta, em todos os seus infinitesimais detalhes.” Tal definição visa sustentar a existência de acontecimentos que superam a previsibilidade, o que solicita, impreterivelmente, o *indeterminismo*. Nele, encontrar-se-ão elementos mensuráveis, dotados de estimativas, como também, aspectos imprevisíveis, seja em escala macrocós mica, seja microcós mica. Em contrapartida, o que importa é, com base em Popper, reconhecer a insuficiência das explicações oferecidas (e até impostas) pelo determinismo. Além disso, sobretudo no momento atual, é oportuno acentuar o aumento de ocasiões adequadas ao emprego do *indeterminismo*.

Reconhecida a importância da cosmologia e, a ela conexa, o *indeterminismo*, como é possível visualizar a recepção da influência kantiana presente em Popper? Para responder esta indagação, é preciso recordar do debate de Popper com os ditos filósofos de crença, entre os quais, figura Kant. Outrossim, quando se intitula *indeterminista*, Popper questiona modelos e proposições pré-estabelecidos, tais quais: o mundo ptolomaico, o universo de Galileu e,

²⁹ “Metaphysic determinism is clearly not testable. For even if the world constantly surprised us, and showed no sign of any predetermination or even of any regularity, the future might still be predetermined, and even foreknown by those able to read the book of destiny.”

principalmente, os avanços de Isaac Newton no contexto da Revolução Científica Moderna. Na verdade, o filósofo assimila as respectivas alternativas de explicação e, paralelamente, detecta as limitações comuns ao determinismo.

Em relação a Kant, Popper (s/d, p. 208) pondera:

Mesmo os que (como eu) não aceitam todas as idéias de Kant acatam seu ponto de vista de que o experimentador não deve aguardar que a natureza decida revelar seus segredos – é preciso questioná-la, propor-lhe indagações, à luz de nossas dúvidas, *conjecturas*, teorias, idéias e inspirações [...]

Há, conforme observado, mesmo após Kant estudar as contribuições newtonianas, a condição de serem levantadas *hipóteses* a respeito de inúmeros anseios humanos, inclusive, aceder ao determinismo. Este desejo mostra-se promissor, até porque, para Popper (1975, p. 199), “só com a derrocada da física clássica e com a ascensão da nova teoria dos *quantum* foi que os físicos se dispuseram a abandonar o determinismo físico.” No entanto, apesar de viver em um momento histórico no qual a alternativa determinista era predominante, Kant assinala um *locus* adequado a descobertas e eventos inesperados. Eis, nesta abertura, uma influência futuramente recebida e incorporada em Popper.

Ao elucidar a possibilidade de inovações futuras que, de modo especial, digam respeito ao *indeterminismo* científico, complementa Porta (2007, p. 109):

[...] para Kant, a física newtoniana é algo mais que uma mera generalização de dados empíricos ou uma descrição matemática feliz e conveniente dos fenômenos que poderia, eventualmente, ser corrigida no futuro; ela é um conhecimento que implica um caráter universal e necessário.

Depreende-se, a partir de Kant, uma herança distinta da postura determinista. Devido ao fato de a física newtoniana, da qual compactua Kant, poder continuar sendo universal e logicamente necessária, Popper acentua que, mesmo com os avanços promovidos por Einstein, este modelo continua tendo sua validade, necessidade e justificação. Sem, todavia, diminuir o devido valor do conhecimento acerca do cosmos e do mundo, Popper (1975, p. 203), reafirma a emergência do *indeterminismo*, haja vista que “[...] o determinismo é falso e que *há pelo menos algumas exceções*, aqui e ali, à predeterminação precisa.”

1.2.2- Ideia de mundo

A cosmologia, preponderante em Popper, se articula entre o *indeterminismo* e a ideia de mundo. Contudo, primeiramente, será observada tal acepção com base em Kant. Para tanto, cumpre destacar que Popper não reproduz, tampouco inicia a investigação sobre o

mundo a partir da noção kantiana³⁰. Há, acima de tudo, o enaltecimento da indagação cosmológica (Cf. 1.2) e, por extensão, do conceito de mundo expresso em Kant. Isso permite afirmar que está em questão sublinhar a motivação com vistas à melhor averiguação do universo e do mundo, reflexo do esforço empreendido por Kant.

Desse modo, para o filósofo prussiano (2001, p. 413), o mundo é “o conjunto matemático de todos os fenômenos e a totalidade da sua síntese, tanto no grande como no pequeno, isto é, no desenvolvimento progressivo dessa síntese, quer por composição quer por divisão.” A acepção engloba a unidade dos objetos, indivíduos e demais seres. Porém, independente de os componentes serem ínfimos, demasiado extensos e complexos, são constatadas novidades advindas do agrupamento das partes a ele inerentes. Desta junção se infere que a evolução do mundo ocorre também pela formação de vários elementos, e ainda, por meio de possíveis e efetivas separações.

Além disso, Kant (2005, p. 230) esclarece que “o sentido da palavra mundo, tal como é entendido no uso comum, vem por si mesmo ao nosso encontro. Pois ninguém atribui *acidentes*, como *partes*, ao *mundo*, mas atribui-os, como *determinações*, ao *estado* do mundo.” Dito de outro modo, há o ingresso ordenado, imediato e integrado deste conceito ao intelecto, ou seja, o mundo é abstraído de forma unitária e possui, análogo à evidência, alguma previsão. Mas, há de se afirmar que essa possível determinação não é generalizada. Portanto, tal processo explicita, conseqüentemente, a assimilação instantânea do mundo pelo entendimento, pois – à moda de experiências cotidianas – o referido mundo se põe à disposição do indivíduo que, inevitavelmente, nele se encontra e interage.

Aliada ao conceito de mundo está a indagação acerca de sua origem. Sem, no entanto, precisar um momento específico, bem como discorrer sobre substâncias a partir das quais a complexidade do mundo se organizou, assinala Kant (2001, p. 323):

O mundo tem de ter um começo no tempo. E isto, porque na nossa razão (considerada subjetivamente como uma faculdade humana de conhecimento) há regras fundamentais e máximas relativas ao seu uso, que possuem por completo o aspecto de princípios objetivos, pelo que sucede a necessidade subjetiva de uma certa ligação dos nossos conceitos, em favor do entendimento, passar por uma necessidade objetiva da determinação das coisas em si.

Ocorre o registro quanto à origem temporal do mundo e do ordenamento lógico que lhe é evidente. Ambos elucidam os direcionamentos da razão enquanto faculdade. Há,

³⁰ Conforme Popper (1975, p. 108), o *mundo 3*, inseparável do *conhecimento objetivo*, “[...] se assemelha mais de perto ao universo de *conteúdos objetivos de pensamento* de Frege.” Portanto, o conceito de mundo, longe de remeter a acepções fenomênicas, ou exclusivamente kantiana, possui, em primeiro lugar, vinculação com as leituras popperianas de Frege, feitas sobretudo nos anos de juventude e início da vida adulta.

mediante demanda subjetiva, a conexão entre conceitos, elevando, por fim, a compreensão do indivíduo em relação a si, aos outros e ao mundo. Isso, é claro, considerando a necessidade da *objetividade*, pois está em jogo aproximar o entendimento da tão perquirida universalidade.

Sob a perspectiva kantiana, ao entrar em contato com o mundo, emerge a natureza, componente de expressiva importância. A seu respeito, pontua Fernandes (1981, p. 80): “no contexto da teoria do conhecimento de Kant, a natureza é a soma de tudo o que aparece ou pode ser objeto da experiência possível; a lei é transcendental; a experiência é pessoal, quer real ou possível; e o conhecimento é compreensão ou compreensão cognitiva.”³¹ Desse modo, ao indivíduo, imerso neste mundo, compete assimilar a adição de fenômenos e conhecimentos já adquiridos e vindouros, alusivos a vivências e ao entendimento.

Em relação à lei, tem-se a profunda significação com a qual é dotada, perpassando meras palavras e enunciações, como também, a vulgar acepção de *letra morta*. Há, em contrapartida, a diuturna atualização da significação, apresentando caráter objetivo. Ademais, a lei está internalizada no indivíduo, assim como a noção de dever, elementos os quais, apesar de relevantes, extrapolam este estudo. Já no concernente à experiência, nota-se a correspondência a uma instância individual, isto é, subjetiva, plausível à cognição, desde que, como anunciado, coloque-se à espreita da *objetividade*.

Feita a breve consideração acerca do conceito de mundo, extrai-se que Popper, apoiado na filosofia de Kant, confere elevado *status* à inquietação cosmológica, porém, sob o prisma *indeterminista*. Neste âmbito, ao acentuar a importância da relação entre o mundo³² e o indivíduo, Caponi (1999, p. 76) destaca a peculiaridade própria de Popper, qual seja,

[...] mostrou que, por ser uma estrutura linguística, o conhecimento é uma coisa do mundo, e deve ser assim considerado pela epistemologia. Esta não deve interrogar-se pelas condições transcendentais de todo conhecimento possível que, supostamente, a linguagem fixa ao determinar os limites do mundo. Ao contrário, a epistemologia deve ocupar-se da ciência enquanto coisa realmente existente.

Concebido o conhecimento enquanto estrutura linguística, defende-se que o mundo é – exclusivamente – manifesto *na* linguagem, seja histórico-natural ou artificial, fazendo-a merecedora de maiores investigações. Quando afirmado que à epistemologia compete o estudo efetivo e fatural das ciências, ocorre, longe de desprezar *conjecturas*, o afastamento de possibilidades transcendentais, pois constata-se, alicerçado em Popper, o interesse voltado à

³¹ “In the context of Kant’s theory of the understanding, nature is the aggregate of all that appears or can be the object of possible experience; law is transcendental law; experience is everybody experience, whether actual or possible; and knowledge is cognisance or cognitive grasp.”

³² Leia-se indissociável do universo. Por uma questão de extensão, a primeira expressão fora omitida nesta frase.

experiência sensível e ao que a ela esteja associado. Porém, isso não significa inseri-la em um patamar superior à metafísica e demais componentes da natureza e atividades humanas.

Nesta assimilação do conhecimento enquanto estrutura linguística, Popper (1988, p. 43) mostra preocupação com a noção de mundo. Acentua que:

O mundo, como nós o conhecemos, é muito complexo, e embora possa possuir aspectos estruturais que são simples, em algum sentido ou outro, a simplicidade de algumas de nossas teorias – o que é de nossa própria autoria – não implica a simplicidade intrínseca do mundo.³³

Detectada a complexidade e, ao mesmo tempo, simplicidade de determinados componentes do mundo, visualiza-se a aparente compreensão desta totalidade. Contudo, seu entendimento não se mostra eficaz, nem satisfatório. Por quê? Segundo Popper, devido ao reconhecimento, necessário e incontornável, atinente à diversidade de *teorias* que dizem respeito ao mundo. As referidas, apesar de, em certa quantidade, serem claras, podem, mesmo assim, carecer de sincronia entre o que enunciam e aquilo que é próprio do mundo, longe de qualquer convenção.

De modo paralelo, quando razoavelmente estudadas, as *teorias*, embora objetivas, tendem à supervalorização, principalmente nos casos de pseudoassociação à única *hipótese* ou certeza possível. Inclinado a evitar este tipo de equívoco, Popper (1988, p. 44) pondera:

O método da ciência depende de nossas tentativas de descrever o mundo com teorias simples; as teorias que são complexas podem se tornar testáveis, mesmo se acontecer de elas serem de verdade. A ciência pode ser descrita como a arte da excessiva simplificação sistemática – a arte de discernir o que pode, com vantagem omitir.³⁴

Constatado o risco da univocidade teórica, é necessário descrever o mundo com *objetividade*. Mesmo para *teorias* complexas, a submissão a testes endossará a veracidade ou não dos enunciados. Especificamente, para a razoável averiguação do mundo, vale lembrar que Popper (1972, p. 536) não é partidário de um único método. Declara: “não me importa que método um filósofo (ou qualquer outra pessoa) use, contanto que esteja enfrentando um problema interessante e contanto que esteja sinceramente empenhado em resolvê-lo.” Há, segundo o exposto, uma abertura à pluralidade de possíveis vias de acessos. O que importa é, enfim, convergir à ampliação do que se sabe – ou se presume saber – sobre o mundo.

³³ “The world, as we know it, is highly complex; and although it may possess structural aspects which are simple in some sense or other, the simplicity of some of our theories – which is of our own making – does not entail the intrinsic simplicity of the world.”

³⁴ The method of science depends upon our attempts to describe the world with simple theories; theories that are complex may become untestable, even if they happen to be true. Science may be described as the art of systematic over-simplification – the art of discerning what we may with advantage omit.

Frente ao mundo, em Popper, tripartido e relacional, compete a identificação de inconsistências linguísticas. Afinal, por mais elegantes e articuladas, as asserções são suscetíveis de questionamentos, ajustes e frequentes reformulações. Aliado a esta necessidade, em Popper (1988, p. 47), “nós tentamos examinar o mundo exaustivamente por nossas redes, mas sua malha sempre deixará uma pequena fuga de peixe: sempre haverá o suficiente para jogar o *indeterminismo*.”³⁵ Dada a presença desta tendência na noção e mundo, extrai-se que as redes não retém tudo o que se predica (se é que seja possível dizer tudo!) a respeito desta totalidade. Ademais, fica incogitável a especulação acerca de um mundo *em si*, dada a *teoria dos três mundos*. A referida estabelece a relação, interação e autonomia entre o *mundo 3*, isto é, conteúdos objetivos de pensamento, *mundo 2*, estados mentais e *mundo 1*, relativo aos objetos materiais. Para complementar, segundo Wolff (s/d, p. 183), trata-se do “[...] co-pertencimento de todas as coisas a uma mesma estrutura de conjunto – noutras palavras, uma orde total – e, por outro lado, como a reunião de tudo o que, não sendo próprio a ninguém, é partilhado por todos – noutras palavras, uma ordem comum.” Por isso, a necessidade da existência tridimensional e multilateral, sendo, então, incabível pensá-los dissociadamente.

Todavia, antes de abordar a autonomia do *mundo 3* (Cf. Cap. II), atentar-se-á à caracterização dos três mundos. Por hora, tenha-se que, apesar de elevado em relação ao *mundo 2* e *mundo 1*, o *mundo 3* não permanece isolado dos demais. Tal esclarecimento atesta a interrelação desta tripartição, uma vez que, segundo Popper (1975, p. 109), “[...] há mundos materiais e um mundo de estados de consciência, e que estes dois interagem.” A reciprocidade ora evidenciada remete, por assim dizer, os respectivos mundos a uma unidade, análoga a Kant, porém, é claro, em contextos muito distintos.

Sem desmerecer o *mundo 2* e o *mundo 1*, igualmente importantes, Popper (2002, p. 40) se concentra no *mundo 3*, ou seja, “[...] o mundo dos produtos da mente humana.” Neste âmbito, residem *teorias*, *conjecturas*, memórias e demais componentes imprescindíveis não apenas à sobrevivência, mas também à perpetuação e ampliação do que se julga saber sobre o mundo e o universo. O curioso é, conforme o filósofo (2002, p. 46), confirmar a “[...] possibilidade de extrair mais do *mundo 3* do que aquilo que introduzimos nele.” E como isso ocorre? Mediante constatação da imensa riqueza que, antes mesmo de o indivíduo tomar consciência de sua existência, faz-se presente através do acúmulo de dados, conceitos, ideias e pensamentos objetivados, acedendo, portanto, o que compete aos objetos materiais e, até mesmo, os diversos e oscilantes estados mentais.

³⁵ “We try to examine the world exhaustively by our nets; but its mesh will always let some small fish escape: there will always be enough play for *indeterminism*.”

Em outros termos, o *mundo 3* corresponde à junção objetiva de todos os conhecimentos acumulados pela evolução humana em milhões de anos, tanto aqueles atualmente conhecidos, tais quais: fórmulas, partituras, mapas, línguas vernáculas, como também os que, devido à distância temporal ou demais limitações, não se mostram, até o momento, traduzíveis ao indivíduo³⁶. E, para melhor caracterizar o *mundo 3*, um mundo linguístico, Popper (1975, p. 110) ratifica que:

A epistemologia tradicional tem estudado o conhecimento ou o pensamento num sentido subjetivo – no sentido comum das expressões ‘sei’ ou ‘estou pensando’. Isto, afirmo, tem levado estudiosos de epistemologias a irrelevâncias: enquanto pretendiam estudar o conhecimento científico, estudavam de fato algo que não tem significação [...] Pois o *conhecimento científico* simplesmente não é conhecimento no sentido do uso comum da palavra ‘sei’. Enquanto o conhecimento no sentido de ‘sei’ pertence ao que chamo de ‘segundo mundo’, o mundo de *sujeitos*, o conhecimento científico pertence ao *terceiro mundo*, ao mundo de teorias objetivas, problemas objetivos e argumentos objetivos.

Urge, de acordo com o filósofo, a averiguação do *mundo 3*, visto que, no tocante à tradição, houve demasiada atenção para com as epistemologias subjetivistas, favorecendo o despertar tardio da *objetividade*, presente em teorias, obras de arte, problemas (filosóficos ou não) enunciados e raciocínios rigorosamente conduzidos. Dessa maneira, Popper acentua a plausibilidade e valoração dos ditos conteúdos objetivos.

Porém, esta postura não enseja romper com a tradição, pois Popper estabelece diálogo com filósofos de crença, ou subjetivistas. Igualmente, por meio deste saudável confronto, se destaca o legítimo *status* dado ao *mundo 3*. Tanto que, para Popper (2002, p. 49), “[...] o *mundo 3* é obra humana (embora autónomo em outro sentido) e que, seja como for, é tão real como o *mundo 1*, visto que, por intermédio da acção do *mundo 2*, pode agir não só sobre a nossa mente como também sobre o corpo e, deste modo, sobre o *mundo 1*.”

Verifica-se, após registro da ideia de mundo, a valoração conferida aos préstimos kantianos, ora retomados na atualidade. Ao promover a abordagem cujo objeto é a cosmologia, Popper explicita que, mesmo o filósofo prussiano concordando com a física newtoniana, elemento que o aproxima do determinismo, manifesta a devida admiração pelos grandes feitos outrora lhe creditados no cenário da Revolução Científica Moderna.

Portanto, aufere-se que Popper recebera, no tocante à cosmologia e à *objetividade*, expressiva influência kantiana. Considerando tal influxo, pondera Schorn (2009, p. 161): “Popper compreendeu que Kant não estava preocupado em investigar *por que* é possível

³⁶ Acrescente-se o arcabouço de vivências humanas desde os primórdios, tais como: representações simbólicas, inúmeras escritas (icônicas e dígitas), cálculos, formas, odores, lembranças e as recentes línguas artificiais.

conhecer o mundo, mas como podemos progredir na investigação.” Quer dizer, quando se afasta da ciência essencialista, Kant se lança ante possíveis insucessos e riscos, auxiliando na melhoria do que se conhece sobre o mundo. Eis, então, o esforço cujo objeto é perquirir a totalidade denominada mundo aliada às conexões alusivas ao homem e à linguagem.

1.3- As funções da *crítica*.

Ao lado da cosmologia, *indeterminismo* e ideia de mundo, está a *crítica racional*. Enquanto componente da herança kantiana, o que se entende por ela? De acordo com o filósofo prussiano (2010, p. 05), a “faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência* [...]” Engloba o entendimento puro e a experiência sensível, elementos os quais, uma vez concebidos de forma integrada, permitem assimilar a *crítica* como uma das capacidades intrínsecas à razão. Tanto que, sob a recepção popperiana, se reconhece a *crítica racional* como sinônima de filosofia.³⁷

Para melhor ratificá-la, Popper (1972, p. 33), sustenta a pertinência de:

A partir de uma idéia nova, formulada conjecturalmente e ainda não justificada de algum modo – antecipação, hipótese, sistema teórico ou algo análogo – podem-se tirar conclusões por meio da dedução lógica. Essas conclusões são, em seguida, comparadas entre si e com outros enunciados pertinentes, de modo a descobrir-se que relações lógicas (equivalência, dedutibilidade, compatibilidade ou incompatibilidade) existem no caso.

Antes de abordar qualquer novidade ou problema decorrente, reitera Popper (1975, p. 40), compete entender “a atitude crítica como característica da atitude racional.” Neste exercício, se assimilará a *crítica racional* enquanto constituinte do conhecimento científico, não podendo ser-lhe excluída. Desse modo, a função atribuída à *crítica racional* é a de contestar dogmas, pseudoafirmações e demais imposições, nocivas ao crescimento do dito conhecimento, bem como do indivíduo. Em contrapartida, dada a ocorrência de entraves à ampliação do conhecimento científico, cumpre – antes da *crítica racional* – asseverar que, conforme Porta (2007, p. 59), “[...] a única atitude filosoficamente possível diante de certas colocações confusas, vagas ou absurdas é não entendê-las.” Eis, por assim dizer, a urgência e demanda de clareza na enunciação conjugada à a *crítica racional*.

³⁷ Tal identificação se deve, conforme Popper (s/d, p. 205) ao fato de Kant “[...] ter chegado ao problema central da *Crítica* ao considerar se o universo tivera um princípio no tempo ou não.” Novamente, há a ligação entre cosmologia e *crítica*. Contudo, enquanto o filósofo prussiano efetua a *crítica* da razão, Popper a entende como o acurado exame acerca de um assunto a ser elevado à categoria de problema, demandando, portanto, averiguação.

De acordo com o exposto, constatada a necessidade da clareza como aporte à *crítica racional*, como, no âmbito da influência kantiana, Popper a articula? Em primeiro lugar, para elaborar e bem conduzir a *crítica*, Popper (1972, p. 536) solicita “[...] enunciar claramente o problema e examinar, *críticamente*, as várias soluções propostas.” Isso significa elencar a questão, levantar *hipóteses* e propor alternativas de resolução, o que, historicamente, nem sempre indica êxitos. No entanto, mesmo independentemente de equacionar ou solucionar problemas, compete o constante emprego da *crítica racional*, haja vista o risco de o conhecimento científico ter a omissão da referida, o que, quando muito, mal o caracterizaria.

Mas, como aplicar adequadamente a *crítica racional*? Segundo Popper (1972, p. 536), “[...] tentar saber o que outras pessoas pensaram e disseram acerca do problema em causa: por que se viram compelidas a enfrentá-lo; como o formularam; como tentaram resolvê-lo.” Tal interpelação auxilia a identificação das motivações, insucessos, erros e tentativas de resolução, mesmo no caso de a indagação possuir complexidade, por exemplo, a cosmologia. Contudo, esta persistência não sinaliza que, devido à imensurabilidade do problema, dispensar-se-á a *crítica racional*. Pelo contrário, faz-se imprescindível perquiri-la.

Não obstante, Popper (1977, p. 147) assinala a importância de, no ato da *crítica racional*, almejar e, logo após, cunhar “[...] uma teoria passível de discussão, que possa ser submetida ao crivo da *crítica racional*; preferentemente uma teoria passível de prova, não uma teoria que se limite a apelar para nossas intuições subjetivas.” Evoca-se, novamente, a *objetividade*, pois, em torno dela, a análise ou debate podem ser, no plano da *hipótese* em discussão, efetuados ordenadamente. Porém, caso prevaleça a subjetividade e seus caprichos, Popper (1972, p. 537), em tom sarcástico, afirma que “[...] a discussão racional se encerrará, embora cada um de nós possa prosseguir alegremente, falando consigo mesmo.”

No intuito de preservar a discussão racional, compete ao indivíduo, em assuntos comuns e acadêmicos, cultivar a *objetividade*. Feito isso, quando tratados de modo direto, longe de desprezar impressões e opiniões, haverá alta propensão à análise centrada do objeto. Com efeito, entre os benefícios deste emprego, estarão, segundo Glock (2011, p. 143): “expressar seu pensamento claramente para si mesmo e para os outros; [...] fazer as distinções a serem feitas e, assim, a evitar confusão desnecessária – e a não fazer uso de palavras longas (ou breves) sem ser capaz de explicar o que elas significam.”

Embora ecoem triviais, as orientações são de inestimável relevância, particularmente ao indivíduo. Afinal, na manifestação do pensamento – tanto para si, quanto para terceiros – existem condições de se fazer entender, ato louvável, porém, nem sempre possível, neste que

é um mundo linguístico! Juntamente com a explicitação de pensamentos, friza-se o esforço com vistas à emissão de palavras cuja articulação favoreça a formação de sentenças diretas.

Para tanto, tendo em vista que a *crítica* é assimilada enquanto faculdade racional, depreende-se, em Popper (2004, p. 27), a constante busca pelo seu aprimoramento. Isso se dá através do emprego da lógica dedutiva, a qual

[...] torna-se a teoria da *crítica racional*, pois todo criticismo racional toma a forma de uma tentativa de demonstrar que conclusões inaceitáveis podem se derivar da afirmação que estivemos tentando criticar. Se tivermos sucesso em deduzir, logicamente, conclusões inaceitáveis de uma afirmação, então, a afirmação pode ser colocada como digna de ser recusada.

Tal exercício é, por um lado, árduo; mas, por outro, fundamental à depuração do conhecimento e da linguagem sob variados desmembramentos. Ademais, o direcionamento da *crítica racional* volta-se aos enunciados orais e grafados, indispensáveis à externalização do pensamento *via* linguagem.

E, além de contestar dogmas e pseudoafirmações, quais são as outras funções atribuídas à *crítica racional*? Com base em Popper, a busca pela verossimilhança das enunciações e, se possível, de alguma certeza, o acurado exame das sentenças proferidas e recebidas através da instigante interação linguística, a cautela no concernentes às manifestações subjetivas, principalmente antipatias, empatias e preconceitos. Igualmente, a condição de provar o que fora emitido pelo indivíduo, assegurando, então, maior credibilidade ou, sob outro prisma, denunciando inúmeros desvios e incoerências, elementos depreciadores da linguagem e, em muitas situações, recebidos de forma acrítica e passiva.

Ademais, é preciso registrar que, segundo Popper (s/d, p. 80), a *crítica* constitui-se em aspecto indispensável à própria origem da ciência ocidental. Sob as palavras do filósofo,

A ciência começa, portanto, com os mitos e a crítica dos mitos; não se origina numa coleção de observações ou na invenção de experimentos, mas sim na discussão criticados mitos, das técnicas e práticas mágicas. A tradição científica se distingue da tradição pré-científica por apresentar dois estratos; como esta última, ela lega suas teorias, mas lega também com elas, uma atitude crítica com relação a essas teorias. As teorias são transferidas não como dogmas, mas acompanhadas por um desafio para que sejam discutidas e se possível aperfeiçoadas.

Assim, a *crítica* é, conforme Popper, a instância adequada ao surgimento, crescimento e constante consolidação da ciência, forma de conhecimento elevada; porém, que não deve ser entendida como superior às demais, sendo, na verdade, um prolongamento daquilo que se origina na esfera do senso comum. Portanto, sem a ação da *crítica*, certamente a supracitada não ocuparia o status a partir do qual as pessoas estão acostumadas a visualizá-la atualmente.

Concomitante às questões supracitadas, para o filósofo (1977, p. 149), a *crítica* acede o julgamento do mérito afirmativo ou apreciação desfavorável de impressões e opiniões.

Pode-se dizer que a crítica continua o trabalho da seleção natural, operando num nível não genético (exossomático): ela pressupõe a existência de *conhecimento objetivo*, na forma de teorias *já formuladas*. Assim, é somente através da linguagem que a *crítica* consciente torna-se possível.

Torna-se ainda mais visível a ação da *crítica racional*, pois, na incessante adaptação humana ao mundo físico-biológico, desponta a intersecção firmada com o *mundo 3*, incluindo o arcabouço teórico acumulado em milhões de anos. Esta riqueza porta, segundo Popper, a condição de, após diversas intempéries ou deploráveis intervenções humanas, auxiliar até mesmo em prováveis recomeços da civilização. Desse modo, alicerçada no *conhecimento objetivo*, a *crítica racional* é vislumbrada como o recurso indicado à testabilidade de proposições, ocasionando o melhoramento do saber cuja externalização se dá *na* linguagem.

Realizado o breve registro atinente às heranças kantianas de maior destaque, abordar-se-á a demarcação. Esta é, em Popper, compreendida como critério e, de modo distinto, faz-se presente no Círculo de Viena. Na discussão entre o filósofo e os positivistas lógicos, há de se observar seu ajustamento e reorganização, a ponto de, sob os crivos de Popper, ser elevada à altura de problema.

1.4- O problema da demarcação do Círculo de Viena e a discordância popperiana.

A *demarcação* é o ato de diferenciar e delimitar ciências, pseudociências, não-ciências e demais saberes. Normalmente, é empreendida por teóricos de distintas matrizes, sem descartar, em certa medida, convergências e discordâncias. Sobretudo na polarização entre o Círculo de Viena e Popper³⁸, objetiva-se a melhor detecção de relações e fronteiras, trabalho tênue e de delicada execução. Até porque, conforme se observa, tais limites não são estanques, nem definitivos. Em vista disso, a *demarcação* almeja averiguar competências, atribuições, naturezas, oposições, objetos e alcances dessas áreas.

Nesta busca, ao discordar dos positivistas lógicos – diga-se, da *demarcação* por eles desenvolvida – Popper efetua maior aproximação dos elementos supracitados. Tanto que, ao aludir à *demarcação* (1997, p. 177), o filósofo a problematiza: “[...] *como é que se pode distinguir as teorias das ciências empíricas, as especulações pseudocientíficas, não*

³⁸ Embora convivesse com membros do Círculo de Viena, Popper (2006, p. 09) afirma: “[...] não sou um positivista, na medida em que considero moralmente errado não acreditar na importância imensa e na realidade do sofrimento humano e animal e na realidade e importância da esperança [...] e da bondade humana.”

científicas ou metafísicas?” Antes de conjecturar possíveis respostas, destaca-se, já na composição desta pergunta, admirável clareza! Afinal, para auferir uma enunciação centrada, Popper, avesso a confusões, tuncagense falsidades linguísticas (e de outros âmbitos), sustenta o caráter *teórico* das proposições científicas. Além disso, classifica-as, de modo a separá-las das sentenças não-científicas e pseudocientíficas.

Quando se refere à especulação, reforça-lhe a importância. Enseja evitar menosprezos; porém, mostra-se cauteloso ante o uso dado pelas pseudociências. Se, por exemplo, estivesse próxima ou vinculada ao pensamento filosófico-científico, a especulação estimularia a curiosidade e a imaginação. Porém, o emprego dispensado pelas pseudociências é questionável e indevido! No intuito de melhor averiguá-lo, Lákatos (s/d, p. 11) comenta que “a demarcação entre ciência e pseudociência não é um mero problema de filosofia de salão: é de vital relevância social e política.”

O uso em pauta estimula a autoarrogância de benefícios, o que é deplorável. Frente a este equívoco, Popper aplica a pseudociência e não-ciência a acepção pejorativa de especulação, cujo objetivo é indicar formulações vagas e deficitárias. Paralelamente, emerge o antagonismo entre a última e as *teorias*³⁹, antecedidas por especulações legítimas e válidas, tal qual na cosmologia (Cf. Cap. I, 1.2). Dessa maneira, a *demarcação* popperiana interpela, já na enunciação, a diferenciar ciência, pseudociência e não-ciência.

Nesta distinção, a metafísica é considerada? Aliás, no exercício de *demarcação*, faz-se ou não presente? Para o Círculo de Viena, está fora do que é assimilado enquanto científico. Isso sinaliza, com efeito, a relegação da metafísica à não-ciência. Neste caso, é excluída do plano da ciência e, por extensão, da *demarcação*, pois está à margem. No entanto, em Popper, figura como conhecimento imprescindível, paralelo às ciências⁴⁰. Diante desta coexistência, há, no tocante à *demarcação*, a crescente pertinência da metafísica. Para melhor atestá-la, Popper a diferencia das ciências, declarando, enfim, a impossibilidade de convertê-la nas últimas e vice-versa.

Apesar de afirmada a diferença ora em voga, constata-se a paralelidade de ambas. Uma vez evidenciada, não se pode furtar, segundo Popper (1972, p. 35), à inquietação relativa ao “[...] problema de estabelecer um critério que nos habilite a distinguir entre as ciências empíricas, de uma parte, e a Matemática e a Lógica, bem como os sistemas ‘metafísicos’ de outra.” Dada a imperiosa necessidade de delimitação – sem contar conhecimentos e saberes

³⁹ Quer dizer, *hipóteses* colocadas em discussão, falíveis, propensas à refutação e orientadas pela *objetividade*.

⁴⁰ Para maiores esclarecimentos cf. o IV Capítulo.

adversos à Filosofia e Ciências – detecta-se, portanto, a emergência do discernimento e clareza proporcionados pela *demarcação*.

Visualizada a relevância em questão, doravante acrescida do emprego popperiano, cumpre retornar às indagações iniciais, quais sejam: 1) o que se entende pela *demarcação* do Círculo de Viena? 2) Qual a discordância entre Popper e os positivistas lógicos no concernente à *demarcação*? Logo após, será necessário investigar se 3) a divergência entre Popper e o Círculo de Viena terá alguma contribuição para a linguagem, temática norteadora desta Dissertação. De antemão, registre-se resposta afirmativa. Mas, com quais fundamentos?

Em primeiro lugar, a *demarcação* oferecida pelo Círculo de Viena é o recurso adequado à classificação de ciências e não-ciências. Por meio de seu auxílio, os positivistas lógicos inferem se um conhecimento é ou não científico. Nesta ordenação, sublinha Carnap (1980, p. 145): a *demarcação* “[...] não produzirá um aumento no conhecimento, mas somente aumentará a pureza do conhecimento [...]”. Em outros termos, as ciências sobrepõem-se à metafísica, senso comum, artes e teologia, sendo que a própria Filosofia é reduzida à lógica. Análogo ao restrito emprego conferido à *demarcação*, isto é, voltada ao binômio ciência e não-ciência, são constatados reflexos de orientações antimetafísica e empirista. Tais tendências se refletem no posicionamento segundo o qual, para Carnap (1980, p. 143), “[...] a epistemologia deve investigar os objetos (conceitos) da ciência (empírica) em suas várias subdivisões (as ciências naturais e culturais).”

Contudo, ressalve-se a plausibilidade da experiência tida como fundamental à construção da ciência. Embora não sendo única neste processo, a mesma é imprescindível. Prova disso é a afirmação de Popper (1977, p. 96) a respeito de, mesmo em discordância com os positivistas lógicos, explicitar que “[...] o que me fascinava no Círculo de Viena era a ‘atitude científica’, ou, como agora prefiro denominá-la, a atitude racional.” (Até este ponto, a declaração é razoável.) Porém, ao rebaixarem as ciências naturais e humanas (ou culturais) a subdivisões da dita ciência empírica, os positivistas lógicos emitem uma sentença forçosa! Ora, assim como a Matemática e a Filosofia, as demais ciências (naturais, exatas, humanas, sociais e sociais aplicadas) possuem cientificidade! Existe, porventura, algum argumento ou constatação contrários? Ao que parece, não.

Depreende-se, com efeito, a elaboração de questionamentos acerca de como a *demarcação* fora aplicada pelo Círculo de Viena. Frente ao raso emprego, faz-se notória a não ultrapassagem dos limites da ciência, ainda mais restritos. Não obstante, a reclamação pela depuração do conhecimento científico constitui-se em exercício legítimo e válido. Mas, dada

a exclusão dos saberes predominantemente metafísicos, Hahn, Neurath & Carnap (1986, p. 10), ao criticarem os partidários da metafísica, como também, os teólogos, inferem:

[...] compreendendo mal a si próprios, crêem expressar algo com suas proposições, descrever um estado de coisas. A análise [lógica]⁴¹ mostra, todavia, que tais proposições nada significam, sendo apenas expressão de algo como um sentimento perante a vida (*Lebensgefühl*).

A detecção de proposições teológico-metafísicas indica, para o Círculo de Viena, teor nulo ou portador do sentimento diante da vida. Tanto um, quanto outro, merecem críticas. A razão para tal reside em conteúdos majoritariamente subjetivos e, em dadas ocasiões, destituídos de *objetividade* se comparados à descrição, modalidade de linguagem a qual os positivistas lógicos se inclinam. Nesta perspectiva, o sentimento expressa mínima extensão, pois porta dificuldades de ser explicado, como também, rodeios e muitas oscilações.

Desse modo, para o Círculo de Viena, a *demarcação* se vincula à *concepção científica do mundo*, isto é, a junção de conhecimentos em torno da linguagem universal da física. Porém, apesar de alguns ramos a empregarem, outros não se identificam com a referida concepção. Ora, tendo em mente a diversidade de pensamento e linguagens, é temerário que todas as áreas se submetam a uma exclusiva forma de se expressar! Pudera, ademais, se aceitassem determinada codificação em uníssono!

Suposta a adoção da linguagem simbólica, ao segundo grupo (áreas que, devido à natureza, a ela não se submetem) restará, por fim, a exclusão do ról no qual se agrupam os componentes do conhecimento científico. Na hipótese de se efetivar, a dita uniformização tende a conectar, de modo universal, os enunciados e detrimento às demais modalidades de linguagem. A este respeito, ilustra Quelbani (2009, p. 88):

[...] O projeto de uma linguagem científica que permitiria unificar todas as ciências se explica pela concepção de conhecimento dos neopositivistas, cujo papel consistia em encontrar ligações entre as diferentes verdades. Mas os neopositivistas não entram em acordo sobre o modo de conceber a linguagem e sobre a maneira em que os enunciados podem ser reduzidos uns aos outros.

Conforme observado, a congregação de áreas em torno da linguagem universalizante favorece a busca de conexões entre enunciados dos quais se servem as ciências. Contudo, mesmo não possuindo consenso – diga-se, nos planos conceitual e de redução linguística – o Círculo de Viena se lança na aventura de auferir a unidade da ciência. Para tanto, a

⁴¹ Emprego de, segundo Strawson (2002, p. 15), “demolir ou decompor alguma coisa.” Inserção deste estudante.

implementação da linguagem em questão é imprescindível. Porém, antes disso, se justifica a presença da *demarcação*, notoriamente aliada à *concepção científica do mundo*.

Como resultado, ter-se-á o afastamento de particularidades inerentes a cada área, sobretudo à linguagem, exaurida de elementos metafísicos, componentes histórico-naturais e da subjetividade. Dessa padronização se detecta a consequência da *concepção científica do mundo*. Já a universalização linguística solicita asserções claras, diretas e gerais. Aspirando-as, Hahn, Neurath & Carnap (1986, p. 10) sustentam que a linguagem universal da física “[...] tem por objetivo a ciência unificada”. Esta é, com efeito, remetida à modalidade simbólica, deficitária de minúcias e pormenores, se comparada às histórico-naturais.

Por outro lado, a última não se torna menos importante ou desprovida de consideração, dado o valor para o qual lhe devotam os positivistas lógicos. Pressuposto, então, o emprego da modalidade simbólica, evidencia-se a consecução da *demarcação* mediante reducionismo linguístico, tão destacável no Círculo de Viena. Tal postura desemboca na pequena abrangenciada *demarcação* seguida da diminuta e fechada concepção de ciência.

Já em Popper, floresce a discordância para com os traços ora apresentados. O filósofo mostra-se receoso e contrário à *demarcação* empreendida pelos positivistas lógicos. Acentua (1997, p. 177) que, “[...] no que toca à ciência e à metafísica, não acredito de maneira nenhuma em algo como uma demarcação clara.” Esta postura já assinala o distanciamento teórico do Círculo de Viena. Portanto, para os últimos, a *demarcação* se aplica somente às ciências; já Popper, assimila a harmonização e dependência entre ciências e metafísica.

Entende, nesta perspectiva, a *demarcação* enquanto critério (ou recurso) voltado à apreciação, distinção e delimitação de *teorias* científicas, não-científicas e da própria pseudociência. Defende que (1972, p. 35), entre os problemas da epistemologia, “[...] o da demarcação é, ao meu ver, o mais importante.” Na verdade, a divergência, levantada pela segunda questão, emerge também para a não ciência e pseudociência, desconsideradas pelo Círculo de Viena. Afinal, mesmo não sendo ciências, é razoável inferir que exercem certa comunicabilidade para com a primeira. Mas, este ainda não é o problema.

Popper denuncia a confusão propositadamente conduzida por indivíduos desqualificados (e charlatães) no tocante à assimilação de ambas como ciência. Tal equívoco, ao que parece, tende a aumentar, particularmente neste momento histórico. Conexo à forçosa e errônea identificação está, por assim dizer, a omissão atinente à não ciência e pseudociência, comum às investigações dos positivistas lógicos. Popper (1997, p. 179), discordante desta exclusão, reafirma, a seu modo, a *demarcação*. Ao priorizá-la, enfatiza:

[...] o problema da demarcação tem um elevado significado. Tem-no não porque haja algum mérito intrínseco em classificar *teorias*, mas sim porque uns quantos, genuínos e importantes problemas estão intimamente ligados a ele; na verdade, são todos os problemas da lógica da ciência.

Embora se dirija às *teorias* científicas, Popper inclui asserções não-científicas e pseudocientíficas. Enaltece a lógica sobre a qual repousam e se erigem as ciências, a saber, fundamentos, constituição, leis e objetos de cada área. Até porque, para o filósofo (1997, p. 179), “[...] o problema da demarcação é mais do que uma questão de classificar *teorias* para se ser capaz de lhes chamar ou ‘científicas’ ou ‘metafísicas’. [...]” Trata-se de um valioso critério ordenador do que se enuncia e se efetua na ciência e além dela. Juntamente com a detecção de *hipóteses*, são averiguadas ações avessas ao rigor desta última. Isso se deve aos componentes supramencionados, desfavoráveis ao uso restrito da *demarcação*.

Exposta a discordância relativa ao emprego da *demarcação*, Popper sugere uma fórmula metodológica com o intuito de fomentar a manutenção e, ademais, melhorar o emprego de tal critério. Assim, explicita o filósofo (2010, p. 125):

Proponha teorias que possam ser criticadas. Pense em possíveis experimentos refutadores decisivos, ou seja, experimentos cruciais. Mas não desista com muita facilidade de suas teorias – pelo menos, não antes de haver examinado criticamente as críticas.

Para além do Círculo de Viena, Popper sustenta a elaboração de *teorias* dotadas de criticabilidade, ou, minimamente, a geração de condições para a referida. Ao contrário de imposições e postulados, há a confirmação do caráter provisório das *teorias*, um dos grandes avanços promovidos pelo filósofo. Por meio deste, são perceptíveis o ingresso dos procedimentos de *teste* e *falseamento*. Ambos serão dirigidos aos enunciados através dos quais se apresentam questões ou problemáticas atinentes ao conhecimento, plausíveis às Ciências e, é claro, à Filosofia.

Segundo Machado (2012, p. 52), para se cumprir a fórmula metodológica, “[...] ao propor uma teoria, o cientista também deve explicitar em que condições abriria mão dela.” A abertura à *crítica*, novas *hipóteses*, contraargumentos e a averiguação de *crenças* originada pela recepção da *teoria*⁴² se manifesta, sobretudo, em sua defesa. Desse modo, no antagonismo entre Popper e o Círculo de Viena, desponta a restrição do que se entende por ciência, a diminuta aplicação e a desconsideração de saberes alheios à abrangência do conhecimento científico. Sem desmerecê-lo, o filósofo aborda a importância do senso comum,

⁴² Popper, mesmo não negando o apreço ou descrédito para determinadas *teorias*, lembra que as mesmas são enunciados objetivos, (Cf. Cap. II, 2.3) responsáveis pela condição de *testabilidade* e refutabilidade.

deixando clara a fronteira existente entre este e a ciência. Pressuposta tal diferença, afirma (1975, p. 42) que “[...] *toda ciência e toda filosofia são senso comum esclarecido*”. Extraí-se, portanto, a atenção conferida ao conhecimento científico, bem como as conexões estabelecidas com outras áreas, mesmo adversas.

Em terceiro lugar, na discordância entre Popper e o Círculo de Viena, a linguagem corresponde a um préstimo relevante ao presente estudo. Recorde-se o fato de, em 1932 – sob auxílio do Círculo de Viena – o filósofo publicar *A Lógica da Pesquisa Científica (Logik der forschung)*. Neste momento, os positivistas aspiravam, de acordo com Quelbani (2009, p. 10), “[...] fazer da filosofia uma disciplina científica oposta a toda ‘especulação’ e a todo ‘dogmatismo’.” Havia, entre demais ações, o empenho de se buscar e eliminar componentes essencialistas, idealistas e teologizantes deste saber.

Em relação à linguagem, ora conservada por Popper, ressalva-se, com base em Hahn, Neurath & Carnap (1986, p. 10), o “[...] esclarecimento de problemas e enunciados, não, porém, em propor enunciados ‘filosóficos’ próprios”. São depuradas asserções e sentenças, como também, classificadas proposições cuja relevância seja ou não filosófica. Neste exercício, Marcondes (2004, p. 17) reafirma a necessidade de “[...] uma filosofia que concebe a análise da linguagem como método filosófico, como procedimento através do qual a reflexão filosófica se desenvolve.” Para isso, urge o emprego da análise lógica e da linguagem simbólica. Nestas aplicações notam-se, por conseguinte à redução linguística, uma diminuta Filosofia, focada nos enunciados, única forma de expressão considerada pelos vienenses.

Contrário ao Círculo de Viena, se evidencia o interesse de Popper em investigar a linguagem. Até porque, por meio dela, a Filosofia e as Ciências exprimem pensamentos objetivos. Mas, mesmo efetuando, em *A lógica da pesquisa científica*, uma classificação de enunciados (Cf. II Capítulo) em conexão ao *conhecimento objetivo*, Popper se inclina à filosofia da linguagem?⁴³ Para responder a esta indagação, é preciso ater-se ao trecho no qual o filósofo se pronuncia acerca da teoria do conhecimento atinente ao senso comum. Assim procedendo, Popper nega, categoricamente, a tendência ou, até mesmo, uma intenção de fazer filosofia da linguagem. Segundo o autor (1975, p. 81), “não tenho o mínimo interesse por definições ou pela análise lingüística de palavras e conceitos.” Por outro lado, aplica a *análise lógica* conjugada ao *racionalismo crítico* para, então, depurar a linguagem de elementos subjetivos, arbitrários e de todos os que, uma vez confrontados, comprometam a *objetividade*.

⁴³Além do atrito abordado, muitos textos e aulas desta Disciplina trazem contributos dos positivistas lógicos. Registre-se que, por força do encadeamento de conteúdos, esta questão aparecerá à frente (Cf. Cap. II, item 2.4).

Na verdade, ao abordar a relação entre linguagem, *crítica* e *mundo 3*, particularmente nas observações históricas⁴⁴, Popper (1975, p. 124) recorda que os conceitos “[...] são parcialmente meios de formular *teorias*, e parcialmente meios de sintetizar *teorias*.” Tal inferência assinala a importância relativa às asserções, *teorias*, afirmações, derivações e proposições, indo das mais primitivas às recentemente elaboradas. Não obstante, longe de desconsiderar a *objetividade* do conceito, torna-se imprescindível perpassá-lo. A justificativa para a possível superação se deve à declaração segundo a qual Popper (1977, p. 97), constatando a “morte” dos positivistas lógicos, os acusa de permanecerem inertes ante à busca de significados e definições. Desse modo, de forma incisiva, o filósofo esclarece:

[...] a causa da dissolução definitiva do Círculo de Viena e do Positivismo Lógico, no meu entender, não foram os muitos e graves erros doutrinários (muitos dos quais aponte), mas o declínio do interesse por *minutiae* (“enigmas”) e, em especial, por questões relativas a significados de palavras; ou seja, pelo escolasticismo.

Após preconizar a faina do positivismo lógico como um todo, Popper atenta ao grave distanciamento de grandes problemas filosóficos, relegados ao segundo plano, quando muito, por diversos autores da tradição. Em reação a tais ações, enseja interpelá-los, criticá-los e questioná-los. Neste propósito, a detecção do *officium escholasticus* no atual momento histórico constitui, em termos de linguagem, um evidente retrocesso. Nesta linha, para Dutra (2005, p. 48), o positivismo lógico insinua que a linguagem “[...] permanece isenta de elementos metafísicos, como querem os positivistas em geral, embora pagando o preço de assumir teses de caráter epistemológico e lingüístico [...].”

Afinal, ao organizar a universalização gráfica, ignoraram-se particularidades e aspectos histórico-naturais da linguagem. Apesar de, em termos, louvar este feito, o filósofo tende à *crítica* e refutação antes mesmo da elaboração de um programa do Círculo de Viena. Aludindo aos dogmas que impregnavam os trabalhos dos positivistas lógicos, depreende-se a manifestação da *crença* (quase cega) de seus adeptos. Para Lákatos (s/d, p. 11), “se a força das crenças fosse o traço distintivo do conhecimento, teríamos de considerar como conhecimento algumas histórias de demónios, anjos, forças do mal, céu e inferno.” Assim, a fé “inquestionável” ora destacada é oriunda da *concepção científica do mundo* conjugada ao reducionismo lingüístico. Para atestá-la à altura, basta considerar, modéstia a parte, o modo como as contestações de Popper eram acolhidas e, se eram, até que ponto iriam!

Portanto, da contenda travada entre o filósofo e os positivistas lógicos, se visualiza o relevante ingresso da linguagem enquanto indagação, especialmente por se constituir em uma

⁴⁴*Conh. Objet. 3*, item 5.

proposta que difira da contemporânea análise do discurso, semântica, filosofia da linguagem e, para não efetuar omissões, demais áreas interessadas neste instigante e, após a Cosmologia, fundamental problema. A contribuição de Popper reside, entre outros elementos, na acolhida e refutação das teses do Círculo de Viena e, ao mesmo tempo, no esforço por melhor adentrar em um ponto, ao seu ver, estagnado.

Capítulo II

O CONHECIMENTO OBJETIVO: RELAÇÃO, INTERAÇÃO LINGUÍSTICA E AUTONOMIA ENTRE O MUNDO 3, MUNDO 2 E MUNDO 1

“O ponto decisivo é, ao que julgo, o de podermos colocar à nossa frente pensamentos objetivos – isto é, teorias – de maneira tal que tenhamos como criticá-los e discuti-los. Para tanto, impõe-se que lhe demos uma forma especialmente lingüística mais ou menos permanente.” Karl Raimund Popper.⁴⁵

Depois de visualizar determinadas influências kantianas, bem como reconhecer ressonâncias na filosofia de Popper, fora observada, particularmente nos tempos de juventude, a importância das discordâncias travadas com o Círculo de Viena. Nestas contendas, detectou-se a herança e conservação da linguagem enquanto problema, a ponto de ser notada do início da carreira à maturidade. Assim sendo, abordadas a recepção e o embate em torno da linguagem, o presente Capítulo tratará do *conhecimento objetivo*, modalidade epistemológica através da qual emerge, em Popper, o dito *terceiro mundo lingüístico*, indispensável à esta perspectiva, haja vista que, sem ele, a investigação tomaria rumos adversos.

Contudo, para ater-se ao *mundo 3* e à íntima ligação com a linguagem, Popper (1975, p. 77) sustenta a necessidade de, frente ao predomínio epistemológico subjetivista, “[...] erigir uma teoria do conhecimento na qual o sujeito conhecedor, o observador, desempenha papel importante, mas só muito restrito.” Ou seja, o filósofo (1975, p. 109) não anula ou despreza o sujeito; mas se interessa por aceder “[...] nossas crenças subjetivas e em sua base de origem.” Expressa, no tocante ao *conhecimento objetivo*, a preocupação com o que, independente das experiências pessoais (tendências, impressões, opinião e crenças), subjaz às particularidades do indivíduo e do mundo.

Na mesma linha, ao acentuar o subjetivismo, Lákatos (s/d, p. 11) constata: “[...] a história do pensamento mostra-nos que muitas pessoas aderiram totalmente a crenças absurdas.” Sem, todavia, elencá-las, cumpre destacar os agravantes – possíveis e reais – à consideração acrítica e absoluta de crenças seguida de ações a elas relacionadas. Isso porque, conforme Popper (1975, p. 82), “a ‘crença’ está ligada à nossa vida prática de cada dia.” Basta observar influências exercidas sobre o indivíduo e grupos, sobretudo quando, associadas a motivações subjetivas, incentivam opressões, perdas de liberdades e direitos fundamentais.

Propriamente com a vertente epistemológica, na oposição entre Popper e os “filósofos de crença”⁴⁶, especialmente Locke, Hume e Kant, detecta-se o florescimento e predominância

⁴⁵ *Autobiografia Intelectual*. p. 192.

do subjetivismo. Nesta contenda se evidencia a emergência *do conhecimento objetivo*, presente em conteúdos universais, dotados de valor perene e, via de regra, disponível ao indivíduo.⁴⁷ Afinal, ao manusear *A lógica da pesquisa científica* (sobretudo o Prefácio de 1959), *Conhecimento objetivo* e *O conhecimento e o problema corpo-mente*, percebe-se que há o esforço em ampliar o que se sabe (ou se julga saber) sobre o mundo. Ante este propósito, pondera Popper (1975, p. 109): o “[...] problema é encontrar *teorias* melhores e mais ousadas; e tem importância a *preferência crítica*, mas não a *crença*.” Para auferi-las, são evocadas a *objetividade* e a *crítica racional*⁴⁸, pois subsidiam a análise, confrontação, atualização e ajustamento de *teorias*.

Pressuposta, então, a busca por *teorias* refinadas, efeito decorrente do *teste* e *falseamento*, este Capítulo visa destacar, na instância do *conhecimento objetivo*, a relação firmada entre *mundo 3*, *mundo 2* e *mundo 1*. Em tal âmbito, ressaltar-se-á, por sua vez, a interação dos *três mundos* e, de modo especial, a autonomia do *mundo 3*. Em seguida, empregar-se-á o *conhecimento objetivo* à análise de determinados enunciados, dos quais, inevitavelmente, servem-se a Filosofia e as Ciências. Ademais, longe de reduzir a investigação à exposição de asserções e proposições, ou apenas se limitar a apresentá-las e decompô-las, será demonstrada a pertinência de se reconhecerem inquietações filosóficas como problemas imersos *na* linguagem; não, como possa dar a entender, à sua margem, nem, tampouco, em esferas que lhe são externas.

2.1- A caracterização do *conhecimento objetivo*

O *conhecimento objetivo* é o substrato de vivências transmitidas por meio de textos, representações simbólicas, outros registros e, no âmbito evolutivo da humanidade, *teorias* necessariamente manifestas sob a forma de linguagem. Trata-se do crescente e promissor acúmulo intelectual, de permanente importância, atualidade e sentido, indissociável do indivíduo e da humanidade. Popper o define (1975, p. 78) como o “[...] conteúdo lógico de nossas teorias, conjecturas, suposições (e, se preferirmos, do conteúdo lógico de nosso código genético).”⁴⁹ Segundo se depreende, diz respeito a uma dimensão refratária, responsável pelo armazenamento de dados, cada vez mais enriquecidos, os quais foram (e são), portanto, elaborados ao longo de distintos e conturbados períodos históricos.

⁴⁶ Cf. Cap. I, 1.2.2.

⁴⁷ Leia-se, situados na mente e, também, no ambiente externo a ela.

⁴⁸ Cf. Cap. I, 1.1 e 1.3.

⁴⁹ Apesar de ocorrer uma alusão ao *conhecimento objetivo* à p. 25, tal definição é pertinente.

O curioso é vislumbrar a propensão de se assimilar o *conhecimento objetivo* através do processo de incorporação ao indivíduo, haja vista a admirável ampliação do arcabouço intelectual. Tanto que, para Popper (2002, p. 46), “[...] temos possibilidade de extrair mais do mundo 3 do que aquilo que introduzimos nele.” Isso implica em afirmar que, à primeira vista, ao mostrar-se indecifrável, o *conhecimento objetivo* disponibiliza pistas ou sinais de entendimento. Como exemplo, o filósofo (1975, p. 78) menciona “[...] teorias publicadas em revistas e livros, conservadas em bibliotecas; discussões dessas teorias; dificuldades ou problemas apontados em conexão com essas teorias, etc.” É preciso, então, observar o prevalecimento do *conhecimento objetivo* frente a diversos elementos particulares, tais como: opiniões, impressões, empatias, antipatias e demais componentes subjetivos. Estes, embora dotados de importância, não contribuem – à altura do primeiro – à elevação intelectual.

Assim sendo, perpassados os aspectos subjetivos, o *conhecimento objetivo* propicia, além de outros benefícios, a reconsideração de teorias, resignificação e busca por atualizações. Visa (2004, p. 28), por assim dizer,

[...] achar uma explicação, a explicação de um fato ou de um fenômeno ou de uma regularidade destacada ou de uma notável exceção à regra. Aquilo que pretendemos explicar pode ser chamado de ‘*explicandum*’. A solução tentada do problema, isto é, a explicação, consiste sempre numa teoria, em um sistema dedutivo que nos permite explicar o ‘*explicandum*’ relacionando-o a outros fatos (as assim chamadas condições iniciais). Uma explicação integralmente explícita consiste em demonstrar a derivação lógica (ou derivabilidade) do ‘*explicandum*’ da teoria reforçada por algumas condições iniciais.

Pretende desvendar códigos, melhor interpretar textos e exaltar teorias – sejam simples ou ousadas – inclinando-se a apresentar óbices, concordâncias parciais, integrais e, igualmente *falseá-las*. Para isso, é pertinente, conforme Popper (2002, p. 44) associá-lo ao “[...] conteúdo de uma afirmação (ou asserção ou proposição) ou o encadeamento de um argumento, ou a dificuldade constituída por um problema por resolver.” Eis, então, porque Popper se foca nas sentenças e proposições típicas do *conhecimento objetivo*: para auferir inovações e constatar erros através da averiguação de enunciados, os quais, acima de tudo, dizem respeito às teorias.

Tal conteúdo, mesmo aludindo a elementos de pouca palpeabilidade, não exime o filósofo dos problemas e desdobramentos concretos acerca do conhecimento, da vida e do homem. Até porque, segundo recorda Dal Lago (2006, p. 53), “Popper se diz um realista porque não duvida da existência de um mundo exterior independente da consciência.” Sustenta, particularmente depois de ler Bolzano e Frege, o mundo 3, composto e alimentado de conteúdos lógicos os quais, somados e preservados, formam o *conhecimento objetivo*.

Justamente por assim o ser, este engloba o trânsito entre os objetos materiais e o substrato perene das produções humanas.

Após definir e caracterizar, embora sucintamente, o *conhecimento objetivo*, é preciso reafirmar que, para Popper (1977, p. 191), “[...] *pensamentos no sentido de conteúdos*, ou enunciados em si mesmos, e *pensamentos no sentido de processos mentais* pertencem a dois ‘mundos’ inteiramente diversos.” O filósofo enseja assinalar a inconformidade entre relações psicológicas e de cunho objetivo. Isso se deve a pensamentos cujo teor seja, de um lado, reflexo de processos mentais e, de outro, portador de conteúdo universal (ou em si mesmos⁵⁰). Quanto aos últimos, acentua (1977, p. 190): “[...] podem manter relações lógicas uns com os outros: um enunciado pode ser decorrência de outro e os enunciados podem ser logicamente compatíveis ou incompatíveis.”

Na verdade, Popper procura declarar a predominância e perenidade lógicas em relação aos processos psicológicos, os quais se restringem às impressões do indivíduo. A rigor, de acordo com Schorn (2012, p. 05), “a psicologia empírica pode investigar como uma ideia nova ocorre ao homem, mas a análise lógica do ato de conceber ou inventar teorias não é possível.” Já a última, com efeito, ultrapassa esta esfera e se projeta a um plano universal, adequado e imprescindível ao *conhecimento objetivo*. Neste âmbito, Popper (1977, p. 192) elucida:

É significativo que possamos distinguir entre a *crítica* da mera *formulação* de um pensamento – um pensamento pode ser bem ou menos bem formulado – e os aspectos lógicos do pensamento em si mesmo; sua verdade ou sua verossimilhança frente a alguns de seus competidores; ou sua compatibilidade com certas outras *teorias*.

No discernimento e crítica correspondentes a pensamentos em si mesmos – de preferência, bem formulados – aufere-se a condição de analisar os conteúdos lógicos para, em seguida, na condição de *conhecimento objetivo*, serem traduzidos, isto é, compreendidos pelo indivíduo independente do período histórico no qual se encontre. Sem, contudo, discutir o nível de elaboração, afinal, há a multiplicidade de pensamentos ora manifestos em linguagem, cumpre, portanto, reconhecer a demanda e urgência do *conhecimento objetivo*. Até porque, de acordo com Hessen (2012, p. 73), “[...] existem coisas reais, independentemente da consciência.” E, como a propensão de incorrer em erros é muito maior através da referência a elementos subjetivos, ratifica-se a emergência dos conteúdos lógicos.

⁵⁰ Inclinando-se ao *conhecimento objetivo*, bem como à constatação de seus registros, Popper (1977, p. 192) complementa: “A forma escrita será preferível à oral; e melhor ainda será a forma impressa.”

Dessa maneira, ao aspirar a redução de erros, bem como apresentar a existência e importância do *conhecimento objetivo*, é oportuno disciplinar, isto é, reduzir o excesso de subjetivismo presente nos juízos e posicionamentos. Em forma de comparação, Popper (1972, p. 71) sustenta que:

[...] o conhecimento no sentido subjetivo cresce ou obtém melhores ajustamentos pelo método darwiniano de mutação e eliminação do organismo. Em oposição a isto, o *conhecimento objetivo* pode alterar-se e crescer pela eliminação (morte) da conjectura lingüísticamente formulada: o ‘portador’ pode sobreviver – , pode até, se for uma pessoa autocrítica, eliminar sua própria *conjectura*.

Tal antagonismo, todavia, não dissociado, assevera certa limitação ou fraqueza do conhecimento subjetivo em detrimento ao *objetivo*. Fator marcante é, sem sombra de dúvidas, o rigor atinente à apresentação linguística, muito distinta entre as modalidades. Assim procedendo, ao focar-se à epistemologia objetivista, é preciso, segundo Strawson (2002, p. 84), ter em mente que, “[...] ao pensar o mundo como objetivo, nós o pensamos como sendo o que é independentemente de qualquer juízo a seu respeito; a verdade do juízo, se ele *for* verdadeiro, consiste na sua conformidade com o modo como as coisas são no mundo.” Em outros termos, para dar continuidade ao propósito de melhor conhecer e ampliar o que se sabe sobre o mundo, respeitada, é claro, a primazia da indagação cosmológica (Cf. 1.1.2), a inferência do comentarista deve ser, assim como os apelos de Popper, aceita e, diuturnamente, rememorada.

Extraí-se, portanto, a existência independente do *conhecimento objetivo*; todavia, vale ressaltar a comunicabilidade e a ação estabelecidas entre ele e diversas manifestações subjetivas. Do mesmo modo, ambas as modalidades epistemológicas não estão em sobreposição, nem oposição. Ao invés disso, tendem a se complementar, desde que o indivíduo, munido de bom senso e razoabilidade, disponha de meios para melhor os observar. E ainda, é indicado que o mesmo possa visualizar a perenidade dos conteúdos lógicos, seja com a presença ou, também, ausência humana sobre o planeta.

Na verdade, Popper enfatiza a concepção tridimensional e integrada dos *três mundos*, visto ser incogitável abordá-los sem íntima relação. Nestes termos, para ele (1977, p. 191),

O que quer que pensemos da condição desses *três mundos* – tenho em mente ‘questões’ tais como as de saber se eles realmente existem ou não, se o *mundo 3* pode ser ‘reduzido’ de alguma forma ao *mundo 2* e, talvez o *mundo 2* ao *mundo 1* – parece-me de primeiríssima importância, antes de tudo, caracterizar cada um deles tão clara e marcadamente quanto possível.

Sem enveredar à exploração de cada pergunta ora levantada, ou ainda, outras enunciadas por Popper, dado não ser o momento para isso, torna-se irrefutável a importância e significado do *conhecimento objetivo*. Ademais, em hipótese de suprimi-lo, como seria possível discorrer sobre os *três mundos*? De que forma Popper demonstraria a existência de um substrato referente à inteligência e a vastidão de produções humanas? Como abordar elementos dotados de *objetividade* somente a partir de uma epistemologia ou tendência subjetivista? Frente a essas indagações, é certo que, em Popper, o *conhecimento objetivo* e o *mundo 3* emergem enquanto alternativa eficaz à explicação e preservação do que se sabe sobre o mundo.

Além do mais, a pressuposição e consideração do *conhecimento objetivo* é incontornável à linguagem, pois, através deste, serão conectados elementos e vivências originários dos *três mundos*. No entanto, embora o mundo dos objetos materiais e dos estados mentais portem validade, visualiza-se o papel peculiar exercido pelo *mundo 3*, denominado por Popper (2002, p. 18) de “[...] o mundo dos *produtos* da mente humana.” Concebendo-o, enfim, como o ápice evolutivo da inteligência e do próprio conhecimento, buscar-se-á, agora, tratar da interação linguística e autonomia entre *mundo 3*, *mundo 2* e *mundo 1*.

2.2- Relação e interação linguística entre os três mundos. A autonomia do *conhecimento objetivo*

O *conhecimento objetivo*, como sabido, pertence ao *mundo 3*; mas não de forma estanque ou isolada. Relaciona-se com o *mundo 2* e o *mundo 1*, além de se vincular à experiência sensível, aos estados mentais e os objetos materiais, resultantes ou não de intervenção humana sobre a natureza. Análogo à cultura, é dotado de valor permanente, mesmo se o indivíduo, como infelizmente acontece, não lhe dirigir atenção. Segundo Popper (2002, p. 40), “pertencem-lhe os produtos da arquitetura, da arte, da literatura, da música, da erudição e, mais importantes que estes, os problemas, *teorias* e discussões críticas das ciências.” Assim sendo, o *conhecimento objetivo* faz menção ao repositório intelectual da humanidade, anseada por entender a si, os demais e o ambiente, merecendo destaque a interação linguística estabelecida entre os *três mundos*, inseparável do indivíduo.

Nesta interação, Popper (2002, p. 45) explicita que o *conhecimento objetivo*, apesar de “[...] ter sido inventado ou descoberto em determinada altura, só depois, em qualquer ocasião, é que porventura será absorvido ou subjectivamente compreendido.” Dito de outro modo, haverá a recepção do conteúdo lógico emergente do *mundo 3*, pois houve o contato entre o

conhecimento objetivo e o indivíduo, caracteristicamente dotado de subjetividade. Neste instante, é possível afirmar que o primeiro perpassa a escala temporal. Isso se deve ao fato de os componentes do *mundo 3* transcenderem à mensuração e parcialidades comuns às epistemologias subjetivistas. Mas, e a superação ora destacada, em que consiste? Com base em Popper, na elevação intelectual conformada à *objetividade*, ou seja, mediante ação de teor centralizado, proporcionado tão somente em razão do *mundo 3*. E ainda, demandada a narração e reconstituição do *conhecimento objetivo*, será natural e possível, na presente interação, considerá-lo sob o âmbito histórico-temporal, pois o mesmo põe-se à espreita do indivíduo, ente finito e temporal. Para isso, tome-se o exemplo: aquilo que se sabe, efetivamente, a respeito do homem⁵¹ povoa o *mundo 3*. Todavia, sem desmerecer seu valor permanente, ao longo do tempo, fora elaborada a linha evolutiva desta espécie, caracterizada por minúcias e diferenças atinentes a cada tipo de homem. Com efeito, mesmo ao reconhecer que tal exercício está em curso, há diversas menções aos períodos históricos, as quais não reduzem o entendimento objetivo acerca do gênero humano, nem prejudica-lhe a universalidade conceitual.

Ao perquirir o nexo firmado entre objetos físicos, estados mentais e pensamento, Popper (2002, p. 45) declara que o *conhecimento objetivo* “[...] como ocupante do *mundo 3*, torna-se, por assim dizer, intemporal; a sua história é, porém, temporal.” Importa, neste caso, sublinhar a significativa relevância do *mundo 3*, porque, além de armazenar, unir e ampliar os conteúdos lógicos, é, para o filósofo (2002, p. 49), “[...] tão real como o *mundo 1*, visto que, por intermédio da ação do *mundo 2*, pode agir não só sobre a nossa mente como também sobre o corpo e, deste modo, sobre o *mundo 1*.” Na presente interação, desponta a linguagem, instrumental indispensável à comunicação, articulada entre objetos materiais, estados mentais e conteúdos lógicos, adversos de um lado; porém, congregados por esta faculdade, de outro. Portanto, aufere-se que, na tripartição dos *mundos*, a linguagem será o recurso cuja atribuição é, justamente, complementá-los. Eis, portanto, a importância desta interação.

Por conseguinte, pressuposta a dita interação, por que o *mundo 3* (ou *terceiro mundo linguístico*) é autônomo? Pelo fato de, embora sincronizado ao *mundo 2* e *mundo 1*, congrega e armazenar *conhecimento objetivo*, disponibilizando-o ao indivíduo (e a todos os que a ele se reportam) mediante linguagem. Tal diferencial indica, acima de tudo, imparcialidade, fundamental à centrada transmissão de conteúdos. Análogo à conservação do *conhecimento objetivo*, complementa Popper (1975, p. 119): “a idéia de *autonomia* é central em minha

⁵¹ E também, se fosse o caso, dos animais e demais objetos.

teoria do *terceiro mundo*⁵²: embora o *terceiro mundo* seja um produto humano, uma criação humana, ele cria por sua vez, como o fazem outros produtos animais, seu próprio domínio de *autonomia*.” O curioso é notar a antecedência e continuidade do *mundo 3* em relação à curta duração do indivíduo, bem como à recepção subjetiva do conteúdo lógico.

Concomitante à promoção do *conhecimento objetivo*, apesar de a autonomia surgir, em parte, através da relação estabelecida com o indivíduo, o *mundo 3* desponta e se firma enquanto criação e repositório. Note-se, conforme Santaella (2009, p. 57), a importância de relacioná-lo com o *mundo 2*, visto que:

[...] não apenas nossos estados e processos mentais devem ser pensados como formando uma espécie de sistema representativo autônomo, mas devem ser pensados, sob certos aspectos, como objetos matemáticos e as operações, que nossas mentes desempenham sobre eles quando pensamos, podem ser consideradas como computações.

Do contato ora proporcionado se depreende, em termos de existência e perenidade, a independência do *mundo 3* em relação à presença humana sobre a Terra e, em menor extensão, dos estados mentais. Ou melhor, caso a humanidade venha a ser extinguida, infere-se a continuidade de seu legado, expresso e preservado sob a forma de *conhecimento objetivo*. A este respeito, Popper (1975, p. 117) recorre a uma possível situação catastrófica, provável de se efetivar. Por meio deste exemplo, demonstra a continuidade dos conteúdos lógicos. Assim,

[...] depois de ter perecido a raça humana, alguns livros ou bibliotecas possam ser encontrados por alguns sucessores nossos civilizados (não importa que sejam animais terrestres, que se hajam civilizado ou alguns visitantes do espaço exterior.) Esses livros podem ser decifrados. Podem ser aquelas tábuas de logaritmos nunca antes lidas, só para argumentar. Isso torna inteiramente claro que nem sua composição por animais pensantes nem o fato de não haverem sido realmente lidos ou entendidos é coisa essencial para fazer de algo um livro, sendo suficiente que possa ser decifrado.

Para decifrar caracteres – sejam familiares ou totalmente desconhecidos – grafados em diferentes momentos históricos, é preciso ter em mente que, para o filósofo (2002, p. 48), “[...] a linguagem desempenha um papel importantíssimo no *mundo 3* do *conhecimento objetivo* [...]”. Ao proferir tal afirmação (desacreditada por uns e hiperbolizada por outros), está implicada a perpetuação da linguagem, tanto os ramos histórico-naturais, quanto artificiais. Independente do desmembramento, Popper prefere a enunciação escrita. Por outro lado, vislumbrada a relevância do *conhecimento objetivo*, o qual mostra-se inseparável da

⁵² Popper emprega, sobretudo na maturidade, *terceiro mundo* e *mundo 3* como sinônimas.

linguagem, é preciso registrar que, conforme Popper (2002, p. 59), “[...] não só agimos sobre o *mundo 3*, como também este reage sobre nós.”

Com o intuito de preservar e incentivar a relação proporcionada pelos *três mundos*, além de inserir o indivíduo na recepção dos conteúdos lógicos, Popper enfatiza a interação entre *mundo 3* e indivíduo. Considera a importância do último, todavia, não à moda de um subjetivista. Até porque, para ele (1977, p. 190), “[...] os processos mentais subjetivos só podem manter entre si relações psicológicas. Eles nos inquietam ou nos confortam, lembram-nos certas experiências ou nos sugerem certas expectativas; induzem-nos a agir de certo modo ou não concretizar certa ação planejada.” Em todo caso, como o *conhecimento objetivo* se conecta ao *mundo 2* e *mundo 1*, torna-se crescente a preocupação do filósofo ante a influência exercida de um para com o outro e vice-versa. Afinal, somente através do emprego linguístico é que a autonomia passa a ser visualizada, além de a interação em destaque se efetivar de modo ainda mais evidente.

Na verdade, para melhor atestar a presente relação, Popper (1977, p. 195) lembra que:

[...] o *mundo 1* e o *mundo 2* podem interagir, bem como o *mundo 2* e o *mundo 3*, mas que o *mundo 1* e o *mundo 3* não podem interagir diretamente, sem alguma ação intermediária exercida pelo *mundo 2*. Assim, embora somente o *mundo 2* possa atuar imediatamente sobre o *mundo 1*, o *mundo 3* pode agir sobre o *mundo 1* de maneira indireta, devido à influência que tem sobre o *mundo 2*.

Sem discutir se o melhor contato entre os *mundos* é o indireto ou direto, interessa, à moda do filósofo, acentuar o dinamismo desta relação. Afinal, o *mundo 3* ou *terceiro mundo linguístico* coloca-se à espreita dos demais e, a rigor, somente cresce em termos de conteúdo mediante alimentação proporcionada pelo *mundo 2* e *mundo 1*. Contudo, recorde-se que a interação entre o *mundo 3* e o *mundo 1* somente ocorre devido à ação do *mundo 2*; nunca de forma adversa. A este respeito, pontua Romanini (2012, p. 47): “enquanto mediador, esse último pode tanto apreender, com o auxílio dos órgãos sensoriais, objetos materiais – tais como maçãs, cadeiras e livros – quanto objetos abstratos – como os números, as figuras geométricas ou mesmo a linguagem.”

Análogo a Popper, o linguísta Whitney alude à primazia da linguagem no ról de produções humanas. Alerta para o risco de relativizá-la e concebê-la de modo confuso e, até mesmo, indevido, isto é, sob o mesmo nível de áreas e ciências as quais, como se observa, a empregam, mas, em tese, não se preocupam com a mencionada. Ressalta, portanto, a pertinência da linguagem, inserindo-a em uma instância elevada; contudo, sem desfazer destes e de outros segmentos. Desse modo, enquanto componente do *mundo 3*, a linguagem é

adversas alocações momentâneas, traço indicador de valoração. Até porque, como fazer Filosofia e Ciências sem considerar a linguagem? Assim, para Whitney (2010, p. 255),

A linguagem não pode ser separada das outras aquisições humanas; ela não se parece com as outras ciências, mas essas outras ciências não se parecem, tampouco, entre si. Se a linguagem é aquilo que há no homem de mais fundamentalmente importante, de mais característico, aquilo que é mais visivelmente o produto e a expressão da razão, trata-se aí apenas de uma diferença de gradação.

Acentuada a íntima conexão entre linguagem e demais aprendizagens, como também, à distinção no tocante ao conjunto de ciências, há a afirmação e ênfase atinentes à competência que, por excelência, lhe é atribuída: externalizar a razão! Para tanto, urge maior sensibilidade para com a interação entre os *mundos*. Afinal, para manifestar⁵³ a razão – sinônima de pensamento – recorre-se à perenidade e *objetividade* do *mundo 3*, entrepostas aos estados mentais e elementos subjetivos do *mundo 2*, seguida da materialidade pertencente ao *mundo 1*. Importa, frente a tais constatações, visualizar o dinamismo relacional dos *três mundos*, pois a interação ocorre tanto do *mundo 3* aos demais e vice-versa.

Na atenção dispensada ao *mundo 3*, Popper procura, a título de ilustração, opor-se às epistemologias subjetivistas. Foca-se no exemplo ou imagem do livro ante o leitor. Para ele, o que torna um livro importante não se resume ao entendimento do intérprete; não obstante, isso seja almejado por todo admirador da cultura. Nesse sentido, complementa (1975, p. 116): “[...] um livro continua a ser um livro – um certo tipo de produto – mesmo que nunca seja lido [...]”. Ora, o que esta declaração tem a ver com a interação entre os *três mundos*? O fato de, para estar à disposição do intérprete, o escrito, além de corresponder a um exemplo material de *conhecimento objetivo*, a ser linguisticamente decodificado, transitou (e transita) entre os ditos *mundos*. Após, então, concluídos os processos de concepção, editoração, catalogação e, finalmente, o ingresso em uma Biblioteca ou outro acervo, Popper (1977, p. 195) afirma que,

Para ser lido, o livro requer a intervenção de uma mente humana, do *mundo 2*. Mas requer também a própria *teoria*. Eu posso, por exemplo, incidir um erro: minha mente pode deixar de entender corretamente a *teoria*. Contudo, a teoria em si mesma sempre permanece e alguma outra pessoa poderá entendê-la e corrigir-me. Pode facilmente não ser um caso de diferença de opiniões, mas de erro indifereçável e real – uma falha no compreender a *teoria*.

Novamente, destaca-se a relação e interação entre os *três mundos*, especificamente, entre o *mundo 2*, o qual engloba a mente e o *mundo 3*, repositório de conteúdos objetivos de

⁵³ Esta expressão não é tomada em sentido fenomênico; apenas enquanto sinônima de exposição.

pensamento, inclusive, *teorias*. E o *mundo 1*? Segundo se depreende, para ser detectada a interação destas instâncias, como é o caso do livro impresso, sua presença já está pressuposta. Ademais, observada a não determinação do indivíduo sobre o livro – aqui compreendido na clássica relação entre sujeito e objeto – Popper (1975, p. 117) preocupa-se em evocar “[...] sua possibilidade ou potencialidade de ser entendido, seu caráter disposicional de ser compreendido ou interpretado, ou desentendido ou mal interpretado, o que faz de uma coisa um livro.”

Assinala que, na maioria das vezes, autores da tradição não se ativeram a tamanha necessidade, a qual, por sinal, vem ao encontro do *mundo 3*. Portanto, aufere-se, mediante contato com o livro (e demais objetos portadores de *conhecimento objetivo*), a assimilação parcial, completa ou se, a rigor, este propósito será ou não possível. Em todo caso, Popper (1975, p. 120) esclarece que tal exercício se deve à autonomia e independência do *mundo 3*, traços estes imprescindíveis à interação com os demais *mundos*, uma vez que “a autonomia do *terceiro mundo* e a retrocarga do *terceiro mundo* sobre o *segundo* e mesmo o *primeiro* estão entre os fatos mais importantes do crescimento do conhecimento.”

Conexa à ilustração, há a demanda pelo *conhecimento objetivo*. Mas, para o mesmo ser expresso e compreendido, reclama a linguagem. Frente esta exigência, aufere-se que, em Popper, a última é entendida como instrumental voltado à emissão, ajustamento e melhoramento de enunciados, asserções e proposições. Uma vez considerada tal acepção, é oportuno registrar, no âmbito do *mundo 3*, a relevância das funções da linguagem, associadas ao armazenamento das criações ou produções. Como será visto, algumas destas funções são detectáveis entre humanos e demais animais; outras, são exclusivas dos primeiros. Na verdade, o que se constitui em motivo de investigação é, pressuposta a interação linguística entre *mundo 3*, *mundo 2* e *mundo 1*, o potencial avanço do conhecimento no indivíduo. Até porque este evento se efetua por meio da articulação linguística, bem como de suas funções, desde que não se omita a vinculação ao *conhecimento objetivo* e o *mundo 3*.

Dessa maneira, Popper (1975, p. 121) sublinha que “as mais importantes criações humanas, com os mais importantes efeitos de retrocarga sobre nós mesmos e especialmente sobre nossos cérebros, são as funções mais altas da linguagem humana; mais especialmente, a *função descritiva* e a *função argumentativa*.” Antes de defini-las, constatam-se outras duas funções, concebidas pelo filósofo sob um nível inferior, 1) a *autoexpressão* e 2) a *sinalização*. Também chamada de *sintomática*, a *autoexpressão* diz respeito ao indivíduo ou animal fazerem-se entender e conhecer mediante uso de gestos faciais e corporais. Já a *sinalização*, visa mostrar e responder a algo tanto para o indivíduo, quanto para os animais. Para o filósofo

(1975, p. 121), “[...] não denominamos lingüístico qualquer sintoma⁵⁴ a menos que admitamos que ele pode liberar uma resposta em outro organismo.” Assim, toda manifestação decorrente de um propósito cujo foco é estabelecer comunicação – ora rudimentar, ora avançada – corresponde ao emprego da *função sinalizadora*.

Não obstante, longe de qualquer preconceitualização, o filósofo sustenta a trivialidade de ambas as funções, haja vista a presença regular no cotidiano dos indivíduos. Desse modo, dificilmente oferecerão aprofundamentos aos estudos da linguagem e, no caso de Popper, à análise da mesma. No entanto, embora simples, porém necessárias, o autor (1975, p. 121) lembra que “todas as linguagens animais e todos os fenômenos lingüísticos compartilham dessas duas funções inferiores.” E ainda, é necessário não omitir a propensão de crescimento, ou melhor, derivação de novas funções, através das limitações da *autoexpressão* e *sinalização*, o que não as desvaloriza, nem as exclui das averiguações imputadas à linguagem.

Considerado o fato de as duas funções inferiores da linguagem não disporem de avanços, dada a repetição de sinais, e ainda, nível estanque em diversos animais, como aceder a este esgotamento? Popper sugere a averiguação das funções superiores, a saber, *descrição* e *argumentação*, encontradas, ambas, nas linguagens humanas. Todavia, justifica-se (s/d, p. 324): “não quero dizer que não possa haver outras funções (prescritiva, consultiva, etc.), mas sim que as quatro mencionadas constituem uma hierarquia, no sentido de que cada uma delas pressupõe as que lhes são inferiores – as quais, contudo, podem existir sem as superiores.” Transpondo-as, por conseguinte, ao plano da interação entre os *três mundos*, são abordados os limites de teorias e, neste trecho, incluem-se as funções primitivas da linguagem. Ante a dita exaustão, Popper (1975, p. 121), em tom de espanto, declara:

Bastante estranhamente, a mais importante das funções superiores tem sido negligenciada por quase todos os filósofos. A explicação desse fato estranho é que as duas funções inferiores estão presentes, de modo que é sempre possível ‘explicar’ qualquer fenômeno lingüístico, em termos de funções inferiores, como a ‘*expressão*’ ou a ‘*comunicação*’.

Visando avançar na análise da linguagem, como também, não compactuar com a negligência em registro, o filósofo critica a investigação que apenas contempla as funções inferiores. Aborda a *descrição* e a *argumentação* (1975, p. 121), acentuando que, da “[...] *função descritiva* da linguagem humana, emerge a idéia reguladora de *verdade*, isto é, de uma descrição que se ajusta aos fatos.” Assim, atendo-se à *função descritiva*, desponta a verdade, noção dotada de múltiplas acepções, as quais extrapolam este estudo. Longe de menosprezá-

⁵⁴Utilizado no sentido de indício, assinalando a não existência de interação com outro organismo.

la, (pois a referida é, senão, um dos maiores assuntos presentes na lógica, teoria do conhecimento e metafísica), está em questão assimilar que a verdade⁵⁵, para ser constatada ou auferida, necessita do ajustamento promovido pela *descrição*, função linguística elevada, em conexão aos fatos, como sabido, independentes do indivíduo.

No entanto, sem defini-la e problematizá-la, associa-la-á ao parâmetro provisório, sinônimo de referencial⁵⁶. A ele Popper denomina ideia reguladora, expressão por meio da qual torna-se possível atestar a aversão do filósofo a dogmas e postulações, tanto nas ciências, quanto na vida sócio-política. Em todo caso, a opção contrária às supracitadas imposições surge mediante uso da *descrição*, função ordenadora de enunciados e proposições, além de se conectar, de igual modo, à *função argumentativa*. No concernente à primeira, quando recusa a concepção de teorias causais físicas das *funções superiores*, o filósofo (s/d, p. 328), ao enfatizar a relação entre objetos materiais e conteúdos objetivos de pensamento, declara: “dar nome é sem dúvida o caso mais simples da atividade descritiva no uso das palavras.” E, em seguida, friza Popper (s/d, p. 328), “as relações lógicas [...] não pertencem ao mundo físico. São abstrações (‘produtos da mente’, talvez).”

Aliada à última está a *argumentação*, conjunto de raciocínios cujas sentenças são formadas de premissas que exigem conclusão. Para Popper (1975, p. 121), a *função argumentativa* “[...] pressupõe a *função descritiva*: os argumentos, fundamentalmente, são acerca de descrições; criticam descrições do ponto de vista de idéias reguladoras de verdade, de conteúdo e de verossimilitude.”

Comparada às demais funções, a *argumentação* desponta enquanto imprescindível e adequada à *crítica*, ação avançada em termos de linguagem. Ao mesmo tempo, pressupõe e reconhece a existência das precedentes, relacionando-se de modo a não perderem, por assim dizer, suas caracterizações. No âmbito dos *três mundos*, a inclusão das *quatro funções* oferece condições propícias à detecção de incoerências, contradições, arbitrariedades, excessos (forma e conteúdo) e distorções. Não obstante, afirma Popper (s/d, p. 325): “o interesse fundamental da ciência e da filosofia reside nas funções descritiva e argumentativa [...]” Disponibilizam, de forma admirável, grande possibilidade de correção e ajustamento, uma vez que asserções

⁵⁵ Para Popper (1977, p. 151), “[...] a aplicação mais notável da teoria da correspondência não é a enunciados específicos como ‘A grama é verde’ ou ‘A grama é vermelha’, mas a descrições de situações lógicas gerais. Por exemplo, desejamos dizer coisas como: se uma inferência é legítima, então, se as premissas são todas verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira; isto é, a verdade das premissas (se elas são todas verdadeiras) se transmite invariavelmente à conclusão; e a falsidade da conclusão (caso ela seja falsa) retransmite-se invariavelmente a pelo menos uma das premissas [...]”

⁵⁶ O parâmetro provisório e a ideia reguladora são referências temporárias, predominando até o florescimento de outra teoria. Contudo, nunca, por melhor que seja, a teoria será absoluta, não passando do que se dispõe no presente. Por exemplo: verdade e verossimilitude enquadram-se como exemplificações do parâmetro provisório.

confusas e incoerentes atestam a mal formulação de pensamentos, obrigatoriamente explicitados em linguagem.

A título de ilustração, Popper emprega as seguintes proposições com o intuito de assinalar, tal qual a interação linguística entre os *três mundos*, o vínculo e comunicabilidade referente às *quatro funções* da linguagem. Segundo ele (s/d, p. 325):

Um argumento, por exemplo, serve como uma expressão na medida em que é um sintoma externo de algum estado interno (físico ou psicológico – isto é irrelevante) do organismo. É também um sinal, pois pode provocar uma resposta ou concordância. Na medida em que trata *a respeito* de alguma coisa, sustentando algum ponto de vista sobre determinada *situação*, é descritivo. Por fim, tem uma função argumentativa, fornecendo *razões* em apoio da concepção que defende – apontando dificuldades ou mesmo inconsistências no ponto de vista alternativo.

Assim sendo, mesmo dispostas sob forma hierárquica, as *funções* da linguagem podem ser articuladas dos mais variados modos, favorecendo, então, o dinamismo e reatualização da mesma. Portanto, depreende-se que, em *hipótese* de correções enunciativas, a independência, *objetividade* e autonomia do *mundo 3* serão evocadas, haja vista o florescimento e defesa de um ou mais argumentos.

A motivação para este exercício assegura que, segundo Popper (1975, p. 121), “[...] com o desenvolvimento de uma linguagem descritiva (e mais, de uma linguagem escrita) pode emergir um *terceiro mundo lingüístico*; e só deste modo, e só neste *terceiro mundo*, que se podem desenvolver os problemas e os padrões da *crítica racional*.” Contudo, antes de se preocupar com a *crítica*, cumpre assimilar o objeto de análise. Isso significa, paralelo ao que já se entende, elencar trechos nebulosos e incompreensíveis. Até porque, para Popper (1975, p. 121), “sem o desenvolvimento de uma linguagem descritiva exossomática – uma linguagem que, como uma ferramenta, se desenvolve fora do corpo – *nenhum objeto* pode haver para nossa discussão crítica.” Tal linguagem é localizada, justamente, no *mundo 3*, além de se relacionar com o indivíduo, o *mundo 2* e *mundo 1*. Eis, então, a justificativa no concernente à interação ora abordada.

2.3-A associação entre determinados enunciados e o *conhecimento objetivo*.

Afirmada a necessidade do *conhecimento objetivo* e da relação com os *três mundos*, faz-se pertinente observar, entre as formas linguísticas, os enunciados. Popper acentua, particularmente, os *singulares, universais, sintéticos, analíticos, empíricos, atômicos, básicos, existenciais e de teste*. Contudo, embora existam demais classificações, igualmente importantes e com maior variedade, o filósofo manifesta apreço pelos supracitados

enunciados. A motivação em selecioná-los deve-se às menções constantes de *A lógica da pesquisa científica*. Nesta, Popper os elenca e os analisa, visto que no concernente à Filosofia e às Ciências, a ocorrência desses enunciados é maior, razão pela qual o empregados mencionados solicita averiguação, pois estão agregados ao *conhecimento objetivo*.

Desse modo, não se busca conceituá-los, haja vista, em primeiro lugar, Popper visualizar o emprego e as características dos enunciados em pauta. Nesse sentido, o filósofo perquire maior refinamento, ajustes, redução e isenção de erros. Afirma que (1972, p. 69), em discordância ao tradicional exercício conceitual, “[...] tudo o que a definição permite é reduzir a idéia de um conceito ou nome individual à de um nome próprio (no sentido de nome de uma coisa física individual).” Em outros termos, Popper incita os interessados em empreender a análise da linguagem a irem além da definição e significação, convidando-os a observar a articulação enunciativa, neste caso, sincronizada ao *conhecimento objetivo*⁵⁷.

Com efeito, qual a justificativa para que determinados enunciados sejam associados a *omundo 3*? A de que, ao serem expressas reflexões, *hipóteses*, *teorias*, interpretações e descobertas acerca do homem e do mundo – necessariamente sob a forma de linguagem – a conexão entre sentenças e *conhecimento objetivo* passa a ser indispensável! Caso contrário, à primeira vista, a investigação seria rebaixada à vulgar acepção do plano subjetivo, correndo alto risco de rumar à esfera da opinião irrefletida e, pior do que esta, ao nível de achismos, degradando, então, a enunciação. Com base em Popper, tal ação está descartada, pois ao vislumbrar e se sincronizar ao *mundo 3*, há o discernimento integral a respeito de manifestações particulares, as quais são postas em um plano subalterno à riqueza e universalidade do *conhecimento objetivo*.

Para, então, se afastar e, sob o mesmo grau de importância, evitar este desvio, cumpre assimilar que, segundo Schorn (2012, p. 03), o *mundo 3*, doravante acrescido do complemento linguístico “[...] pode ser concebido como um procedimento sistêmico no âmbito da linguagem, pois toda a sua atividade consiste em formular sistemas de enunciados para, no momento seguinte, submetê-los à crítica e, quando há pretensões científicas, testá-los à luz da empiria.” Portanto, reafirma-se a importância do *omundo 3*, haja vista o fato de, quando algo lhe ingressa, adquire valor permante, afastando-se de ações subjetivas. E ainda, à Filosofia e às Ciências competem o emprego de asserções diretas e claras, reflexos da *objetividade* e perenidade dos conteúdos lógicos.

⁵⁷Após contendas travadas com o Círculo de Viena (Cf. Cap. I, item 1.4), Popper enfatiza o cuidado relativo à reprodução de escolasticismos, pois a abordagem recai em conceitos abstratos, de modo a estancar o assunto.

No intuito de evitar essa degradação, serão eleitos alguns enunciados e, logo após, se discorrerá sobre as vinculações firmadas com o *conhecimento objetivo*. Primeiramente, Popper (1972, p. 66) traz à pauta os *enunciados singulares*, ou seja, os que “[...] dizem respeito apenas a certas regiões do espaço e do tempo.” Conforme sabido, mesmo delimitados, não se descarta o risco de haver confusões entre os primeiros e asserções de outra natureza. Por isso, o aumento da atenção torna-se imprescindível. E ainda, o filósofo (1972, p. 67) recorda que “toda aplicação da Ciência assenta-se numa inferência de casos singulares a partir de *hipóteses* científicas (que são universais); isto é, baseia-se na dedução de predições singulares. Em todo enunciado singular devem ocorrer conceitos ou nomes individuais.”

Internalizada a presente lembrança, é preciso, ao fazer uso dos *enunciados singulares*, reconhecer sua relação com demais sentenças. No entanto, tal proximidade não significa que o conjunto de conhecimentos denominados científicos os privilegiem, exclusivamente. Por outro lado, para ser efetuada – e, até mesmo, propagada – a ciência reclama, de igual modo, *enunciados singulares*. Afinal, como Popper é simpático à ciência dedutiva, seriam de se estranhar ocorrências contrárias. E mais, dada a conexão entre as ditas asserções e a empiria, complementa Schorn (2012, p. 04): “A experiência tem a restrição de somente legitimar os enunciados singulares. A generalização desses, entretanto, para alcançar o estatuto de lei ou teoria universal, é ilegítima.”

Há, também, a explanação acerca dos *enunciados universais*, os quais, para Popper (1972, p. 67), estão ligados a noções gerais. Desse modo, “[...] os conceitos ou nomes universais podem ser definidos sem o uso de nomes próprios.” Apesar de os últimos conduzirem a algo ou alguém específico, tanto indivíduo, quanto objeto da natureza, também se mostram sem os mesmos. Além disso, é possível ainda, conforme o filósofo (1972, p. 71), “[...] caracterizar os *enunciados universais* como enunciados onde não ocorrem nomes individuais.” Em caso dessa detecção, é adequado, no entender de Popper, denominar as asserções de *puras* ou *estrítas*, dada a dita isenção.

Importa, em todo caso, assinalar que os *enunciados universais* não são propensos a ações ou ressalvas atinentes ao espaço e o tempo, bem como poderem indicar uma classe de indivíduos ou objetos mediante uso ou não de nomes próprios. Afinal, em Popper (1972, p. 67), “a distinção entre *enunciados universais* e *singulares* prende-se estreitamente à distinção entre *conceitos ou nomes universais e individuais*.” Tal diferenciação, conforme assinalado, não pode se esquivar a esta gradação, até porque o ordenamento enunciativo não lhe escapa.

Após tratar dos *enunciados singulares e universais*, Popper analisa os *existenciais*. Segundo o filósofo (1972, p. 72), ao inferir, por exemplo: “há corvos negros”, usa-se um enunciado *universal*; equivalente a: “há, pelo menos, um corvo negro”, remete-se, diretamente, aos *enunciados existenciais* ou *enunciados-há*. Conforme Popper (1972, p. 72), “a negação de um *enunciado estritamente universal* equivale sempre a um *enunciado estritamente existencial* e vice-versa.” Assim, da asserção universal chega-se à discussão relativa à existência ou não de algo, bem como de certo objeto. Juntamente com a sinalização ou não da existência, ora evidente, ora quase indetectável, alguns enunciados desta modalidade são submetidos ao *falseamento*. Vale ressaltar que nem todas as asserções podem ser *falseáveis*, conforme se verá adiante (Cf. Cap. III, item 3.1).

Logo após, despontam os *enunciados sintéticos*, ou seja, portadores de algo novo ou surgidos em consequência de avanços na investigação. Contudo, Popper alerta para que tais asserções – ao contrário do que, até então, se defendera – não poderem ser apenas empíricas ou se referirem à experiência sensível. A rigor, para o filósofo (1972, p. 40), os *enunciados sintéticos* visam “[...] representar o mundo não contraditório, isto é, um mundo *possível*.” Indicam, por assim dizer, a pertinência de constatações racionais e de natureza adversa à empiria; o que não significa antagonismo de uma para com a outra, mas um complemento.

Diferentemente dos positivistas, para os quais, segundo Popper (1972, p. 54), “[...] só existem duas espécies de enunciados: tautologias lógicas e enunciados empíricos,” há a inclusão de outros componentes, não necessariamente experimentais. Até porque (1972, p. 131) os referidos “[...] colocam-se, por força da relação de acarretamento, no intervalo aberto entre a autocontradição e a tautologia.” Na verdade, os *enunciados sintéticos* explicitam ações que, para a maioria dos intérpretes, podem ecoar como ousadia; distintamente de ingenuidade ou vulgarização do discurso.

A este propósito, complementa Popper (1972, p. 131): ao “[...] preferir as teorias capazes de serem submetidas a provas mais rigorosas [...]”, são, inegavelmente, solicitados enunciados explicitadores de novidades e, quem sabe, inovações! Independente de os avanços serem provenientes do plano lógico, empírico, ou de ambos conjugados, é plausível considerar que, com base em Popper (1977, p. 192), “freqüentes vezes, não importa muito a formulação de um argumento. O que importa são os *conteúdos* no sentido lógico ou no sentido do *mundo 3*.” E ainda, para romper com a afirmação restrita dos positivistas (1972, p. 40), “[...] todas as línguas são impregnadas de *teoria*, o que significava, sem dúvida, uma revisão radical do empirismo.”

Para isso, urge adotar a aplicação ora oferecida, pois, conforme deduzido, de que forma poderá, em tese, mutilar a abrangência do conhecimento? Ainda mais quando, em diversas passagens, Popper, na contramão de muitos teóricos, sustenta a interação entre ciência empírica e especulações pertencentes à metafísica? Ao considerar os *enunciados sintéticos*, esta relação acaba por ser incluída e reafirmada.

Na sequência, despontam os *enunciados empíricos*. Como o próprio nome aduz, dizem respeito à experiência sensível e a situações concretas. Podem ser, para Popper (1972, p. 131), “[...] caracterizados como aqueles cujo grau de *falseabilidade* coloca-se dentro do intervalo aberto, de que são extremidades os graus de *falseabilidade* das autocontradições, por um lado, e os graus de *falseabilidade* das tautologias, de outro.” Significa que oscilam em termos de efetivação e até, externamente falando, através da percepção. Neste dito intervalo, ou negam a si mesmos, ou incorrem em repetições, o que atesta a dificuldade para a submissão ao *falseamento*, haja vista a inconstância observada.

Dessa constatação, Popper (1972, p. 40) infere: a “[...] ‘ciência empírica’ pretende representar apenas *um* mundo: o ‘mundo real’, ou o ‘mundo de nossa experiência’.” Assim sendo, as asserções dela provenientes, de modo particular, as que sustentam ou aludem à experiência, tratam apenas de uma parcela da realidade, deixando, como é de se presumir, a desejar em demais aspectos racionais, inclusive *hipóteses* e *conjecturas*. Para afastar, por conseguinte, confusões relativas a estes enunciados e proposições, o filósofo (1972, p. 279) assevera que “[...] se tentarmos transformar a fé metafísica, que depositamos na uniformidade da natureza e na verificabilidade das *teorias*, numa teoria do conhecimento ou apoiada na lógica indutiva, só nos restará escolher entre regressão infinita ou *apriorismo*.”⁵⁸

Há, no tocante aos *enunciados empíricos*, confusão relativa a regularidade natural, geradora de uma fé ingênua na indução. Visando contestá-la, Popper assegura que tal ato desembocará no que é próprio aos *enunciados sintéticos* (apriorismo) e em um voltar *ad aeternum* inglório. Desse modo, difere a caracterização entre os elementos metafísicos e os que lhe são adversos, como as asserções ora em voga, insistindo para não serem transpostos componentes metafísicos aos moldes do plano físico. Não obstante, o filósofo não nega a comunicabilidade entre ambos os planos; mas isso faz parte de outra questão.

⁵⁸ Para Popper (1972, p. 278), “[...] o princípio da indução [é] ser, ele próprio, de caráter metafísico.” Frente a esta postura, continua: “[...] o pressuposto de que o princípio da indução é empírico leva a uma regressão infinita. Ele só pode ser introduzido como proposição primitiva (ou postulado, ou axioma)”, o que, por sua vez, assinala, no entender do filósofo, o fracasso da indução.

Por conseguinte, Popper também se ocupa dos *enunciados atômicos*. Define-os, via de regra, como os que não possuem conectivos, bem como indicadores de quantificação. Por exemplo, na asserção “Wittgeinstein agride Popper”, embora tenha-se conhecimento, inclusive, com registros biográficos, do ocorrido, o enunciado desponta enquanto *atômico*. (Não se omite, ainda, a ação de Russell, Coordenador da Mesa de Debates, em conter a animosidade de Wittgeinstein, munido de um atizador de lareira, instrumento o qual, se não fosse a ação de Russell, seria desferido em Popper.) Concebido tal como está, o enunciado é, por assim dizer, *atômico*, pois seu sujeito é o primeiro, enquanto que o predicado corresponde à discussão ocasionada com Popper.

Importa acentuar, no tocante aos *enunciados atômicos*, haver a evocação ou o emprego de palavras cujos significados estão ou já sofreram alteração. Popper (1972, p. 139) sublinha que os mesmos também aparecem em “[...] função de teorias em permanente mutação.” Estas, cada vez mais, conquistam atenção, principalmente porque, longe de preconceitos e radicalismos, a mudança e evolução teóricas indica que os *enunciados atômicos* permanecerão assim até certo ponto, ou seja, enquanto estiverem isolados. Quer dizer, segundo Popper (1972, p. 139), tais asserções pertencem “a classe de enunciados, combinadas com todas as conjunções que deles podem ser obtidas [...]” Ao se congregarem neste âmbito, formarão uma associação, portando vínculo ao *conhecimento objetivo*.

Além do mais, ocorre a menção aos *enunciados básicos* ou *de prova*. Para Popper (1972, p. 45), “[...] pode[m] atuar como premissa numa falsificação empírica; em suma, o enunciado de um fato particular.” Visam demonstrar, mediante contato com a experiência, ou quando a mesma lhes solicita, a veracidade de determinado plano factual, em antecedência à conclusão do raciocínio. O curioso é que, mesmo dirigindo-se à experiência, quando aborda os *enunciados básicos*, Popper (1972, p. 45) acentua:

[...] Precisamos distinguir, de uma parte, *nossas experiências subjetivas ou nosso sentimento de convicção*, que jamais podem justificar qualquer enunciado (embora possam tornar-se objetos de investigação psicológica) e, de outra parte, as *relações lógicas objetivas*, que se manifestam entre os vários sistemas de enunciados científicos e dentro de cada um deles.

Especificamente com as conexões lógicas, dotadas de *objetividade*, devem ser estabelecidos vínculos tidos como diretrizes, favoráveis à superação de aspectos subjetivos, inclusive crenças e ideologias. Afinal, os últimos não possuem condições de justificação voltada a asserções. Assim sendo, complementa Popper (1972, p. 49): “Ao exigir *objetividade* para os *enunciados básicos*, assim como para outros enunciados científicos, afastamos

quaisquer meios lógicos por via dos quais poderíamos esperar reduzir a verdade dos enunciados científicos a experiências pessoais.”

Conforme tratado no início desta Dissertação (*Cf.* Capítulo I, item 1.1), aspirar e cultivar a *objetividade* confere maior rigor à Filosofia e às Ciências, clarificando suas buscas e alternativas à resolução ou equacionamento de problemas. No concernente aos *enunciados básicos*, com efeito, está em questão, da melhor forma possível, poder conduzir a investigação à verossimilhança das sentenças. Assim procedendo, poder-se-á atestar a sincronia entre o plano lógico ou mental – por meio do emprego e arranjo de asserções – e a experiência, reclamante de averiguação e, por conseguinte, *teste*.

À espreita de investigar a contento o que se coloca como problema, tanto no plano lógico, quanto na experiência, Popper serve-se dos *enunciados de teste*. Primeiramente, sustenta (1972, p. 49) que “[...] não pode haver, em Ciência, enunciado insuscetível de teste e, conseqüentemente, enunciado que não admita, em princípio, refutação pelo falseamento de algumas das conclusões que dele possam ser deduzidas.” Como sabido, as leis naturais, por exemplo, não são propensas ao *teste e falseamento*. Mas, uma grande parte de asserções caras aos filósofos, cientistas e demais indivíduos o é. Tendo em vista esta demanada, faz-se imprescindível, portanto, observar a necessidade, bem como a importância da submissão a questionamentos, discordâncias parciais e, igualmente, refutações. Até porque, sem tais exercícios, o conhecimento fica estanque, impedido, então, de avançar.

A propósito, o *teste* não pretende relativizar, tampouco, levantar especulações cujo ensejo consista em decompor o que, até o momento, fora construído. Quer, em contrapartida, contestar o que é aceito como dado, explorando possíveis incoerências, além de oferecer maior depuração, credibilidade e coerência às palavras e sentenças. Para isso, de acordo com Popper (1972, p. 49), “a possibilidade de teste intersubjetivo implica em que outros enunciados suscetíveis de teste possam ser deduzidos dos enunciados que devam ser submetidos a teste.” Eis, por meio da averiguação e submissão à prova, a condição de, ao ajustar os enunciados, estender a clareza aos demais, o que favorece a promoção da ciência dedutiva, a qual Popper é simpático.

Feita a menção e, de modo sucinto, apresentadas as características dos enunciados dotados de maior regularidade no âmbito do conhecimento filosófico-científico, depreende-se sua associação ao *conhecimento objetivo* e, de igual modo, à instância do *mundo 3*. Tal proximidade se dá pela indissociabilidade entre lógica (e, por extensão, o pensamento) e articulação linguística. Neste mesmo nível de unidade, Popper (1977, p. 192) declara o

constante esforço voltado à depuração de enunciados, consequência do ordenamento e correções efetuadas na esfera do pensamento. Argumenta que:

Percebo muitas vezes que, erroneamente, estou supondo que ‘consegui’, que apreendi de modo claro um pensamento: quando tento dar-lhe forma escrita, dou-me conta de que não o alcancei ainda. Esse ‘o’, esse algo que talvez eu não tenha alcançado, que não posso estar certo de *haver* apreendido antes de tê-lo escrito ou traduzido claramente em linguagem, *de modo que posso contemplá-lo criticamente de vários ângulos* – esse ‘o’ é o pensamento no sentido objetivo, o objeto do mundo 3, que estou procurando compreender.

Considerada a íntima conexão entre pensamento e linguagem, Popper (1977, p. 192) acentua a urgência de “[...] podermos colocar à nossa frente *pensamentos objetivos*, isto é, *teorias* – de maneira tal que tenhamos como criticá-los e discuti-los. Para tanto, impõe-se que lhe demos uma forma (especialmente lingüística) mais ou menos permanente.” Tal insistência remete à *análise da linguagem*, haja vista a série de incoerências, arbitrariedades, confusões e apelações proferidas no dia-a-dia e, de gravidade ainda maior, no registro de estudos acerca do homem e do mundo! Como atribuições imputadas à dita *análise*, estão a reflexão, socialização de sentenças e teorias, seguida da *crítica*, etapa cara ao ajustamento enunciativo. Dado o refinamento lingüístico, finalmente, o filósofo (1975, p. 61) enseja vislumbrar o cumprimento da inferência segundo a qual “uma asserção que transmita mais informação tem maior conteúdo informativo ou lógico; [será] é a asserção melhor”, possível somente pela conjunção entre a emissão de enunciados e o mundo 3.

2.4- Os problemas da filosofia como problemas “na” linguagem

A contemporaneidade é, a partir da segunda metade do século XIX até nossos dias, caracterizada por diversas abordagens cujos temas e problemas, necessariamente, relacionam-se à linguagem ou, de modo indireto, lhe dizem respeito. Para se ter uma noção, a amplitude do assunto é tamanha a ponto de, mesmo entre grandes autores, ocorrerem dúvidas atinentes às tendências e linhas investigativas. Frente a esta abrangência, Hacking (1999, p. 157) afirma: “não precisa sequer haver uma resposta geral para a questão de por que a linguagem interessa à filosofia atualmente.” Importa, antes mesmo de serem observados determinados pontos de vista, reconhecer a relevância deste conjunto de sinais indispensáveis ao indivíduo, à decodificação, apresentação e tradução de pensamentos.

Pressuposta, então, a multiplicidade de abordagens, responsável pelo aumento de demandas atribuídas à filosofia e ciências da linguagem, cumpre acentuar que Popper, imerso no contexto de transformações e contradições do século XX, também expressa interesse pela

linguagem. No entanto, para observar em que ela consiste, elege-se, entre tantas outras possíveis questões, as seguintes: 1) O que, em linhas gerais, pretende Popper ao tratar da linguagem? 2) Logo após, mesmo o filósofo se destacando nos campos da epistemologia e filosofia da ciência, verifica-se uma inclinação à filosofia da linguagem ou tentativa referente à sua promoção? Ademais, 3) por que é adequado sustentar que, longe de exageros, os problemas da filosofia são “na” linguagem?

Em primeiro lugar, quando a aborda, Popper não lhe dedica um texto e, igualmente, obra específica. Mas, em uma profícua carreira, faz com que o problema da linguagem figure – tanto em palestras, Ensaios e entrevistas, quanto em livros – unido ou, indiretamente, associado a determinadas indagações do conhecimento filosófico-científico, expandindo-se mediante inquirições decorrentes deste último. Na verdade, ao serem considerados os *três mundos*, a linguagem desponta como instrumental adequado e indispensável! A propósito, no concernente ao *mundo 3*, portador da adjetivação linguística, Popper (1975, p. 127), friza que “[...] não tem qualquer similaridade com a consciência humana; e embora seus primeiros habitantes sejam produtos da consciência humana, são totalmente diferentes de idéias conscientes ou de pensamentos no sentido subjetivo.”

Considerada a predominância do conteúdo lógico, *objetivo*, formador e caracterizador do *mundo 3*, em interação com o *mundo 2* e *mundo 1*, faz-se notória a preocupação popperiana com a linguagem, dado que está em pauta melhor compreendê-la. Para tanto, é preciso, da melhor forma possível, articulá-la com clareza. Contudo, no intuito de auferir, diga-se, uma enunciação ordenada, crítica e propensa ao debate e à depuração, Popper (1975, p. 78) aconselha trazer à lembrança o fato segundo o qual “[...] quase todo o nosso conhecimento subjetivo (conhecimento do *mundo 2*) depende do *mundo 3*, isto é, de teorias formuladas lingüísticamente (pelo menos virtualmente).” Desse modo, a dependência e interação linguística entre os *três mundos* é novamente atestada, bem como reforçada a tomada de atenção frente aos elementos subjetivos e oscilantes dos estados mentais.

Esta insistência ecoa enquanto divergência a boa parte da tradição filosófica, especialmente, autores, sistemas idealistas e transcendentais. Movido e respaldado pela matriz analítica, expressiva na Áustria e Inglaterra, há a oposição a tuncagens, construções confusas, abstratas⁵⁹ e acríticas. Sem dúvida, o posicionamento de Popper corresponde a um admirável e promissor esforço, ação sinalizadora do interesse pela linguagem, ou melhor, correção, aprimoramento e submissão à *crítica* e refutações constantes. No tocante à presente

⁵⁹ Não associar a especulações, paradoxalmente, bem-vindas à ampliação do conhecimento. Popper discorda de pronunciamentos e enunciações avessos à centralidade, remetidos ao plano metalinguístico e de incompreensão.

insatisfação, salienta-se que não serão levantadas as discordâncias entre orientados ou simpatizantes da filosofia analítica em contraposição aos pensadores continentais, como vê-se em alguns trabalhos. Até porque a extensão e densidade de textos e questões ultrapassam o recorte proposto por esta Dissertação. Reconhecida, por assim dizer, a existência de variados préstimos, urge voltar ao ponto. Assim procedendo, quando menciona a linguagem, Popper (2010, p. 87) explicita:

A meu ver, o desenvolvimento do pensamento, desde Aristóteles, pode ser resumido na seguinte afirmação: enquanto usaram o método de definição aristotélico, todas as disciplinas permaneceram suspensas em um estado de verborragia vazia e escolasticismo estéril; o grau em que as ciências obtiveram algum progresso dependeu da medida em que elas conseguiram libertar-se desse método essencialista. (É por isso que uma parte tão grande das nossas ‘ciências sociais’ ainda pertence à Idade Média.) [...] O problema foi embaralhado por Platão e Aristóteles, cuja influência deu origem a preconceitos tão arraigados que a perspectiva de desfazê-los não parece muito promissora.

Nota-se, no âmbito da linguagem, a completa divergência para com abusos referentes a conceitos e definições, respectivamente. Popper assinala preocupação com a, de um lado, paradoxal imensidão de palavras e, de outro, a pobreza de novas ideias. O filósofo atribui ainda às Disciplinas e Áreas em cujas quais o uso do método de definição é maior, a mínima abordagem relativa a inovações – sejam racionais e experimentais – seguidas da esterilidade. Sob o mesmo grau, a associação ao recurso abundantemente empregado por Platão e Aristóteles se vincula, de igual modo, ao escolasticismo, pois, no ato de definir, respeitada a importância deste exercício, infelizmente, não ocorrerão préstimos alusivos ao avanço do conhecimento e, por extensão, da própria articulação linguística. A propósito, de que modo se adentrará em novas indagações, construção de *hipóteses* e levantamento de óbces quando a própria atividade de pesquisa está sedimentada em um círculo polarizado entre o conceito e, diga-se, a esperada e quase previsível definição?

A este respeito, aliás, fugindo à exaustiva definição de termos, o que remete a um sistema fechado, comenta Glock (2011, p. 41): “a linguagem não é simplesmente uma manifestação secundária de alguma coisa não linguística. Afinal, os pensamentos nem são processos mentais, nem entidades abstratas, mas são eles mesmos proposições, sentenças que foram projetadas sobre a realidade.” Em outros termos, para além de componentes subjetivos e essencialistas, a linguagem não é um acessório do pensamento; mas o meio privilegiado à sua manifestação! Para se auferir o contrário, como imaginar o pensamento isento de linguagem ou destituído da mesma? Face a esta impossibilidade, extrai-se que os processos mentais, embora importantes, estão abaixo do pensamento, por natureza, já linguístico.

E mais, as asserções oriundas da experiência ingressam no *mundo 3*, convertendo-se em conteúdos objetivos de pensamento e, por fim, sendo ou não manifestas oralmente ou por escrito. À diferença de outras abordagens, extrai-se a passagem efetuada entre a noção de *ideia*, (predominante do período grego clássico até a filosofia moderna), a enunciados e proposições, em tese, rigorosamente elaborados, ajustados e articulados. Tanto que, ao apontar tal mudança, Popper, reage a abusos, rodeios e limitações resultantes dos exercícios escolásticos, outrora polarizados entre etimologia, conceitualização e definição. Do mesmo modo, contesta o reducionismo linguístico dos positivistas lógicos (Cf. Capítulo 1, itens 1.4), visando, então, auferir (2002, p. 48) “[...] as teorias e o problema de sua verdade (ou aproximação à verdade), pois considero as palavras destituídas de importância.”

Ante esta declaração, teria o filósofo desprezado o sentido, a significação e o valor das expressões? Não. Ocorre, em primeiro lugar, a busca por sentenças cuja composição seja direta e, de igual modo, digam algo depurado sobre o homem e o mundo. Ao investigar a linguagem, Popper pretende evocar maior cuidado para com a sincronia e ajustamento dos termos. Em relação ao dito tratamento, complementa Hacking (1999, p. 159): “[...] o próprio conhecimento deve ter sido a força primária que provocou a transformação do apogeu das idéias ao apogeu das sentenças.” Diante disso, Popper ultrapassa as atividades restritas à definição, significado e justificação das palavras, haja vista a ocorrência, por meio dos *três mundos* – e, especialmente, do *mundo 3* – do crescente exame de enunciados e proposições, o que não implica em menosprezar as demais e múltiplas expressões.

Não obstante, como, ao que parece, há muito a se fazer no tocante ao melhoramento enunciativo, reflexo da ordenação e depuração lógica de pensamentos e, por que não dizer, da mente, aflora outra questão. Visualizado o interesse de Popper para com a linguagem, conexas aos *três mundos*, é possível notar certa inclinação à filosofia da linguagem ou tentativa referente à sua promoção? Novamente, a resposta é negativa. E por quê? Pelo fato de a primeira ser, sob as palavras de Penco (2006, p. 14), dirigida à “[...] análise dos conceitos que são habitualmente usados para explicar a estrutura e o funcionamento da linguagem.” Em contrapartida, já Popper, ao elencar a linguagem enquanto problema, não aspira efetuar o exercício supracitado, propósito este que o afasta da tendência e, até mesmo, eventual filiação ou desenvolvimento de uma filosofia da linguagem.

E ainda, munido da herança analítica conjugada à síntese das discussões tidas com os vienenses, Popper assinala a importância e o papel da linguagem conservado e melhorado durante milhões de anos, nos quais, somente, há pouco tempo, figura o homem. Contudo,

mesmo com o recente desenvolvimento⁶⁰, o filósofo constata a importância da linguagem humana e, longe de exclusão, também das modalidades empregadas pelos animais. Importa, neste caso, salientar a existência do *mundo 3*, responsável por armazená-la. Além disso, leia-se, aqui, o ingresso harmônico da cultura nesta instância refratária de *conhecimento objetivo*, haja vista grande parte dos estudiosos considerarem o componente físico-biológico do indivíduo, ao passo que Popper, ao discorrer sobre a integração linguística entre os *três mundos*, vislumbra, para além do biologicismo, a cultura! Não nega, nem menospreza a unidade biológica; todavia, enriquece-a teoricamente com o universo das produções humanas!

Ademais, para melhor acentuar que Popper não efetua, nem, tampouco, se volta à filosofia da linguagem, é oportuno diferenciá-la da análise ora empreendida cujo objeto é, sob outro prisma, a linguagem. Rememora-se que, com base em Penco (2006, p. 14), “a filosofia da linguagem situa-se na zona limítrofe entre a lógica e a linguística, e busca acima de tudo analisar as argumentações a favor e contra as diversas visões do sentido que são a cada momento propostas.” Por outro lado, no ato de demarcação no qual desponta a análise da linguagem, – não à moda dos positivistas lógicos – Popper (1975, p. 81) declara: “não tenho o mínimo interesse por definições ou pela análise linguística de palavras ou conceitos.” Quer dizer, considerando os elementos objetivos do pensamento expressos sob a forma de linguagem, há a averiguação de asserções e enunciações em detrimento à ideia, conceitualização e revisão semântica de termos decorrentes.

Nesta mesma linha, o filósofo sustenta a necessidade de serem expressos enunciados específicos, ou seja, possuidores de maior coerência, clareza e *objetividade*. Feito isso, será possível, então, conferir crescente dignidade à linguagem, haja vista que, ao seu lado, está a ciência admiravelmente integrada à filosofia⁶¹. E ambas, pelo que lhes é próprio, proporcionam a criação de produtos humanos. Por tal motivo, segundo o autor (1975, p. 88), “vejo na ciência uma das maiores criações da mente humana. É um passo comparável à emergência de uma linguagem descritiva e argumentativa, ou à invenção da escrita.” Para serem, então, construídas asserções correspondentes à supracitada caracterização, vislumbra-se – desde que razoavelmente harmonizadas – a conjugação das modalidades descritiva, responsável pela narração ordenada dos eventos à argumentação. Além de *funções superiores*, as referidas assinalam a limitação das demais formas de expressão, razão pela qual são tidas enquanto avançadas ante às formas rudimentares e primitivas de linguagem.

⁶⁰ Isto é, a partir do convencionalizado surgimento da escrita, datado em aproximadamente 4.000 a.C.

⁶¹ Em Popper, há o resgate da ciência integrada, à moda grega, pois, ao seu ver, com a modernidade até nossos dias, a fragmentação e distanciamento entre as Áreas ou Disciplinas piora e, também, compromete o avanço do conhecimento. Cf. a afirmação (2004, p. 98) presente à p. 08.

Desse modo, na esteira de uma epistemologia evolucionária, ao serem consideradas as adaptações e modificações da linguagem, bem como do próprio indivíduo, ou melhor, da constituição psíquica e físico-biológica, torna-se evidente que Popper não propende à filosofia da linguagem. Quando o mesmo infere o desinteresse para com significados e definições, visa empreender a *análise da linguagem* mediante ações adversas a pensadores clássicos, como Platão e Aristóteles, de um lado, e, de outro, escolásticos e positivistas lógicos. A questão está em unir à *objetividade*, abundante no *mundo 3*, *teorias* provisórias, concorrentes e de maior verossimilhança ao cultivo da *crítica*, tão demandada e fundamental no trabalho teórico. A este propósito, quando discorrido acerca dos entraves encontrados e, paradoxalmente, efetuados por outros filósofos, friza Popper (1977, p. 192): “[...] achei que tinha de povoar meu *mundo 3* com habitantes outros que não os enunciados; e, a par dos enunciados ou *teorias*, coloquei neles problemas e argumentos, em particular, argumentos críticos.”

Popper enfatiza que apenas detectar e inflar o *mundo 3* de asserções não está em pauta. É preciso, antes, entendê-las, classificá-las e, à medida do possível, *falseá-las*. Anexo ao último exercício, está a emersão da *crítica racional*, pois, quando corretamente empreendida, poder-se-ão explorar os mais diversos problemas, iniciando, à moda de Popper, pela cosmologia, indo à linguagem e a tudo o que se relaciona com o indivíduo e o mundo. Portanto, longe de menosprezar a filosofia da linguagem, Popper visa superar e, de igual modo, avançar no detalhado exame de enunciados e proposições, de forma que, tanto a Filosofia, quanto as Ciências possam, constantemente, melhorar seus préstimos, afinal, o homem anseia entender e perpassar o mínimo que sabe – ou pensa saber – a respeito de si e do que se encontra à sua volta. Para isto, a linguagem passa a ser incontornável.

Por conseguinte, após ater-se à indagação a partir da qual, à primeira vista, pode ocasionar confusões, não obstante a demanda por clareza quanto às atribuições e, ademais, proximidades entre os estudos linguísticos, faz-se necessário responder a uma outra. Em conformidade a este estudo, por que os problemas da filosofia o são “na” linguagem? Pelo fato de ser indispensável ao homem e ao pensamento. Na verdade, a linguagem torna-se, paralelamente à desenvoltura da *crítica*, o meio adequado à externalização de conteúdos, ajustes enunciativos, depuração de asserções e proposições. Até porque é incogitável qualquer apresentação e discussão de problemassem incluí-los na instância linguística.

Ao abordar a linguagem com maior eficácia, rigor e conexa ao *mundo 3*, Popper (2004, p. 28) infere que “denominamos ‘verdadeira’ uma proposição, se ela corresponde aos fatos, ou se as coisas são como as descritas pela proposição. Isto é, o que é chamado de conceito absoluto ou *objetivo* da verdade que cada um de nós usa constantemente.” Nesta

afirmação, emerge um indício de realismo, haja vista a adequação entre asserções e fatos, portadores de valor *objetivo*, além de independerem das empatias e antipatias do indivíduo. Para remeter à verossimilhança, traço o qual atesta seriedade na enunciação, observa-se a descrição, modalidade reclamada à averiguação da linguagem.

Dada, com efeito, a ocorrência da eficaz enunciação, composta pela *descrição* e *argumentação*, como também quando uma ou outra são únicas ou predominantes, está em questão se afastar de incoerências, contradições e empregos forçosos da linguagem, tanto corriqueiros, quanto de maiores proporções. Longe de erigir, todavia, um discurso completamente isento de erros, mas, vislumbrando a crescente condição de diminuí-los, e, antes disso, detectá-los explicitamente, orienta Popper (2006, p. 07): “Afirmar que errar é humano significa que devemos lutar permanentemente contra o erro, e também que não podemos nunca ter a certeza de que, mesmo assim, não cometemos nenhum erro.”

Pressuposto o risco e, de certo modo, a frequente presença de equívocos nas elocuições, urge, aliado à detecção e ajustamento de enunciados, aspirar e promover a verbalização e grafia bem articuladas e diretamente constituídas, reflexo da ordenação e associação de pensamentos. Afinal, para Popper (2004, p. 39), “[...] é necessário escrever e falar constantemente numa linguagem clara e simples. Todo pensamento será formulado tão clara e simplesmente quanto possível, o que só pode ser efetuado mediante trabalho árduo.” Conforme constatado, o filósofo não fornece um cânone, nem, tampouco, diretrizes voltadas à análise da linguagem. Mas, tendo por meta depurá-la cada vez mais, reconhece a existência de incontáveis erros cuja autoria é do indivíduo; não da última enquanto tal.

Assim procedendo, embora a atenção dispensada à linguagem tenha aumentado, no tocante aos enunciados e proposições, particularmente, tem-se que, de acordo com Hacking (1999, p. 159), “o conhecimento não foi sempre essencialmente sentencial.” Isso assinala, ao lado de outras variáveis, a grande dificuldade para se tecer um discurso dotado de destacável coesão, validade e *objetividade*, propenso ao debate, contestação e reformulação. Por essa razão, são visualizadas situações nas quais o indivíduo possui uma ideia de algo; porém, não consegue se exprimir de modo compreensível a respeito de seus próprios pensamentos. Para ilustrar a dificuldade; não a impossibilidade de refinar a linguagem, elucida Popper (2002, p. 60): “Todos os seres humanos possuem a capacidade inata e o desejo de aprender uma linguagem, e este facto é vividamente testemunhado pela comovente descrição que Hellen Keller nos dá sobre sua aprendizagem da linguagem.”⁶²

⁶² Helen Keller (Estados Unidos, 1880†1968), quando criança, sofrera de uma doença chamada *febre cerebral*, adquirindo duas sequelas permanentes: a perda da visão e audição. Após dedicados esforços promovidos pela

Consideradas as múltiplas limitações implicadas no aprendizado da linguagem, o caso supracitado assinala uma lição de autossuperação e, tão importante quanto esta, diga-se, o “ingresso” da jovem no campo linguístico. No entanto, após exaustivos esforços da Professora Anne Sullivan, precisamente quando Ellen e a docente estabeleceram contato com êxito, houve, sem desmerecer a doação e o afeto, contato *objetivo*, universalmente válido e intersubjetivamente compreensivo. Tal fato atesta, respectivamente, o ingresso sincronizado no *mundo 3*, seguido dos escritos e envolvimento sócio-político da jovem em questão.

Portanto, quando se afirma que os problemas da filosofia são “na” linguagem, Popper interpela o leitor a não permanecer à sua margem, pois, em *hipótese* de ficar no entorno deste conjunto de sinais, incorrer-se-ão em equívocos já presenciados ao longo da tradição e, igualmente, no momento atual. Para evitar, nos termos do filósofo (1972, p. 535), o conformismo investigativo, deve-se acautelar ante a crença de que “[...] os problemas da Filosofia, se existem, são problemas de uso da linguagem ou do significado de vocábulos.” Como Popper discorda plenamente deste emprego restrito, assevera (1972, p. 535) que “[...] compreender as funções da linguagem é uma parte relevante da compreensão do mundo; não o é, contudo, descartar nossos problemas como simples ‘charadas’ lingüísticas.”

Imerso na articulação da linguagem conexas à epistemologia evolucionária, proposta de abordagem a qual prioriza não tanto a seleção, mas, acima de tudo, a capacidade de adaptação e transformação às inúmeras intempéries, inclusive cognitivas, Popper assegura o devido *locus* da linguagem ao evocar suas atividades inferiores e superiores, além de atentar às fugas e desvios decorrentes da complexidade deste assunto. Na esteira do filósofo, sobretudo no quesito conservação e sintonia ao *mundo 3*, a linguagem passa a ser entendida como inseparável ao último e às faculdades mentais, fazendo-se indispensável à correta e clara elaboração, apresentação e contestação de conteúdos, intimamente ligados aos *três mundos*, ao indivíduo e, por extensão, à humanidade.

Professora Anne Sullivan, Helen começa a se comunicar e, em seguida, a escrever através de uma linguagem de surdos. Estudou Filosofia e escreveu diversos textos. Além disso, ficou conhecida pela atuação em prol de pessoas com necessidades especiais. Popper, ao visitar os Estados Unidos, admirava-a e, perplexo, a mencionava em suas aulas, palestras e livros. Para maiores informações, cf. [http://teleduc.proinesp.ufrgs.br/cursos/diretorio/tmp/218/portfolio/item/163/Helen%20Keller%20\(Biografia\).htm](http://teleduc.proinesp.ufrgs.br/cursos/diretorio/tmp/218/portfolio/item/163/Helen%20Keller%20(Biografia).htm). Acesso em 15/03/2014.

Capítulo III

3- A FALSEABILIDADE E A AVALIAÇÃO DE ENUNCIADOS.

Na filosofia de Popper, a *falseabilidade* é, desde os anos de juventude, aplicada à análise da linguagem. Busca examinar o que, até o momento, tem-se como verdadeiro ou, quem sabe, pelo menos verossímil, tido, ademais, enquanto síntese da descoberta. Conforme dito, mesmo não sendo possível *falsear* todas as asserções, tal procedimento mostra-se necessário e enriquecedor, haja vista contribuir à depuração da maioria dos enunciados. Como a Filosofia e as Ciências perpetuam seus problemas, investigações e descobertas através de linguagem, a *falseabilidade* auxilia na correção e posterior ajustamento de sentenças, fundamental à tão perquirida ampliação do conhecimento. Porém, de antemão, registre-se a diferença relativa ao entendimento deste critério, dada a distinta presença nos positivistas lógicos, e em Popper. Para os primeiros, a *falseabilidade* trata do *significado* dos termos. Assim, todos os enunciados que fugirem à empiria serão desconsiderados, pois, segundo os vienenses, são destituídos de sentido⁶³. Já Popper (s/d, p. 323), por sua vez, alimentando preocupações com a linguagem – a ponto de se declarar influenciado, embora discordante dos positivistas lógicos – objeta:

[...] nunca podemos dizer, nos casos duvidosos, que uma certa fórmula é carente de sentido, na acepção precisa da expressão, pois alguém pode inventar um formalismo tal que permita enunciar a fórmula em questão de modo bem formado (segundo aquele formalismo), satisfatório para quem a enunciou em primeiro lugar.

Visando se afastar do que considerou reducionismo e dogmatismo propagados pelo Círculo de Viena, refletido também no quesito *significado*, Popper elege a *falseabilidade* como critério de *demarcação*. A este respeito, infere (1972, p. 42), por meio de nota explicativa, que “a *falseabilidade* separa duas classes de enunciados perfeitamente significativos: os *falseáveis* e os *não-falseáveis*; traça uma linha divisória no seio da linguagem dotada de significado e não em volta dela.” Como o sentido está não somente nos enunciados, além de não permanecer ao redor, nem circunvizinhar, mas imergir *na* linguagem, o ato de declarar se a asserção é ou não *falseável* sinaliza o valor das mesmas, sem distinção. Caso ocorra a cunhagem de determinado formalismo, o qual, certamente,

⁶³ Leia-se o vocábulo sentido sob a acepção denotativa.

“maquiará” a inferência ou o conjunto de sentenças, o critério em questão detectará incoerências, reclamando, com efeito, ajustes⁶⁴.

A título de fixação, em Popper, a *falseabilidade* remete à *demarcação*⁶⁵, motivo pelo qual é preciso frizar que (1972, p. 45) “[...] os problemas concernentes ao caráter empírico dos enunciados singulares e à maneira de submetê-los à prova – desempenham, dentro da lógica da ciência, um papel que difere, até certo ponto, do que é desempenhado pela maioria dos outros problemas que nos preocuparão.” Devido ao fato de serem gestados e, via de regra, poderem ser melhor aprofundados em comparação às induções, constata-se a sua especificidade. A esta altura, Popper (1972, p. 45) procura, para fins de compreensão, enquadrar as asserções, considerando, para isso, a respectiva extensão. Até porque “[...] a maioria desses últimos [problemas] mantém relação estreita para com a *prática* da pesquisa, enquanto a questão da base empírica pertence, de maneira quase que exclusiva, à *teoria do conhecimento*.”

Explicitados os traços, a relevância e o avanço concedido à *falseabilidade* a partir de Popper, desponta uma questão. Em consonância ao que fora recentemente afirmado (*cf.* Capítulo II, item 2.4), por que existem enunciados não submissíveis ao *falseamento*? Ao que parece, porque, primeiramente, alguns não se constituem enquanto empíricos. Esta é a situação de sentenças tipicamente racionais ou demonstrativas. Em segundo lugar, porque outras não dispõem de mínimas condições de averiguação. Tome-se, como exemplo, as leis da natureza, as quais escapam ao *falseamento*, haja vista que (s/d, p. 71) “[...] a argumentação de que a refutação de uma lei natural é tão impossível quanto sua verificação.”

Mas, em *hipótese* de o critério em pauta ser aplicado ao ról de enunciados mediante os quais a Filosofia e as Ciências fazem uso constante, Popper (1972, p. 43) completa: “[...] poderá parecer teimosia sugerir que a Ciência de que, supõe-se, devemos esperar informações positivas, seja caracterizada pela obediência a um requisito negativo, como a refutabilidade.” Segundo se depreende, para o filósofo, o fato de serem contraditos e negados enunciados e *teorias* indica, ao contrário do que pensam aqueles filiados ou simpáticos ao velho e ao neopositivismo, uma condição de aprimorar o conhecimento. Sob o mesmo grau de importância, se proposições, *hipóteses* e *teorias* são descartadas, não há retrocesso ou

⁶⁴ Ao ser apresentada a *falseabilidade* em Popper, é oportuno complementar que houve a ampliação da, diga-se, abrangência deste procedimento. Isso se justifica (s/d, p. 68) com base em “[...] traçar uma linha (da melhor maneira possível) entre as afirmações, ou sistemas de afirmações, das ciências empíricas e todas as outras afirmações, de caráter religioso, metafísico ou simplesmente pseudocientífico.”

⁶⁵ Popper declara que (s/d, p. 70), “pessoalmente, nunca me interessei pelo problema do significado; ele sempre me pareceu um problema apenas verbal, um típico pseudoproblema.”

estagnação; ao contrário, emerge, diga-se, uma oportunidade de avanço a partir do que, em tese, fora desacreditado e, por força de *falseamento* e *teste*, posto em cheque.

Quer dizer, como boa parte das proposições são susceptíveis ao *falseamento*, se esperam contestações e, até mesmo, negações das mesmas. O filósofo esclarece que, infelizmente, muitos possuem – e até acreditam cegamente – na positividade e infalibilidade da ciência, modalidade de fé acarretadora de consequências nada sensatas e inadequadas à expansão do conhecimento. Aí entra a *falseabilidade*, cuja preocupação é atestar a insuficiência das sentenças e *teorias*. Feito isso, importa registrar que o ingresso de diversas proposições demandam, portanto, depuração. Afinal, para Popper (1972, p. 43), “[...] a quantidade de informação positiva acerca do mundo, veiculada por um enunciado científico, é tanto maior, em razão de seu caráter lógico, quanto mais conflitos gere com possíveis enunciados singulares.”

Para empregar a *falseabilidade* a contento, o que pressupõe o choque travado entre asserções e argumentos, Popper (1972, p. 42) se pronuncia a respeito dos sistemas científicos, salientando que, para terem seus conteúdos *falseados*, “[...] exigirei que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-la através de recurso a provas empíricas [...] *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico.*” Dada a proveniência do conhecimento através da experiência, faz-se necessária a averiguação de enunciados utilizados pelas Ciências (e também, Filosofia) por meio de ratificação advinda deste campo. A este respeito, pondera Schorn (2012, p. 06):

A consideração do conhecimento científico expresso em linguagem humana, não como parte de nós mesmos, mas como sujeito, é o viés encontrado pelo autor para realçar a importância da crítica objetiva de agir como uma espora para levar o conhecimento sempre à frente e, como uma rédea, para impedir abstrações vagas intrínsecas ao processo de construção do conhecimento. A constante seleção crítica, num processo evolucionário, é responsável por renovar e fazer aumentar o conhecimento [...] No entanto, a disposição crítica é insuficiente para a criação de novas e substanciais teorias.

Nesta imbricação, está em jogo, após entendimento do conhecimento enquanto exossomático, poder empreender a purificação de enunciados de modo a vislumbrar, mesmo quando erigidas pesadas – e determinantes – críticas ao teor; não à pessoa que a enuncia, o aperfeiçoamento e correção daquilo que, com ou sem seres humanos sobre a face da Terra, constitui-se, objetivamente, no maior de seus produtos. Para tanto, inclui-se a refutação, volta e meia empregada e, em Popper (s/d, p. 68), tida como “[...] a solução para o problema da demarcação, pois afirma que, para serem classificadas como científicas, as assertivas ou sistemas de assertivas devem ser capazes de entrar em conflito com observações possíveis ou

concebíveis.” Não obstante, atente-se ao fato de, se isolada ou sobreposta aos demais componentes do conhecimento, a *crítica* não possuir condições de inovar, nem gestar novas *teorias*. Seu papel é, justamente, pôr à prova o que já é considerado como dado, porém, não efetivamente pronto. Dessa maneira, ao perquirir o vínculo entre a experiência sensível e a enunciação, respeitadas, é claro, as ações da *crítica* e da refutabilidade, Popper (1972, p. 44) sublinha que:

[...] aquilo que caracteriza o método empírico é sua maneira de expor à falsificação, de todos os modos concebíveis, o sistema a ser submetido à prova. Seu objetivo não é o de salvar a vida de sistemas insustentáveis, mas, pelo contrário, o de selecionar o que se revele, comparativamente, o melhor, expondo-os todos à mais violenta luta pela sobrevivência.

Confirmada, novamente, a análise alicerçada sobre a epistemologia evolucionária, urge a conformação e, em seguida, a *testabilidade* aplicada ao conjunto de enunciados. Independente do resultado, tanto esperado, quanto não presumido, elencar-se-á a construção linguística dotada de maior coerência, clareza e *objetividade*. Nesse sentido, Popper (1972, p. 45) sugere que “[...] separemos os aspectos psicológicos dos problema de seus aspectos lógicos e metodológicos.” Supondo a ocorrência de uma articulação enunciativa em detrimento às outras, o estudioso e, por extensão, todo e qualquer indivíduo deve se inclinar a privilegiá-la, pois se submeteu aos crivos da razão conectada às práticas científicas, inestirpáveis da experiência e resistentes, isto é, que suportam e permanecem tais quais após o *falseamento*.

3.1- A *falseabilidade* na linguagem.

Quando se apresenta a *falseabilidade*, imediatamente se pensa em enunciados e *teorias*. Aliás, estes a solicitam em virtude da fragilidade, propensão a erros, construção questionável e, igualmente, necessidade de reordenar pensamentos unicamente expressos em linguagem. Nesta perspectiva, cumpre mencionar que *falsear* um enunciado corresponde a detecção de imprecisões, mediante processo gradual e amadurecido. Somem-se a essas falhas, excessos de inúmeras ordens, inclusive de opiniões irrefletidas e, até mesmo, possíveis reducionismos. Tais traços, concebidos em conjunto, se não vierem a derrubar uma afirmação, implicarão, com toda certeza, em desconfiança e, por que não dizer, ceticismo no tocante à sua formulação e objetivos, pois, em tese, serão tendenciosos e incorretos.

No entanto, por que é preciso entender a *falseabilidade* indissociável *na* linguagem e não *à* ou *para* a linguagem? Porque, em *hipótese* de se afirmar a *falseabilidade* indissociável

à linguagem, estar-se-á contradizendo a afirmação popperiana segundo a qual, enquanto artifício de *demarcação*, a mesma age *na* e não para ou em volta da linguagem. Ademais, a *falseabilidade*, quando entendida *na* linguagem, (juntamente com demais elementos que, somados, auxiliam na purificação de asserções), agirá ainda mais a contento, pois, acima de tudo, é parte dela. Por essa razão, está *na* linguagem à moda de um indivíduo que se pronuncia sobre um assunto sinalizando conhecimento de causa. Também, de modo simplório, é possível atestar este indivíduo falando a partir de dentro de determinada situação. Como aduz a analogia, uma vez colocada à pauta da Filosofia, a linguagem e, especificamente, a ocorrência de *falseabilidade* não podem – nem devem – ser contornadas ou tratadas de forma superficial. Eis, então, a relevância em assimilá-la sob a presente forma.

Assim procedendo, não vem ao caso conjecturar um limite entre esta última e o critério de *falseamento*, bem como especular até que ponto há a linguagem enquanto tal e qual é o limite de ação do *falseamento*. Convém, contudo, reafirmar a já conhecida – porém indispensável – insistência popperiana (1972, p. 46) acerca da clareza, sumariamente relevante à linguagem. Prova disso é o crescente interesse em se vislumbrar “[...] as *relações lógicas objetivas*, que se manifestam entre os vários sistemas de enunciados científicos e dentro de cada um deles.”

E os enunciados singulares, alvos diretos do *falseamento*, como ficam? São, por sua vez, resultantes da concepção de ciência integrada e dedutiva de Popper. Nesta, a aplicação do critério em estudo mostra-se plausível à decomposição e posterior ajustamento dessas asserções. Contudo, leia-se esta análise das partes dos enunciados adversa ao exercício promovido pelos positivistas lógicos. Não obstante, na decomposição efetuada por Popper, há o acréscimo da submissão a *testes* embasados nos melhores crivos possíveis. Dessa maneira, o filósofo (1977, p. 150), quando discorre sobre o refinamento de asserções, atividade que pressupõe a *falseabilidade*, explicita:

Para poder falar de enunciados, a teoria precisa usar nome de enunciados, ou descrições de enunciados e, possivelmente, palavras como ‘enunciado’; isto é, a teoria deve estar vazada numa metalinguagem, numa linguagem em que se possa falar de outra linguagem. E para poder falar de fatos e de fatos alegados, a teoria precisa empregar nomes ou descrições de fatos e, possivelmente, palavras como ‘fato’.

Popper destaca o caráter linguístico da Filosofia e das Ciências, elemento que não pode permanecer à margem ou em um âmbito da própria comunicação. Afinal, a linguagem, assim como o pensamento, são componentes privilegiados do indivíduo. Note-se, ademais, a inserção da metalinguagem, tida como uma linguagem dentro dela própria, cujo potencial

relativo à autossuperação seja uma constante. Tanto no plano teórico, isto é, a linguagem falando de si mesma, quanto na dimensão sócio-política, abordando fatos, por exemplo, extrai-se ser inconcebível pensar não somente a *falseabilidade*, mas, como também, os demais componentes (*crítica racional*, *teste*, refutabilidade, etc.) alheios ou “fora” da linguagem.

Portanto, para se fazer filosofia e, nesta, averiguar minuciosamente enunciações – *falseá-los*, indagá-las, criticá-las e, se for o caso, promover refutações – se erige a imperiosa e impostergável assimilação desta grande área, componente de um todo, tal qual o conhecimento científico (e seus subramos). Quando está em questão provar demonstrativamente algo, infere Popper (1972, p. 33):

Com o auxílio de outros enunciados previamente aceitos, certos enunciados singulares – que poderíamos denominar ‘predições’ – são deduzidos da *teoria*; especialmente predições susceptíveis de serem submetidas facilmente a prova ou predições aplicáveis na prática. Dentre os enunciados referidos, selecionam-se os que não sejam deduzíveis da teoria vigente e, em particular, os que essa teoria contradiga. A seguir, procura-se chegar a uma decisão quanto a esses (e outros) enunciados deduzidos, confrontando-os com os resultados das aplicações práticas e dos experimentos. [...] Se as conclusões tiverem sido *falseadas*, esse resultado falseará também a teoria da qual as conclusões foram logicamente deduzidas.

Observada a supracitada orientação e provável adoção com vistas à purificação de enunciados, proposições e *teorias*, desponta a diferença, ou melhor, inovação de Popper: superar a denotativa concepção de *significado*, comum aos vienenses, estendendo o *falseamento* a outros enunciados e, não somente a eles, mas a tantos outros produtos humanos, assimilados admiravelmente *na* linguagem. Este é, conforme se extrai, o recurso atinente ao melhor entendimento de si mesmo, das elocuições – mesmo quando submetidas à prova – e o mundo por meio do fomento à *crítica racional*, aqual, de certo modo, é proporcionada mediante *falseamento* de asserções e *teorias*.

3.2- Uma possível crítica à *falseabilidade*.

Após disponibilizado e, inclusive, aconselhado o uso da *falseabilidade*, Popper enseja contribuir ao melhoramento dos enunciados, pois, quando submetidos a este critério, certamente, auferirão elevado refinamento. Já no concernente às *teorias* – não que o filósofo almeje torná-las absolutas ou inquestionáveis – ocorrerá a detecção de rigor, traço o qual lhes dará maior confiança, propensão à *crítica* e aos *testes*, sejam eles racionais ou de outros âmbitos. Para ambos, com efeito, o resultado desta averiguação servirá de referência à correção e ajustamento sentencial, particularmente das que se servem a Filosofia e as Ciências. Desse modo, busca-se, segundo Popper (1977, p. 150), aprimorar as asserções, pois

“[...] o enunciado completo assevera a correspondência.” Dado que as enunciações não são definitivas, mas, frequentemente, necessitam de ordenamento lógico, depuração e reformulações, doravante, são reflexos de ajustes, oriundos do *falseamento*. Contudo, mesmo expressa a ação deste critério, cumpre indagar: O que é, sucintamente dizendo, *falsear*? Nesta mesma perspectiva, qual argumento é adequado à execução da *falseabilidade*? Não obstante, se o foco a ser perquirido são somente enunciados e proposições, algo mais pode ser *falseado*?

Primeiramente, como a própria expressão aduz, *falsear* indica encontrar erros, incoerências, inexatidão e ausência de fundamentos em um enunciado ou, ampliando-lhe a abrangência, em um corpo de texto cujas determinadas partes, ou ele por inteiro, pareçam defensáveis. Interessa observar, destarte, que Popper desenvolve esta atividade de forma sincronizada à *crítica racional* e a análise da linguagem, como já se poderia esperar⁶⁶. O curioso é, em contrapartida, o filósofo (1972, p. 86) emitir a seguinte declaração: “Admito que meu critério de *falseabilidade* não conduz a uma classificação isenta de ambiguidades.” Ocorre, na verdade, a preocupação em inteirar o leitor de que o *falseamento*, mesmo eficaz na purificação de asserções, pode, em razão de ser produto humano, falhar em termos ou integralmente. Até porque sentenças elegantes, dotadas de raciocínios falsos ou “maquiadas” acabam sendo eloquentes; todavia, são inconvincentes apesar de, à primeira vista, submeterem-se à detalhada e melhor *crítica* possível.

Consideradas, por assim dizer, a validade e a relevância da *falseabilidade*, um argumento que vem a **lhe** acalhar é o de que as enunciações demandam atenção, à moda de uma incipiente – porém potencial – obra de arte. Quer dizer, não é somente percebê-las, dando conta de sua existência e ponto final. A propósito, emitir sentenças, redigir textos e apresentar teses, não são atividades mecânicas ou que independem de esforço. Pelo contrário, exigem um processo de lapidação, tal qual uma pedra preciosa e as minúcias constantes da produção artística. Assim sendo, como o indivíduo e suas enunciações estão *na* linguagem, além de esta ser-lhe incontornável, o exame dos arranjos, elocuições e, embora esquecido por muitos nesta época, o teor decorrente de asserções e proposições necessita de averiguação. Em relação a isso, quem pode negar que nossas elocuições são, por natureza, isentas de

⁶⁶ Contrário ao seu ver, às excessivas preocupações tidas com conceituações e abordagens que se apegaram às ideias de algo, ou melhor, determinados problemas do homem e do mundo, Popper (1972, p. 537) ressalva que “[...] deveríamos analisar as palavras e seus respectivos significados ou empregos, e não as ‘idéias’ ou ‘concepções’ ou ‘noções’; que deveríamos analisar proposições ou enunciados ou sentenças, e não ‘pensamentos’ ou ‘crenças’ ou ‘juízos’.

falibilidade? Ao que parece, seria, no mínimo, contraproducente concordar com uma inferência desse tipo.

Afinal, quando acrescida a *crítica*, não somente as *teorias*, mas a linguagem como um todo serão beneficiadas, haja vista a aplicação do primoroso e solicitado refinamento de conteúdos, ato promotor da *objetividade* e, respectivamente, do posterior crescimento do mundo 3. Ao mesmo tempo, o *falseamento* mostra-se enquanto exitoso produto humano. Até porque, para se avançar na averiguação de enunciados e *teorias*, Popper (s/d, p. 85) apresenta os seguintes passos:

[...] Saltando primeiro para uma teoria *qualquer*; depois, testando essa teoria, para ver se ela é *boa* ou *má* – isto é, aplicando reiteradamente o método crítico, de modo a eliminar muitas teorias inadequadas e inventando muitas teorias novas. Nem todos são capazes disso, mas não há outro meio.

O processo, como sabido, passa pela escolha de determinada proposição ou *teoria*, emprego dos artifícios componentes do método crítico ou critérios depuradores da linguagem. Encaminha-se à exclusão de enunciados ou *teorias* concorrentes, ou seja, entre as que melhor ou não dizem algo sobre o objeto de estudo, e, quem sabe, progide ao despontarem novos conteúdos, embora nem sempre isso ocorra. Importa acentuar, então, a presença e reclamação da *falseabilidade* no tocante à aquisição de conhecimento, sobretudo científico e confiável. Para tanto, ao mencionar o presente exercício, Lákatos (2002, p. 10) complementa: “do seu ponto de vista, a virtude não reside no cuidado em evitar os erros, mas em ser-se implicável na sua eliminação. Ser-se, por um lado, ousado nas conjecturas e, por outro, austero na refutação: eis a receita de Popper.”

Pressuposta, ademais, a relevância da ousadia e radicalidade esperadas na contra-argumentação, nota-se que, mesmo sendo eficaz, a *falseabilidade* não deixa de compor o ról de produtos humanos. Mas, também é *falível*? Em primeiro lugar, não se descarta a condição de, dada a circunstância, o referido critério, além de não ser aplicado (seja por omissão, seja por lhe escapar à alçada), de forma questionável, ser expressivamente inadequado. E por quê? A razão para tal deve-se a distorções ou antecipações em termos de uso; não de ineficácia e incoerência lógica. Na verdade, dentro da abrangência do *falseamento* e, por extensão, da *crítica racional*, ocorrem, a todo momento, erros. Embora, por outro lado, o *falseamento* busque evitá-los, não se pode esquecer da propensão – ora elevada, ora moderada – de *falibilidade*, fortemente presente no processo de construção do conhecimento. Portanto, não se ignoram ocorrência de falhas do ponto de vista *objetivo*; já não se pode afirmar o mesmo

em relação ao homem, conjugador dos *três mundos*, porém influenciado por tendências e ações divagantes em termos de pensamento e linguagem.

Por conseguinte, emerge outra questão, cara a este estudo. Feitas as supracitadas considerações à *falseabilidade*, será que a mesma pode ser criticada? Após depreender que a *falseabilidade* se aplica a asserções e *teorias* de cunho específico, uma possível *crítica* a ser levantada é justamente possível a partir do fato de, em termos de linguagem – leia-se o conjunto da mesma – a *falseabilidade* não dispor de condições de averiguação. Foca-se, e muito bem, na modalidade enunciativa de linguagem. Todavia, existem variadas formas de se manifestarem pensamentos e demais componentes humanísticos que não apenas por meio de sentenças e proposições. Desse modo, o primeiro aspecto a ser criticado reside na impossibilidade de a *falseabilidade* ser estendida e, com efeito, usada em outros ramos da linguagem.

Em segundo lugar, tomando-se asserções e, igualmente, *teorias*, não se ignora a apropriação indevida da própria lógica, como também da gramática seguida de estratégias retóricas os quais, se não enganarem o critério em voga, poderão bem fazê-lo com o indivíduo. Visando evitar tuncagens e ludibrios, Popper (s/d, p. 84) alerta que, para não se correr o risco de, mesmo através do *falseamento*, ocasionar o enfraquecimento do presente critério, “*só a falsidade de uma teoria pode ser inferida pela evidência empírica, inferência que é puramente dedutiva.*” Em outros termos, ante desvios e sorateiras apelações, se houver a vinculação das asserções e *teorias* à experiência sensível, a propensão de o critério de *falseamento* ser indevidamente usado, bem como falho, será muito menor ou, quem sabe, praticamente ausente.

Portanto, depois de se ater à ação e, digam-se, eventuais falhas atinentes à *falseabilidade*, urge acatar a orientação de Glock (2011, p. 41). Assim, para ele, “[...] a filosofia pode estabelecer os limites do pensamento ao estabelecer os limites da expressão linguística do pensamento.” Para isso, solicitar-se-ão da *crítica racional* acompanhada da *falseabilidade*, a coerência linguística, atitude definidora da seriedade e envolvimentos teóricos. Esta é, por sua vez, antagônica a arbitrariedades, anacronias e demais desvios relativos ao objeto de pesquisa. Mas, em caso de adoção da dita coerência, a *falseabilidade* assinalará tanto a inquietude quanto a reação diante de superficialismos e modismos nocivos às investigações. Tais elementos, iniciando-se pela cosmologia e, incontornavelmente, desembocando *na* linguagem, devem conduzir o homem ao conhecimento de si, da realidade circundante e do mundo que o rodeia, mesmo com artifícios os quais, em uma ou outra situação isolada, mostrem erros, passíveis de revisão e correções.

Capítulo IV

A DISTINÇÃO POPPERIANA ENTRE CIÊNCIA E NÃO-CIÊNCIA.

“Quero apenas que todo enunciado científico se mostre *capaz* de ser submetido a *teste*.” Karl R. Popper.⁶⁷

Para Popper, desde os anos de juventude, a questão da clareza e, se possível, simplicidade no tocante à questão do que é científico, não científico e pseudocientífico está englobada na *demarcação*, critério distintivo por ele empregado durante toda a vida acadêmica. À diferença do Círculo de Viena, conivente e promotor do reducionismo linguístico e cientificista, além de excluir enunciações metafísicas, as quais dizem ser sem sentido, a *demarcação* popperiana distingue e caracteriza conhecimentos lógicos, experimentais, metafísicos e não científicos. Assim procedendo, quando aplicada, Popper (1997, p. 177) aspira a melhor ordenação de áreas componentes do saber, visto que a *demarcação* avança, ou seja, “[...] resolve-se, sugiro eu, aceitando a testabilidade, a refutabilidade ou a *falsificabilidade* como sendo a característica distintiva das teorias científicas.”

Contudo, ao entrar em contato com o termo “separação”, cumpre lê-lo com cautela, dada a carga que lhe fora oferecida pela modernidade, sobretudo nos séculos XVII, XIX e, em certo sentido, XX. Tal significação ocasionou a sinonímia de distanciamento e, até mesmo, isolamento de uma área em relação às outras. Consciente de perpassar o fechamento e univocidade das Disciplinas, – ora pela ação da pesquisa, ora como se evidenciam em suas aulas e palestras – Popper, aspirando a concepção integrada de conhecimento científico, a qual figuram Filosofia e Ciências interdependentes e complementares, aponta-lhes um elemento comum: o uso de sentenças. E ainda, independentemente do desmembramento (filosófico, científico ou metafísico) com o qual se vinculam as asserções, objetos de averiguação, salienta-se (1972, p. 155) que “se temos em vista o conhecimento, os enunciados simples devem ser mais altamente apreciados do que os menos simples, *porque eles nos dizem mais, porque encerram um conteúdo empírico maior e porque são susceptíveis de testes mais rigorosos.*”

Embora as últimas mostrem-se, na maioria das vezes, ligadas a métodos de pesquisa e procedimentos diversificados, Popper acentua não discutir este assunto, ou melhor, coloca-o à margem das preocupações prioritárias. Na verdade, para ele (1972, p. 536), independente do

⁶⁷A *lógica da pesquisa científica*. p. 50.

tipo, os métodos “[...] estão longe de se constituírem nos únicos que um filósofo possa utilizar com vantagem, e sustento que eles não são característicos da Filosofia.” É preciso, por assim dizer, ater-se ao que é ou não é científico, como também, metafísico, necessidade ora colocada em primeira mão.

Popper (1972, p. 35) declara, com base nas contendas travadas com os positivistas lógicos, a obtenção de uma vantagem se comparados aos positivistas do século XIX, qual seja, “[...] têm a condição de ver mais claramente que a Ciência não é um sistema de conceitos, mas, antes, um sistema de *enunciados*.” Tal afirmação auxilia a reforçar a preocupação com a linguagem, particularmente, no tocante às asserções cujo emprego faz-se maior no conjunto de conhecimentos científicos. Até porque, ao incluir lógica, matemática e metafísica como alvos aos quais se dirige a *demarcação*, Popper (1997, p. 177) enfatiza: “[...] ansiamos por saber, quando o nosso objectivo é aprender algo acerca do Mundo, não nos preocupamos muito com os compartimentos ou departamentos que possam ser atribuídos ao que virá a ser o nosso conhecimento.” Há, então, o interesse em assimilar o saber de modo harmônico, integrado mutuamente nas respectivas áreas, isentas de distorções, tanto na identidade, quanto na caracterização de cada ramo da ciência.

Desse modo, como, para Popper, a última se caracteriza e se diferencia das demais formas de conhecimento? Primeiramente, sem desmerecê-las, por (2010, p. 159)

[...] encontrar *explicações satisfatórias* para tudo o que nos pareça precisar de explicação. Por *explicação* (ou explicação causal) refiro-me a um conjunto de enunciados, um dos quais descreve o estado de coisas a ser explicado (*explicans*), enquanto os outros, os enunciados explicativos, compõem a explicação no sentido mais estrito da palavra (o *explicans* do *explicandum*).

Quer dizer, em sua totalidade, a ciência (e nesta, inclua-se a filosofia) necessita de se exprimir através de sentenças, demonstrações e *teorias*, além de cultivar a curiosidade e indagação acerca do mundo circundante, busca, por excelência, aclarar o que, até o momento é obscuro, impensável, enigmático e incompreensível. Ao conferir maior *status* à linguagem, ou seja, à modalidade enunciativa, Popper recorre, à primeira vista, às causas ou *explicans*, asserções incumbidas de descrever o que será explicado. De igual modo, evoca a condição de, no ato da emissão, os enunciados se tornarem inteligíveis; contrários à verborragia e, sob as palavras do filósofo, a propagação de palavreado ocioso, adverso às aspirações da ciência.

Nesse sentido, para se caracterizar enquanto ciência, também é necessária a aceitação e sujeição a provas, entre as quais o *falseamento* (como dito há pouco) e os *testes*. Estes já não são solicitados pelo senso comum, teologia e doutrinas em geral. Muito menos se associam

a dogmas de quaisquer naturezas, tampouco setores caracterizados – erroneamente – pela autoarrogância científica, como, por exemplo, astrologia e ufologia. Mas, ao se debruçar sobre a ciência, visando jamais reproduzir ações próprias a toda imposição ideológica e de outros âmbitos, Popper assevera: (1972, p. 50) “[...] recuso-me a aceitar a concepção de que, em ciência, existam enunciados que devamos resignadamente aceitar como verdadeiros, simplesmente pela circunstância de não parecer possível, devido a razões lógicas, submetê-los a teste.”

Na verdade, este tipo de enunciação, a saber, asserções inflexíveis ao *teste*, aparece – com maior frequência – em outros âmbitos, como é o caso da fé revelada. Esta fora, no monoteísmo, em dada altura, sistematizada em um conjunto de doutrinas. Ademais, em um plano paralelo, é possível de se visualizar, na esfera da lei positiva, oposições parciais e completas a alterações ou substituições de cláusulas pertencentes a Cartas Magnas e Códigos. Já, em contrapartida, ao despontar a ciência, é imprescindível, de acordo com Popper, a adoção dos *testes*. Afinal, no campo lógico, os mesmos tem plenas condições de execução. O problema é ocorrer a irrefletida aceitação da existência – por que não dizer, postulada – de sentenças que, em virtude da postura do defensor, pesquisador ou representante, não podem ser *testadas*. Pudera se este exercício fosse empreendido pelo menos no âmbito da lógica!

Depreende-se, portanto, a necessidade de cultivo e ampliação dos *testes* às sentenças componentes do conhecimento científico. Embora o surgimento de dificuldades seja passível de compreensão, Popper ressalta que, a rigor, para se constituir em ciência – e mais, superar o dogmatismo comum aos positivistas lógicos e as imposições de *teorias* psicológicas, sócio-políticas e de outras naturezas, a submissão ao *falseamento*, *crítica racional*, *testes* e contestações é de extrema urgência à ciência. Para isso, urge (1972, p. 39) “[...] analisar-lhe as conseqüências lógicas: exibir-lhe a fertilidade, ou seja, o poder que as propostas adquirem, quando se trata de elucidar questões de teoria do conhecimento.” A propósito, tais exames ora sincronizados são *intersubjetivos* e promotores da *objetividade*, elementos que afastam, minimizam e, até mesmo, isentam a investigação de convicções pessoais, achismos, empatias, antipatias e opiniões.

Trazida à pauta a emergência da averiguação crítica, pontual e clara da ciência, tratar-se-á da *metafísica*, conhecimento subjugado, excluído e desconsiderado por muitos, mas que, em Popper, reconquista seu merecido *locus* e relevância, inclusive, ao lado das ciências. Na verdade, o filósofo reafirma que (s/d, p. 96) “*estudamos problemas, não matérias*: problemas que podem ultrapassar as fronteiras de qualquer matéria ou disciplina.” Logo após, deter-se-á à revalorização dos *testes*, os quais, para Popper (1972, p. 32), correspondem ao “[...] recurso

voltado à melhor apreciação e distinção de *teorias* científicas, não científicas e da pseudociência, respectivamente”. Acrescente-lhes, ainda, perquirir a depuração linguística e, por extensão, do que toca à produção ou o fazer ciência.

4.1- Metafísica e conhecimento.

Ao explicar sobre a metafísica, tanto na juventude, ou seja, durante e pouco após a publicação de *A lógica da pesquisa científica* (1934), quanto na maturidade, Popper a visualiza enquanto imprecindível à ciência, haja vista estarem vinculadas. Ressalva-se, contudo, a crescente cisão efetuada por indivíduos – alguns teóricos, outros cientistas – por meio dos quais eclodiram hostilidades e aversões para com a primeira. Não obstante, conforme elucida Romanini (2012, p. 100),

Popper tinha a convicção de que a metafísica não se tratava de algo sem sentido, pois sem ela seria impossível dar conta da ciência, isto é, para o autor é necessário levar em consideração as teorias metafísicas para compreender a atividade dos cientistas e as teorias científicas.

Assim, na esteira do filósofo, não há empecilhos à convivência entre ambas; pena que o mesmo não se pode afirmar em relação ao indivíduo, insensível e, talvez, indiferente à complementação evidenciada entre esses ramos do conhecimento. Da presente dissociação, ora forjada por autores simpáticos ao saber “mutilado”, ocorre a reação de Popper (1997, p. 177), tendo como efeito o contra-argumento segundo o qual “a ciência foi sempre, em todas as épocas, profundamente influenciada por ideias metafísicas.”

Tal asserção, como é óbvio – o que nem sempre significa tão evidente – declara que a metafísica se distingue da experiência sensível. Na verdade, pressuposta sua natureza, a saber, envolvendo noções universais, imaginação, elaboração de conjecturas e raciocínios, constata-se claramente a comunicabilidade entre esta e a empiria e vice-versa. Conforme sabido, ambas são instâncias diferentes; porém, não independentes ou estanques. Prova disso é, para Popper (2010, p. 122), quando empregada a *demarcação*, ser depreendido que “a transição entre a metafísica e a ciência não é nítida: o que ontem foi uma ideia metafísica, amanhã pode tornar-se uma teoria científica testável, e isso acontece com frequência [...]”. Quer dizer, os supracitados elementos os quais lhe dizem respeito são concebidos e gestados num âmbito elevado em relação ao físico, além de sua presença e necessidade para o indivíduo atestarem a limitação da materialidade.

A este fato inclua-se na instância supramaterial o próprio pensamento, pois, caso não houvesse um nível metafísico (como, por exemplo, o *mundo 3*), de que forma o conhecimento seria processado, expresso e discutido *na* linguagem, *testado* e, logo após, posto a público sob os mais diversificados recursos? Provavelmente, as questões decorrentes desta inexistência, como está fora de questão, demandariam o levantamento de tantas outras. Isso porque, em Popper, especificamente na tripartição e integração entre os *mundos*, é impensável – e impossível – apenas visualizar o *mundo 1*. Este, por sua vez, necessita do *mundo 3*, o qual, sem a intermediação do *mundo 2*, não conseguem estabelecer a menor conexão. À espreita de objetar o prevalecimento e univocidade da materialidade, ou, em Popper, o *mundo 1*, comenta Romanini (2012, p. 48): “[...] a resposta ao problema metafísico da realidade de algo como um *conhecimento objetivo* fez com que o autor [Popper] tivesse que assumir também uma tese metafísica, pois não há como negar que ele afirma que há entidades não físicas tão reais e objetivas quanto as entidades físicas.”

Acrescente-se, por exemplo, o conceito de *causalidade*, empregado extensivamente pela filosofia clássica, todavia, de forma semelhante por outras Disciplinas. Tal expressão fora usada tanto pela metafísica, teodicéia, teoria do conhecimento, filosofia da natureza, entre outras. Interessa acatar, mesmo para a ciência dedutiva, uma orientação (1972, p. 63) a qual Popper denomina regra, qual seja, “[...] não devemos abandonar a busca de leis universais e de um coerente sistema teórico, nem abandonar, jamais, nossas tentativas de explicar causalmente qualquer tipo de evento que possamos descrever.” Feita esta sugestão, o filósofo (1972, p. 63) posiciona-se, declarando que “[...] não abandono nem rejeito o ‘princípio da causalidade’; contento-me, simplesmente, com excluí-lo da esfera da ciência, dando-o por ‘metafísico’.”

Em outros termos, há a defesa da metafísica, pois Popper, assim como outros teóricos, visualiza a relação entre elementos materiais e outros cuja natureza lhe são adversos. Intitula-se (2010, p. 208) “[...] *em primeiro lugar*, indeterminista, *em segundo*, realista, *em terceiro*, racionalista.” Juntadas as três tendências, as quais conferem um perfil rigoroso e aberto à filosofia popperiana, importa observar, apesar de contragosto atinente a muitos indivíduos, a congregação de tais componentes em torno do *conhecimento objetivo*. Este possibilita, de um lado, a distinção relativa aos conteúdos parciais, subjetivos e tendenciosos com os de valor permanente e, de outro, a conservação e posterior assimilação da cultura proveniente dos diversificados grupos humanos. Convergente ao intuito de Popper, isto é, anseado por perpassar a “fria” instância dos objetos materiais, bem como a aproximação – mais do que

necessária – à *objetividade* do mundo e, em dada medida, do que permeia seu interior, Einstein (1981, p. 59) afirma:

O homem procura formar, de qualquer maneira, mas segundo a própria lógica, uma imagem simples e clara do mundo. Para isso, ultrapassa o universo de sua vivência, porque se esforça em certa medida por substituí-lo por essaimagem. A seu modo é esse o procedimento de cada um, quer se trate de um pintor, de um poeta, de um filósofo especulativo ou de um físico. A essa imagem e à sua realização consagra o máximo de sua vida afetiva para assim alcançar a paz e a força que não pode obter nos excessivos limites da experiência agitada e subjetiva.

Reforça-se a plausibilidade acerca da imagem *objetiva* e direta do mundo, em Popper acrescida da adjetivação *cosmológica* (Ver Cap. 1, item 1.2), solicitada pela busca de melhor situar-se neste plano, notoriamente material, porém, inegavelmente vinculado a elementos de ordem intelectual, logo metafísica. Por estes, se entendem: operações lógicas, emoções, estimativas, contemplação artística, assimilação e produção musical além de tantos outros componentes da cultura. Os referidos podem ser ainda mais diversificados; contudo, não serão enumerados face a limitação deste estudante. Afinal, alguns podem ser injustamente omitidos, ação indevida e reprovável. Paralelamente, coloca-se em questão a emergência de, diga-se, uma autodisciplina cujo objetivo seja ponderar e, quem sabe, corrigir excessos, tanto cognitivos, quanto em termos de personalidade, semelhante – senão análoga – ao que fora proposto no tocante à linguagem.

Para se extraírem distinções entre ciência e metafísica, embora a demarcação não seja tão simples quanto pareça, Popper (s/d, p. 284) sustenta a relevância em se depurar enunciados e proposições. Porém, “[...] haverá teorias perfeitamente testáveis, outras mal testáveis, outras ainda não testáveis; estas últimas [...] podem ser qualificadas como metafísicas.” Assim, a submissão e, antes disso, o enquadramento ao *teste* pode, expressivamente, facilitar o entendimento entre o que, em tese, é científico, metafísico, pseudocientífico e não-científico. Nesta esteira da sempre próspera discussão, assinala Erzen (2013, p. 130):

O debate crítico para determinação de teorias ocorre no âmbito da linguagem e possibilita que os seres humanos entrem em contato com os demais indivíduos, estruturando uma forma de comunicação intersubjetiva, propiciando um âmbito de discussão, com descrição e argumentação. É através da linguagem que se pode construir toda a argumentação que possibilita a elaboração de teorias para a constituição da ciência e para ter a própria consciência de si mesmo.

Longe de especular se a aquisição de consciência própria e construção da ciência como um todo possuem maior ou menor importância, dado o fato de que, indiscutivelmente, ambas são fundamentais e válidas, Popper (s/d, p. 284) salienta que, no concernente à enunciação,

“[...] um sistema só deve ser considerado científico se faz afirmativas que podem chocar-se com observações; de fato, as teorias são testadas pelas tentativas de provocar esses choques – isto é, pelos esforços para refutá-las.” Já em relação à metafísica, portadora de significado e propícia às conjecturas, responsáveis, em parte pelo avanço do conhecimento, as asserções não podem ser testadas, o que não implica em procurar-lhes incoerências e erros lógicos, tampoucos, configurá-las ao modelo de proposições empíricas.

A título de esclarecimento, pontua Popper (1972, p. 36),

[...] em verdade, a Metafísica tem sido repetidamente definida como não empírica. Contudo, os positivistas, naturalmente, acreditam ser possível dizer acerca da Metafísica muito mais do que serem não-empíricos alguns de seus enunciados. As expressões ‘sem sentido’ ou ‘absurdo’ traduzem e pretendem traduzir uma posição depreciativa; e não há dúvida de que o que os positivistas realmente desejam não é tanto uma bem sucedida demarcação, mas a derrubada total e a aniquilação da Metafísica.

Ao discordar dessas afirmações, o filósofo procura reapresentar a metafísica não apenas como ciência dos princípios últimos e conceitos elevados que dizem respeito à vida humana, apesar de, uma vez compreendida em determinados períodos históricos, tal acepção não se mostre destituída de valor. Pontualmente em Popper, o objetivo é, conforme Romanini (2012, p. 100) “[...] encontrar ou formular uma distinção entre teorias científicas e não-científicas que não tratasse as segundas como sendo mero “nonsense”[contrassenso]”. Busca-se, novamente, a oportunidade adequada à reinserção do componente o qual, aliás, nunca deveria ter sido “expulso” e, em certos contextos, menosprezado por quem quer que seja.

Em contrapartida, é tida como plano indispensável à consecução do conhecimento, a se dar *na* linguagem. Embora sua enunciação não seja, à moda da ciência empírica, *testável*, está apta a (1977, p. 159) “[...] ser submetida ao crivo da *crítica* e da argumentação, já que são tentativas feitas no sentido de resolver *problemas* – problemas talvez passíveis de receberem soluções mais ou menos apropriadas.” Portanto, metafísica e ciência possuem formas de apresentação distintas; todavia, são igualmente válidas, necessárias e legítimas ao indivíduo, pois, através delas, poder-se-á levar adiante a ampliação do conhecimento, ainda mais quando forem concebidas de modo relacional e integrado, como é o caso. Louve-se (2010, p. 118), ademais, o ingresso da conjectura metafísica entrar “[...] em choque com todas as ideias então aceitas e com a aparente evidência dos sentidos. Foi ousada porque postulou uma realidade oculta e até então desconhecida por trás das aparências.”

4.2- *Testabilidade e ciência.*

A *testabilidade* é concomitante ao *falseamento* e à *crítica racional*. De acordo com Popper (s/d, p. 284), ela “[...] vem a ser o mesmo que refutabilidade, e pode ser adotada como critério de demarcação.” Note-se que este recurso direcionado à prova é componente, ou melhor, um dos formadores da averiguação a ser efetuada *na* linguagem. Particularmente com os enunciados dos quais se servem Filosofia e Ciências, o objetivo é (1972, p. 33) “[...] verificar até que ponto as novas consequências da *teoria* – quaisquer que sejam os aspectos novos que esta apresente no que assevera – respondam às exigências da prática, suscitada quer por experimentos puramente científicos, quer por aplicações tecnológicas práticas.” O filósofo empreende-se a submissão à prova de enunciados, proposições e argumentos por meio da conexão existente entre seu teor, bem como forma, e a experiência sensível.

Sob a perspectiva popperiana, a *testabilidade* pretende saber com precisão, ou o mais próximo a esta, se o que afirma ou nega a *teorias* e coaduna à empiria. Para isso, acrescentem-se procedimentos rigorosos, dentre os quais, preferencialmente, se destacam: a averiguação lógica, a observação e o desempenho resultante de estudos realizados em variados laboratórios. Além disso, há o direcionamento aos campos de aplicação – cada um de acordo com a natureza e pertinência do assunto. Não obstante, à diferença da ciência indutiva, detentora de predominância ante outras alternativas e opções de se produzir conhecimento, Popper (1972, p. 50), oportunamente, lembra que:

O método dedutivo de teste não pode estabelecer ou justificar os enunciados sob teste; nem pretende fazê-lo. [...] O fato de os testes não poderem prolongar-se indefinidamente não conflita com a exigência por mim feita de que todo enunciado científico *tenha sido efetivamente submetido a teste* antes de merecer aceitação.

Quando escolhidas as asserções, a dedução delimitará até que ponto perdurará o *teste*. Quer dizer, fixar e dar o porquê dos enunciados no momento deste exame não lhe compete; mas, analisá-los lógica, crítica e analiticamente. No entanto, cumpre ressaltar que, em caso de não aceitação por parte do pesquisador (teórico, cientista experimental, social ou outro), bem como setores da sociedade (Corporações, Agências Governamentais e outras Academias), incorre-se na propagação de dogmas e postulados, ato totalmente contrário ao ímpeto da filosofia popperiana, defensora da *falseabilidade* e da *testabilidade*!

Avesso à promoção de imposições e interpretações unilaterais, expressas também pela vulgar apatia, Popper (1972, p. 129) sustenta que “o *conteúdo lógico* é definido, com o auxílio do conceito de deduzibilidade, como a classe de todos os enunciados não tautológicos

deduzíveis do enunciado em pauta.” Nesta linha, à ciência dedutiva interessa efetuar a *testabilidade* para, além de colocar asserções à prova, ordená-las, poli-las e ajustá-las, determinar seu ponto de refino. Feito isto, não se cogita *testá-los* ininterruptamente, nem sintetizá-los de modo a se converterem em sentenças-modelo⁶⁸. Aspira-se, outrossim, inserir essa determinada *teoria* à pauta de discussões. Somente dessa forma será observada, diga-se, uma possível aceitação de indivíduos, reflexo deste processo de depuração linguística.

Atestada a importância do *teste*, bem como o posterior enobrecimento e elevação da *teoria*, proposições e enunciados, Popper (2010, p. 133) destaca que, para a continuidade deste processo de confrontação e exigência de provas,

Podemos distinguir quatro diferentes maneiras pelas quais se pode testar uma teoria. A primeira é uma comparação lógica entre as conclusões, tendo em vista testar a coerência interna do sistema. A segunda é a investigação da forma lógica da teoria, com o objetivo de determinar se ela é empírica ou científica, ou se é, por exemplo, tautológica. A terceira consiste em compará-la com outras teorias para determinar, principalmente, se ela constituiria um avanço científico, caso sobrevivesse a nossos diversos testes. Por último, podemos testar a teoria lançando mão de aplicações empíricas das conclusões que extraímos dela.

Note-se, com efeito, o despontar de ordenação e clareza quanto à tipologia de teorias, ora enquadradas em empíricas, tautológicas e científicas. Em relação à última, ao superar a ingênua e irrefletida cisão ocorrida na modernidade, pode-se incluir afirmações de ordem metafísica, pois, mesmo sem a submissão ao falseamento, as proposições, argumentos e inferências são passíveis de exame lógico e, por extensão, averiguação linguística.

Análogo à promoção da *objetividade*, a *testabilidade* necessita isolar, suspender e discernir elementos perceptuais (logo, subjetivos) na prática científica. Não que a última os ignore; antes disso, tal procedimento visa assegurar maior pureza às contestações, estabelecimento de embates e problemas, resguardadas tendências e posicionamentos de ordem pessoal, sobretudo crenças e ideologias. Contudo, caso venha – como é provável – a aflorar algum desses aspectos, atente-se ao cuidado para não envolvê-los desmesuradamente e adverso à razoabilidade. Afinal, a ciência consiste, acima de tudo, em um conjunto de estudos racionais, os quais reconhecem a existência de outros conhecimentos, a ponto de complementá-los e emprestar-lhes conceitos, métodos e demais complementos.

⁶⁸Popper sinaliza preocupação ante os que, ora por conformismo, ora por acomodação, ou, até mesmo, indiferença, mostram-se simpáticos à tendência de perenizar o que se entende por linguagem científica, ou mais precisamente, o conjunto de sentenças empregados com vistas à explanação das atividades inerentes à mesma. Assim sendo (1972, p. 139), ao deparar-se com a dita linguagem, “[...] não deve ser interpretada no sentido técnico que hoje se associa à expressão ‘sistema linguístico’, porquanto são obrigados, constantemente, a alterar a linguagem que usam, em função de casa progresso alcançado.”

A este respeito, retornando a Popper, no ensejo de alertar o indivíduo, seja ele teórico ou não, para evitar incluir elementos de ordem pessoal e questionável no conjunto da ciência, os enunciados, *teorias*⁶⁹ e períodos devem ser, ao máximo, livres de convicções, preconceitos e todo ou qualquer tipo de antecipação. Até porque, em seu todo, a ciência se produz, cresce, confronta e amadurece mediante ação de declarações e posicionamentos portadores de centralidade e bom senso, visível, conseqüentemente, no ato de expor avanços e, se for o caso, resultados da pesquisa. Popper (1972, p. 36), ao preservar e implementar esta ponderação, esclarece: “encontrar um critério aceitável de demarcação deve constituir-se em tarefa básica para qualquer Epistemologia que não aceite a lógica indutiva.”

O *teste* procura, na ciência dedutiva, favorecer a condução de enunciações e fatos ao plano específico, pois visa detectar a maior propensão de se refinar a linguagem, notoriamente pela manifestação de suas funções elevadas, a saber, descritiva e argumentativa, adequadas à discussão desencadeada tanto em decorrência, quanto após os *testes*. Para tal, Popper (2010, p. 214) enfatiza que “[...] toda teoria *racional*, seja científica ou filosófica, é racional à medida que tenta *solucionar determinados problemas*. Uma teoria só é abrangente e sensata quando relacionada a uma dada *situação problemática* e só pode ser racionalmente debatida mediante o debate dessa relação.” Portanto, a elaboração, exposição e defesa de enunciados e *teorias* comporta a obrigatoriedade dos *testes*, os quais lhes são indispensáveis.

À ciência, e nesta, os fartos e crescentes – porém, nunca satisfatórios e completos desmembramentos – compete gradual aceitação e conservação da *testabilidade*. Conforme Popper (2010, p. 219), é preciso reavivar o foco para o qual se dirigem os inúmeros problemas humanos, bem como agregar-lhes hipóteses pertencentes ao âmbito da especulação, visto que

Como quer que a encaremos, há excelentes razões para dizer que *o que procuramos fazer na ciência é descrever e (na medida do possível) explicar a realidade*. Nós o fazemos com a ajuda de teorias conjecturais, ou seja, teorias que esperamos sejam verdadeiras (ou estejam próximas da verdade), mas não podemos estabelecer como certas ou sequer prováveis [...] Mesmo assim, são as melhores teorias que sabemos produzir.

E, caso seja constatado – tal qual ocorrera historicamente – a insuficiência e limitação do conhecimento científico, o filósofo (2010, p. 219) se apóia e alimenta a esperança residente *na linguagem*. Tanto que “[...] mesmo que abandonemos todos os argumentos extraídos da

⁶⁹ Novamente, Popper (1972, p. 298) assegura que “uma teoria só é considerada cientificamente valiosa em função da estreita *proximidade lógica* [...] entre a mesma teoria e enunciados empíricos. Isto, porém, não quer dizer senão que o *conteúdo* da teoria deve projetar-se o *menos possível* para além do que seja empiricamente estabelecido.”

ciência, restarão os argumentos da linguagem [...] A racionalidade, a linguagem, a descrição, o argumento, todos dizem respeito a alguma realidade e se dirigem a alguma plateia. Tudo isso pressupõe o realismo.” Há a ampliação do que, via de regra, se entende por concretude, avanço significativo em relação aos empiristas clássicos e positivistas lógicos. De igual modo, Popper ressalta a importância da linguagem, considerando-a não somente para a ciência, mas também para outras formas de conhecimento. Isso posto, extrai-se a impossibilidade de se fazer filosofia e ciência sem concebê-las na instância linguística como um todo. Eis, então, mais uma razão para serem empreendidos *testes* rigorosos, sincronizados à *falseabilidade* e à *crítica racional*.

No intuito de promover e, à medida do possível, ampliar a testabilidade, Popper (1972, p. 155) declara que:

Eu estava interessado em avaliar graus de testabilidade e concluí, em primeiro lugar, que a testabilidade pode ser medida pela improbabilidade ‘lógica’ [...] Concluí, a seguir, que a testabilidade e, portanto, a improbabilidade *a priori*, pode ser igualada à parcimônia de parâmetros. Somente então é que igualei à alta testabilidade à alta simplicidade. Minhas concepções podem ser resumidas no seguinte esquema:
testabilidade=alta improbabilidade a priori=parcimônia de parâmetros=simplicidade.

Quanto menos exatas e abertas forem as asserções, maior a condição de a *testabilidade* lhe atingir, auxiliando, consideravelmente, à depuração e ajustamento. Ademais, a ponderação de critérios põe-se à altura da improbabilidade ainda não investigada pelos crivos da experiência. Fato curioso – e merecedor de admiração – é a insistência popperiana (1972, p. 296) atinente à clareza e centralidade dos enunciados e argumentos. Segundo Popper, “desejamos hipóteses *simples* – hipóteses de alto *conteúdo*, de alto grau de *testabilidade*.” Justamente em decorrência desta característica, poder-se-á passar do alto grau de teste à moderação de parâmetros reguladores, correspondendo à simplicidade na apresentação e eventual defesa de teor. Assim, à *testabilidade* compete perquirir, preferencialmente, a enunciação que se põe em sintonia e flexibilidade ante a *crítica*, sujeita ao constante melhoramento e reordenação ora refletida ao sadio e eficaz confronto ocorrido *na* linguagem.

CONCLUSÃO

Ao abordar a linguagem, fora depreendido que Popper a compreende no âmbito dos genuínos problemas filosóficos. Contudo, em razão do ordenamento por ele proposto, desponta, em primeiro lugar, a indagação cosmológica. Assim sendo, mesmo louvando os préstimos kantianos, Popper perpassa o determinismo, postura segundo a qual favorece a elevação do conhecimento acerca do mundo e, sob o mesmo grau, do indivíduo. Não obstante, sustentado e justificado o universo aberto, a saber, *indeterminista*, lhe ocorre o ingresso de variadas indagações, incluindo, particularmente, a linguagem, bem como suas funções, articulação enunciativa e eventuais correções. Para tanto, mesmo ocupando a dianteira dos problemas cuja relevância seja maior, a cosmologia e, logo após, a linguagem se conectam face à necessidade de melhor inferir, questionar e colocar em discussão o que se sabe a respeito do universo. Desta imperiosa relevância, extrai-se, por assim dizer, a incontornabilidade da linguagem.

Frente à emergência deste conjunto de sinais, tem-se que os genuínos problemas filosóficos são, segundo Popper, aquelas grandes e instigantes perguntas voltadas às origens do universo, do mundo e do homem. Isso não assinala, no entanto, a exclusão de interpelações alusivas à identidade humana, vida sócio-política, bem como possíveis rumos tomados ao término desta vida, todos adequados ao fomento de especulações. Desse modo, importa reconhecer, sem exageros, ao longo da história, a emersão de componentes ou, até mesmo, da linguagem enquanto tal. Todavia, seja ali ou acolá, algo escapa, via de regra, à investigação, é ignorado ou fica a desejar. No intuito de defender, como efetuado neste trabalho, a predominância da cosmologia para, em seguida, considerar a linguagem, Popper vislumbra a interação entre elementos oriundos da experiência, outros predominantemente racionais, subjetivos e metafísicos. Eis, então, a apresentação e enquadramento do *mundo 3*, *mundo 2* e *mundo 1*, coexistentes, integrados e dependentes.

Na concomitância entre os *três mundos*, alternativa epistemológica adversa às polarizações entre *sujeito* e *objeto*, como também, tendências e modalidades fenomênicas, a linguagem figura, para Popper, enquanto instrumental indispensável ao homem, pois – imerso *na* referida; não à margem, nem posto externamente – torna-se primorosa a busca pela constante (e nunca satisfatória) clareza relativa às enunciações e pronunciamentos, aprendizagem de conceitos, fatos e estabelecimento de relações. Neste exercício, nota-se a complementaridade entre mundo físico, estados mentais e conteúdos objetivos de

pensamento. Tal demanda, de acordo com o exposto, somente dá-se *na* linguagem, âmbito o qual os supracitados estão englobados.

À diferença de demais abordagens cuja linguagem é reduzida, tal qual o Círculo de Viena, o filósofo estende seus domínios, ou melhor, abrangência. Aceite imposições e, ao contrário dos primeiros, aceita a composição, validade e legitimidade de variadas proposições, asserções e sentenças, entre as quais, aquelas tipificadas enquanto metafísicas e, ademais, as que, dada a natureza, não são submetidas à averiguação. Portanto, Popper congrega o máximo de enunciações frente à crescente necessidade de precisão, *falseamento*, *testabilidade* e *crítica racional*, independentemente do desmembramento o qual provém. Ademais, quando for constituído todo e qualquer discurso, oral ou grafado, urge ter em mente a plena condição de o teor ser posto à prova e compreendido por distintas pessoas. A esta altura, desponta a *objetividade*, herdada de Kant e, agora, dirigida aos domínios do debate teórico, majoritariamente advindo da empiria.

Determinado a auferir a precisão da linguagem, isto é, torná-la dotada de centralidade, detectar incoerências, contradições, construções confusas e, com efeito, reverter aspectos tucados, prejudiciais ao entendimento intersubjetivo, a análise da linguagem popperiana consiste em constatar a existência e, de certo modo, comunicabilidade entre distintos – inclusive, divergentes – enunciados, elencar quais podem ser ou não *falseáveis*, criticados, *testados* e, seja parcialmente, seja integralmente, refutados e, por conseguinte, reconstituídos. No propósito deste estudo, embora reconhecida a multiplicidade de áreas e pesquisas cujo tema é a linguagem, nota-se, em Popper, a conjunção de préstimos originários do racionalismo, empirismo, criticismo e embate tido com os positivistas lógicos. Há, certamente, outros tantos pormenores; todavia aqui não tratados em razão de delimitação.

Além do mais, Popper anseia poder, vez ou outra, aprimorar determinadas asserções, convertendo-as em *teorias* objetivas sobre o mundo. Apesar de este evento ocorrer com menor frequência, não se descarta a necessidade de fazê-lo. Contudo, não basta apenas efetuar o presente avanço. O filósofo acentua a importância de a mesma *teoria*, até o momento aceita e convencionalmente explanada, contrapor-se a outras *hipóteses*, de modo a, através da análise linguística, ser colocada em dúvida, refutada ou, modestamente falando, ceder espaço a determinada proposição de maior elaboração, se comparada à primeira. A abertura e capacidade imparcial para o diálogo oferecida pelo *conhecimento objetivo* são indispensáveis, pois, em caso de serem considerados elementos restritos e subjetivos, sem sombra de dúvidas, a dita análise não ocorreria.

Assim procedendo, Popper coloca em questão a provisoriedade e *falibilidade* de afirmações, argumentos, contra-argumentos, negações e abstenções. Em contrapartida, estão dogmas e postulações sedimentados em sistemas filosóficos, políticos, ideológicos, jurídicos e científicos deterministas, os quais, quando muito e raríssimas vezes, são minimamente alterados. Pudera se, em contrapartida, fossem postos à discussão e *crítica racional* de forma criteriosa e objetivamente válida!

Para atender a estas e outras situações, todas dotadas da inflexibilidade de crenças, pseudoenunciações e demais tipos de expressão, Popper sublinha a pertinência de efetuar a destituição monolítica presente em determinados setores da atividade humana, sobretudo à linguagem, pois, quanto mais uma *teoria* ou argumentação for submetida à *crítica*, maior será, posteriormente, seu rigor e confiança. O filósofo opta pela análise da linguagem focalizada na lógica, visa indiciar e não se interpor a aspectos psicológicos, à moda do que, recentemente, assiste-se na linguística, semiótica e demais Disciplinas. Neste âmbito, tal análise mostra-se adequada, ao mesmo tempo em que se distingue do *officium* creditado à Filosofia da Linguagem, conforme expresse. Finalmente, quando elevado seu *locus*, a linguagem deixa de ser externalizadora *de* pensamentos, convertendo-se em, por excelência, manifestação de conhecimentos, saberes e vivências passíveis de debate. Por isso, todos estes serem tidos agora *na* linguagem; jamais à sua perifeira ou abaixo dela.

REFERÊNCIAS

- CAPONI, Gustavo A. a linguagem como coisa: giro cosmológico da epistemologia popperiana. In: DUTRA, Luiz Henrique (Org.). *Nos limites da epistemologia analítica*. Florianópolis: NEL/UFSC, 1999. Vol. I.
- DAL LAGO, Elsa Marisa Mugurusa. *Implicações da racionalidade científica em Karl Raimund Popper* [Dissertação de Mestrado]. Salvador: UFBA, maio de 2006. 142 p. Disponível em: twiki.ufba.br/.../ELSA_MARISA_MUGURUZA_DAL_LAGO_2006.pdf. Texto acessado em 20/12/2013.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Oposições filosóficas*. A epistemologia e suas polêmicas. Florianópolis: UFSC, 2005.
- EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ERNZEN, Alexandre Klock. *Metafísica e conhecimento em Popper: a emergência propensitiva do mundo*. [Dissertação de Mestrado]. Toledo: PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013. 179 p. Disponível em: <http://www.unioeste.br/pos/filosofia/>. Arquivo acessado em 12/03/2014.
- FERNANDES, Sérgio L. de C. *Foundations of objective knowledge*. The relations of Popper's theory of knowledge to that of Kant. Dordrecht/Boston/Lancaster: Reidel, 1981.
- FLORES, Luís Henrique. La crítica de la razón pura como filosofía de las ciencias. In.: *Kant en el bicentenario de la crítica*. [Edição Especial] Santiago: Universidad Católica de Chile. Nº 01, pp. 37-58, 1985.
- FONTANIER, Jean-Michel. *Vocabulário latino da filosofia*. De Cícero a Heidegger. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GLOCK, Hans-Johann. *O que é filosofia analítica?* Porto Alegre: Penso, 2011.
- GOBRY, Ivan. *Vocabulário grego da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HARRISON, Edward. *Cosmology*. The science of the universe. 2 ed. Cambridge: Cambridge university Press, 2010.
- HACKING, Ían. *Por que a linguagem interessa à filosofia?* São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- _____. Forma e princípios do mundo sensível e inteligível. In: _____. *Escritos Pré-Críticos*. São Paulo: UNESP, 2005.
- _____. *Lógica*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. Tradução de Artur Morão.

- LÁKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia nos programas de investigação científica*. Lisboa: 70, 2002.
- _____. *História da ciência e suas reconstruções racionais*. Lisboa: 70, s/d.
- MACHADO, Cristina de Amorim. Popper, a demarcação da ciência e a astrologia. In.: OLIVEIRA, Paulo Eduardo de (Org.). *Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes/PUC-PR, 2012. Págs. 50-69.
- MILLER, David (Org.). *Popper*. Textos escolhidos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010.
- PENCO, Carlo. *Introdução à filosofia da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- POPPER, Karl Raimund. *Autobiografia intelectual*. São Paulo: Cultrix/EPU, 1977.
- _____. *A lógica da pesquisa científica*. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. *Conhecimento objetivo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- _____. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UnB, s/d.
- _____. *El mundo de Parménides*. Ensayos sobre la ilustración presocrática. Barcelona: Paidós, 1999.
- _____. *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Fragmentos, 2006.
- _____. *Lógica das ciências sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- _____. *The open universe*. An argument for indeterminism. 3 ed. London: Routledge, 1988.
- _____. *O conhecimento e o problema corpo-mente*. Lisboa: 70, 2002.
- _____. *O realismo e o objectivo da ciência*. Vol. I, Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PORTA, Mario Ariel González. *A filosofia a partir de seus problemas*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- ROMANINI, Mateus. *Realismo e pluralismo: a filosofia da ciência de Karl R. Popper*. [Dissertação de Mestrado]. Santa Maria: UFSM, 2012. 119 p. Disponível em: w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/.../10/Dissertacao-Mateus-Romanini2.pdf. Arquivo acessado em 12/02/2014.
- SANTAELLA, Lúcia. *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2009.
- SCHLICK, Frederick & CARNAP, Rudolf. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1980.
- SCHORN, Remi. *Como chegamos ao conhecimento? Metafísica, crítica e legitimidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.
- _____. Da filosofia do conhecimento de Kant à filosofia da ciência de Popper. In: *Tempo de Ciência*. Revista de Ciências Humanas e Sociais. Vol. 16. No. 32, segundo semestre/2009. Págs. 161-173.

SCRUTON, Roger. *Kant*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

STRAWSON, Peter Frederick. *Análise e metafísica*. Uma introdução à filosofia. São Paulo: Discurso, 2002.

VAYSSE, Jean-Marie. *Vocabulário de Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Princípios em Cosmologia. In: MARTINS, Roberto de Andrade, BOIDO, Guilherme e RODRÍGUEZ, Victor (Orgs.). *Física: estudos filosóficos e históricos*. Campinas: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), 2006.

WHITNEY, William Dwight. *A vida da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2010.

WOLFF, Francis. *Dizer o mundo*. São Paulo: Discurso, s/d.